

Banco Santander (Brasil) S.A.

**Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Preparadas de
Acordo com Práticas Contábeis Adotadas no Brasil Aplicáveis às
Instituições Autorizadas a Funcionar pelo Banco Central do Brasil**

31 de dezembro de 2021

Simples | Pessoal | Justo



ÍNDICE

Pág.

Relatório da Administração	3
Balanço Patrimonial	20
Demonstração do Resultado	22
Demonstração do Resultado Abrangente	24
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Banco	25
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Consolidado	28
Demonstração dos Fluxos de Caixa	31
Demonstração do Valor Adicionado	33
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras:	
1. Contexto Operacional	34
2. Apresentação das Demonstrações Financeiras	34
3. Principais Políticas Contábeis	35
4. Caixa e Equivalentes de Caixa	44
5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	45
6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	46
7. Relações Interfinanceiras	59
8. Carteira de Créditos e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	60
9. Carteira de Câmbio	64
10. Outros Ativos Financeiros	65
11. Ativos e Passivos Fiscais	66
12. Outros Ativos	70
13. Informações das Dependências e da Subsidiária no Exterior	71
14. Participações de Controladas e Coligadas	73
15. Imobilizado de Uso	76
16. Intangível	76
17. Captações	77
18. Outros Passivos Financeiros	80
19. Outros Passivos	81
20. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias	82
21. Patrimônio Líquido	88
22. Partes Relacionadas	91
23. Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias	98
24. Despesas de Pessoal	98
25. Outras Despesas Administrativas	98
26. Outras Receitas Operacionais	98
27. Outras Despesas Operacionais	99
28. Resultado Não Operacional	99
29. Plano de Benefícios a Funcionários	100
30. Gerenciamento de Riscos, Capital e Análise de Sensibilidade	110
31. Reestruturações Societárias	113
32. Outras Informações	116
33. Eventos Subsequentes	120
Composição dos Órgãos da Administração em 31 de dezembro de 2021	121
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	123
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	124
Relatório do Comitê de Auditoria	125
Parecer do Conselho Fiscal	128

Relatório da Administração

Senhores Acionistas:

Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas elaboradas com base no padrão contábil internacional emitido pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* relativas ao semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2021, serão divulgadas no prazo legal no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

1. Conjuntura Econômica

Ao final do quarto trimestre de 2021, o Banco Santander observou a mediana das projeções quanto ao desempenho da economia brasileira indicar crescimento do PIB brasileiro de 4,7% em 2021 frente à contração de 4,06% no ano anterior. A projeção para 2021 é menor à observada no final do terceiro trimestre e, na avaliação do Banco, foi influenciada pela recente publicação de que o resultado efetivo observado naquele período ficou aquém do consenso de mercado – a mediana das estimativas indicava expansão trimestral dessazonalizada de 0,34% para o terceiro trimestre de 2021, enquanto o número observado foi de contração de 0,1% nos mesmos termos. Contudo, os dados de atividade econômica divulgados vieram em linha com a estimativa do Santander para o crescimento do PIB no trimestre anterior, e reforçaram a expectativa do Banco de que a economia brasileira crescerá 4,7% em 2021.

No terceiro trimestre, o Banco testemunhou a variação interanual do IPCA atingir 10,06%, patamar acima da meta determinada para 2021 (3,75%) e superior ao valor interanual de 9,6% projetado pelo Santander para o ano de 2021. O Banco entende que este ambiente inflacionário e seu balanço de riscos foram os motivadores para que o Banco Central do Brasil tenha elevado a taxa básica de juros de 5,25% a.a. para 6,25% a.a. no terceiro trimestre e tenha estendido o ciclo de alta no quarto trimestre, quando a Selic atingiu o patamar de 9,25% a.a. na reunião do Copom de dezembro de 2021. O Santander julga que esta abordagem quanto à taxa Selic aumenta a chance de que a inflação convirja para as metas estabelecidas dentro do horizonte de tempo relevante para a política monetária. Neste sentido, o Banco projeta que a taxa Selic atingirá 12,25% a.a. ao final de 2022 e poderá recuar para 9,00% a.a. no encerramento de 2023.

Com relação ao comportamento do câmbio, o Banco Santander viu a cotação da moeda brasileira frente ao dólar norte-americano encerrar o terceiro trimestre de 2021 cotada a R\$5,44/US\$. Ou seja, acima da cotação de R\$5,00/US\$ vista no encerramento do trimestre anterior. Esta trajetória de desvalorização do real perdurou no quarto trimestre, com a taxa de câmbio encerrando 2021 em R\$5,58/US\$, e está alinhada com a previsão do Santander de que a ela encerrará o ano de 2022 cotada a R\$5,70/US\$.

Os desempenhos mencionados anteriormente aconteceram em meio a um ambiente internacional que o Banco julgou menos favorável do que nos períodos anteriores, tendo os seguintes temas como destaques: 1) início da redução dos estímulos monetários por parte do banco central norte-americano e; 2) aumento dos casos de coronavírus em virtude da nova variante *ômicron* (especialmente na Europa), o que poderia implicar na volta de restrições de mobilidade mais rigorosas. No ambiente doméstico, o Santander entende que os principais temas foram os seguintes: 1) aprovação da PEC dos Precatórios, que mudará a estrutura fiscal e; 2) continuidade das pressões inflacionárias, condicionando o contexto econômico vigente.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

2. Desempenho

2.1) Resultado Societário

Demonstração dos Resultados Consolidado (R\$ Milhões)	12M21	12M20	variação anual %	4T21	3T21	variação trimestral %
Receitas da Intermediação Financeira	99.112,2	108.988,3	(9,1)	29.303,2	39.555,9	(25,9)
Despesas da Intermediação Financeira	(59.797,4)	(87.751,0)	(31,9)	(19.749,6)	(31.149,0)	(36,6)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira (a)	39.314,9	21.237,3	85,1	9.553,6	8.406,9	13,6
Outras Receitas (Despesas) Operacionais (a)	(15.652,3)	(12.555,1)	24,7	(4.111,8)	(4.012,4)	2,5
Resultado Operacional	23.662,6	8.682,3	172,5	5.441,8	4.394,5	23,8
Resultado não Operacional	9,0	239,0	(96,2)	(42,3)	23,2	(282,3)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	23.671,6	8.921,2	165,3	5.399,5	4.417,7	22,2
Imposto de Renda e Contribuição Social (a)	(6.503,2)	6.539,5	(199,4)	(951,2)	374,9	(353,7)
Participações no Lucro	(2.059,7)	(1.857,9)	10,9	(618,0)	(501,2)	23,3
Participações dos Acionistas Minoritários	(120,9)	(133,4)	(9,3)	(33,9)	(19,1)	77,5
Lucro Líquido Societário	14.987,7	13.469,4	11,3	3.796,4	4.272,2	(11,1)

RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO AJUSTADO	12M21	12M20	variação anual %	4T21	3T21	variação trimestral %
(R\$ Milhões)						
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	23.671,6	8.921,2	165,3	5.399,5	4.417,7	22,2
Hedge Cambial	2.236,9	13.271,2	(83,1)	782,2	2.247,1	(65,2)
Resultado Operacional Antes da Tributação Ajustado	25.908,5	22.192,4	16,7	6.181,7	6.664,8	(7,2)

IMPOSTO SOBRE A RENDA	12M21	12M20	variação anual %	4T21	3T21	variação trimestral %
(R\$ Milhões)						
Imposto de Renda e Contribuição Social	(6.503,2)	6.539,5	(199,4)	(951,2)	374,9	(353,7)
Hedge Cambial	(2.236,9)	(13.271,2)	(83,1)	(782,2)	(2.247,1)	(65,2)
Imposto sobre a Renda e Contribuição Social ajustado	(8.740,1)	(6.731,7)	29,8	(1.733,4)	(1.872,2)	(7,4)

O Banco Santander vem demonstrando uma evolução consistente na rentabilidade. Essa performance está suportada pelo crescimento da base de clientes, atingindo recorde histórico na conquista, e principalmente pela maior vinculação destes clientes com o banco e pelo aumento da transacionalidade.

A margem financeira bruta atingiu R\$ 55.617 milhões em 2021, apresentando alta de 8,8% em doze meses. A boa performance se deve a margem com clientes, que cresceu 9,8% no ano, influenciada principalmente por maiores volumes.

As receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias somaram R\$ 18.879 milhões em 2021, alta de 13,9% no ano e de 3,1% no trimestre, ambas as variações foram suportadas principalmente pelo crescimento das receitas de cartões, seguros e administração de fundos, consórcios e bens, contrapondo a queda nas receitas de serviços de conta corrente totalizaram, que R\$ 3.812 milhões no ano, redução de -3,9% em relação ao ano passado e de -6,3% no trimestre, em razão, principalmente do crescimento da transacionalidade via PIX.

As despesas gerais alcançaram R\$ 21.212 milhões em 2021, alta de 3,9% no ano, significativamente abaixo da inflação¹ de 10,06% do período, e do crescimento das receitas totais (+10,1% no ano). Em 2021, o Banco Santander atingiu um índice de eficiência de 35,3%, uma melhora de 9p.p. em 12 meses. Esse desempenho evidencia o nosso comprometimento com a produtividade, resultado da estratégia de captura constante de oportunidade, por meio da integração da nossa plataforma e industrialização dos nossos processos.

O retorno do exercício tomando por base o resultado contábil sobre o patrimônio líquido médio atingiu 18,72%, aumento de 1,1 p.p. comparado ao mesmo período de 2020.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

a) Hedge Cambial das Agências Grand Cayman e Luxemburgo

O Banco Santander opera agências nas Ilhas Cayman e em Luxemburgo, que são usadas, principalmente, para a captação de recursos nos mercados de capital e financeiro internacionais, para o fornecimento ao Banco de linhas de crédito que são estendidas aos seus clientes para financiamentos ao comércio exterior e capital de giro. Para cobrir a exposição às variações cambiais, o Banco utiliza captações externas e instrumentos derivativos. De acordo com as regras fiscais brasileiras, a partir de janeiro de 2021, 50% dos ganhos ou perdas decorrentes do impacto da valorização ou desvalorização do Real sobre os investimentos estrangeiros passaram a ser computados na determinação do lucro real e na base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) da pessoa jurídica investidora domiciliada no país, enquanto que os ganhos ou perdas das obrigações e dos instrumentos derivativos utilizados como cobertura são 100% tributáveis ou dedutíveis. O objetivo desses instrumentos derivativos é o de proteger o resultado líquido após impostos. A partir de 2022, toda variação cambial passará a ser computada na base tributável do IRPJ e CSLL.

O tratamento fiscal distinto de tais diferenças cambiais resulta em volatilidade no resultado operacional e nas contas de despesas tributárias (PIS/COFINS) e impostos sobre renda (IR/CSLL), conforme demonstrado abaixo:

Hedge Cambial das Agências Grand Cayman e Luxemburgo (R\$ Milhões)	12M21	12M20	variação anual %	4T21	3T21	variação trimestral %
Variação Cambial - Resultado de Intermediação Financeira	3.862,1	16.791,9	(77,0)	1.426,0	4.380,5	(67,4)
Instrumentos Financeiros Derivativos - Resultado de Intermediação Financeira	(6.374,1)	(30.374,9)	(79,0)	(2.315,8)	(6.927,6)	(66,6)
IR/CSLL	2.236,9	13.271,2	(83,1)	782,2	2.247,1	(65,2)
PIS/COFINS - Despesas tributárias	275,1	311,8	(11,8)	107,7	300,8	(64,2)

2.2) Ativos e Passivos

Balanço Patrimonial Consolidado (R\$ Milhões)	Dez/21	Dez/20	variação anual %
Ativo Circulante	509.576,8	601.809,9	(15,3)
Ativo Não Circulante	453.799,1	397.955,9	14,0
Total do Ativo	963.376,0	999.765,9	(3,6)
Passivo Circulante e Não Circulante	882.996,9	919.291,5	(3,9)
Resultados de Exercícios Futuros	382,3	355,5	7,5
Participação dos Acionistas Minoritários	1.257,2	1.150,7	9,3
Patrimônio Líquido	78.739,6	78.968,2	(0,3)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	963.376,0	999.765,9	(3,6)

Os ativos totais estão, principalmente, representados:

(R\$ Milhões)	Dez/21	Dez/20	variação anual %
Carteira de Crédito	462.749,3	411.654,8	12,4
Títulos e Val. Mob. e Inst. Financeiros Derivativos	248.795,7	266.088,4	(6,5)
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	33.629,3	69.698,3	(51,8)
Relações Interfinanceiras	88.376,6	91.011,3	(2,9)

2.3) Carteira de Crédito

ABERTURA GERENCIAL DO CRÉDITO POR SEGMENTO (R\$ Milhões)	Dez/21	Dez/20	variação anual %
Pessoa Física (1)	208.751,8	173.627,0	20,3
Financiamento ao Consumo	65.312,7	60.256,3	8,4
Pessoa Física (1)	56.587,4	53.974,2	4,8
Pessoa Jurídica	8.725,3	6.282,1	38,9
Pequenas e Médias Empresas (PMEs)	61.611,5	55.914,9	10,2
Grandes Empresas	125.614,6	121.183,5	3,7
Sim	1.458,7	673,1	116,7
Total Carteira de Crédito	462.749,3	411.654,8	12,4
Outras Operações com Riscos de Crédito	118.136,5	99.311,8	19,0
Total Carteira ampliada (bruta)	580.885,8	510.966,6	13,7
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (2)	(29.334,6)	(25.067,0)	(14,6)
Total Carteira de Crédito (líquida)	551.551,2	485.899,6	15,1

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

(1) Incluindo Financiamento ao consumo, a carteira de pessoa física atinge R\$266.833 em 31 de dezembro de 2021 (31/12/2020 – R\$227.601).

(2) Adicional à provisão para empréstimos, também inclui debêntures, FIDC, CRI, notas promissórias, notas promissórias de colocação no exterior, ativos relacionados às atividades de aquisição e avais e fianças.

Inadimplência

O índice de inadimplência superior a 90 dias aumentou 0,12 p.p. no ano e atingiu 2,7% em dezembro de 2021, menor patamar já registrado. Esse movimento foi resultado da melhoria do índice dos segmentos PF e PJ que ainda são influenciados, em parte, pelo efeito das prorrogações de pagamentos oferecidas aos nossos clientes. Além disso, o mix de produtos, com menor participação dos rotativos, também contribuiu positivamente para o bom desempenho do índice de inadimplência. Em três meses, o indicador ficou estável.

O índice de inadimplência de 15 a 90 dias atingiu 3,5% em dezembro de 2021, redução de -0,2 p.p. no ano em ambos segmentos.

No trimestre, o índice reduziu 0,3 p.p., beneficiado também pelo aumento da carteira de crédito no período

O saldo das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito representa 5,9% da carteira de crédito em 31 de dezembro de 2021, 6,1% em 31 de dezembro de 2020.

A despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida das receitas com recuperação de créditos baixados para prejuízo no exercício de 2021 e de 2020, foi de R\$11.934 milhões e R\$13.689 milhões, respectivamente, apresentando uma redução de -12,8%.

2.4) Captações com Clientes

Captações com Clientes (R\$ Milhões)	Dez/21	Dez/20	variação anual %
Depósitos à vista	40.454,3	41.821,3	(3,3)
Depósitos de poupança	65.220,1	63.306,5	3,0
Depósitos à prazo	293.242,3	279.778,6	4,8
Debêntures/LCI/LCA/LIG (1)	61.921,8	52.382,8	18,2
Letras Financeiras/COE	32.623,7	18.462,0	76,7
Total das Captações	493.462,1	455.751,2	8,3

(1) Operações compromissadas com lastro em Debêntures, Letras de Crédito Imobiliário, Letras de Crédito do Agronegócio e Letras Imobiliárias Garantidas.

2.5) Emissão de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital

Em 5 de novembro de 2018, o Conselho de Administração aprovou o resgate das Notas emitidas no exterior (Notes) que compunham o Nível I e Nível II, emitidos em 29 de janeiro de 2014, no valor total de US\$2.5 bilhões. A recompra foi aprovada pelo Bacen em 18 de dezembro de 2018.

Em conjunto com a aprovação do resgate dos notes anteriores, o Conselho de Administração aprovou a emissão dos instrumentos de capital, a qual foi realizada em 8 de novembro de 2018. Tal emissão deu-se na forma de Notes, em dólares norte-americanos, no valor de US\$2.5 bilhões, para composição do Nível I e Nível II do Patrimônio de Referência. A oferta destes Notes foi realizada fora do Brasil e dos Estados Unidos da América, para non-US Persons, com base no Regulation S no âmbito do Securities Act, tendo sido totalmente integralizada pelo Santander Espanha, acionista controlador do Banco Santander Brasil.

Em 18 de dezembro de 2018, o Bacen emitiu aprovação para que as Notes compusessem o Nível I e Nível II do Patrimônio de Referência do Banco Santander a partir de tal data. Esta aprovação resultou na reclassificação destes instrumentos da linha de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital para Dívidas Subordinadas.

Nos meses de novembro e dezembro de 2021, foi realizada a emissão de letras financeiras com cláusula de subordinação, cujos recursos foram utilizados para compor o Nível II do Patrimônio de Referência (PR), no montante total de R\$ 5.5 bilhões, em negociações com investidores privados. As Letras Financeiras possuem prazo de vencimento de 10 (dez) anos com opção de resgate e recompra de acordo com a regulamentação aplicável.

Os detalhes do saldo do item Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital referente a emissão de instrumentos de capital para compor o Nível I e Nível II do PR devido ao Plano de Otimização do Capital, são os seguintes:

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital				dez-21	dez-20	
Características Específicas	Nível I (2)	Nível II (2)	Nível II	Nível II	Nível I (1)	Nível II (1)
Emissão	nov-18	nov-18	nov-21	dez-21	nov-18	nov-18
Principal	US\$1.250	US\$1.250	R\$5.300	R\$200	US\$1.250	US\$1.250
Taxa de Juros	7,250%	6,125%	CDI+2%	CDI+2%	7,250%	6,125%
Vencimento	Sem Prazo (Perpétuo)	nov-28	nov-31	dez-31	Sem Prazo (Perpétuo)	nov-28
Valor Contábil	R\$7.050	R\$7.038	R\$5.351	R\$202	R\$6.554	R\$6.565
Periodicidade de Pagamento	semestralmente, a partir de 8 de maio de 2019	semestralmente, a partir de 8 de maio de 2019	Final do prazo juntamente com o principal	Final do prazo juntamente com o principal	semestralmente, a partir de 8 de maio de 2019	semestralmente, a partir de 8 de maio de 2019

(1) Notes recompradas, conforme autorização do Bacen em 18 de dezembro de 2018. A partir da data de autorização, os mesmos foram excluídos do Nível I e Nível II do PR.

(2) As emissões foram efetuadas através da Agência de Cayman e não há incidência de Imposto de Renda na Fonte, e possuem juros pagos semestralmente, a partir de 08 de maio de 2019.

As Notes emitidas em 2018, possuem as seguintes características comuns:

(a) Valor unitário de, no mínimo, US\$150 mil e em múltiplos integrais de US\$1 mil no que exceder tal valor mínimo;

(b) As Notes poderão ser recompradas ou resgatadas pelo Banco Santander após o 5º (quinto) aniversário contado da data de emissão das Notes, a exclusivo critério do Banco ou em razão de alteração na legislação fiscal aplicável às Notes; ou a qualquer momento, em razão da ocorrência de determinados eventos regulatórios.

2.6) Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2021, o patrimônio líquido consolidado do Banco Santander apresentou queda de 0,3% em comparação a 31 de dezembro de 2020.

A variação do Patrimônio Líquido entre 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, foi decorrente, principalmente, do lucro líquido do período no montante de R\$14.988 milhões, do ajuste de avaliação patrimonial negativo (títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos) no montante de R\$3.597 milhões, da redução de capital no valor de R\$2.000 milhões devido a cisão parcial do Santander Brasil, que resultou na segregação das ações de sua propriedade emitidas pela Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamentos S.A. ("Getnet") vide nota 21.a e do pagamento de dividendos no montante de R\$6.000 milhões e dos Juros Sobre Capital Próprio no montante de R\$3.649 milhões.

Ações em Tesouraria

Abaixo, a movimentação das Ações em Tesouraria:

	Dez/21	Dez/20
	Quantidade	Quantidade
	Units	Units
Ações em Tesouraria no Início do período	18.829	16.702
Aquisições de Ações	91	5.052
Alienações - Remuneração Referenciada em Ações	(3.165)	(2.925)
Ações em Tesouraria no Final do período	15.755	18.829
Subtotal - Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$ 711.268	R\$ 789.587
Custos de Emissão em Milhares de Reais	R\$ 1.771	R\$ 1.771
Saldo de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$ 713.039	R\$ 791.358
Custo/Cotação da Ação	Units	Units
Custo mínimo	R\$ 7,55	R\$7,55
Custo Médio Ponderado	R\$ 33,86	R\$33,24
Custo Máximo	R\$ 49,55	R\$49,55
Cotação da Ação	R\$ 29,98	R\$44,83

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, houve destaque de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio, conforme abaixo:

DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO (R\$ Milhões)	Dez/21	Dez/20
Juros sobre o Capital Próprio	3.649,0	3.325,0
Dividendos Intercalares	6.000,0	0,0
Total	9.649,0	3.325,0

2.7) Índice de Basileia

O Bacen determina às instituições financeiras manter um Patrimônio de Referência (PR), PR Nível I e Capital Principal compatíveis com os riscos de suas atividades, superior ao requerimento mínimo do Patrimônio de Referência Exigido, representado pela soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.

Conforme estabelecido nas Resoluções CMN nº 4.193/2013 e nº 4.783/2020, até setembro de 2021 a exigência de PR estava em 10,625%, incluindo 8,00% de Mínimo de Patrimônio de Referência mais 1,625% de Adicional de Conservação de Capital e 1,00% de Adicional Sistemático. O PR Nível I era de 8,625% e o Capital Principal Mínimo de 7,125%.

No mês de outubro de 2021 o Adicional de Conservação de Capital aumentou para 2,00%. Desta maneira, em dezembro a exigência de PR é de 11,00%. Considera-se 8,00% de Mínimo de Patrimônio de Referência somado a 2,00% de Adicional de Conservação de Capital e 1,00% de Adicional Sistemático, com a exigência de PR Nível I de 9,00% e de Capital Principal Mínimo de 7,50%. A partir de abril de 2022 a exigência de PR alcançará 11,50%, considerando 8,00% de Mínimo de Patrimônio de Referência somado a 2,50% de Adicional de Conservação de Capital e 1,00% de Adicional Sistemático, com exigência de PR Nível I e de Capital Principal Mínimo de 9,50% de 8,00%, respectivamente.

Em continuidade a adoção das regras estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.192/2013, a partir de janeiro de 2015, entrou em vigor o Consolidado Prudencial, definido pela Resolução CMN nº 4.280/2013.

O índice é calculado de forma consolidada com base nas informações do Consolidado Prudencial, conforme demonstrado a seguir:

Índice de Basileia %	Dez/21	Dez/20
Patrimônio de Referência Nível I	76.969,9	77.571,5
Capital Principal	69.919,9	71.006,3
Capital Complementar	7.050,1	6.565,2
Patrimônio de Referência Nível II	12.591,3	6.554,5
Patrimônio de Referência (Nível I e II)	89.561,3	84.126,0
Risco de Crédito	527.119,3	478.303,5
Risco de Mercado	15.122,2	15.846,3
Risco Operacional	58.499,8	57.419,4
Total de RWA	600.741,3	551.569,2
Índice de Basileia Nível I	12,81	14,06
Índice de Basileia Capital Principal	11,64	12,87
Índice de Basileia Patrimônio de Referência	14,91	15,25

2.8) Principais Controladas

A tabela abaixo apresenta os saldos de ativos totais, patrimônio líquido, lucro líquido e carteira de operações de créditos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, das principais controladas do Banco Santander:

Controladas (R\$ Milhões)	Ativos Totais	PL	Lucro (Prejuízo) Líquido	Carteira de Crédito	Particip. %
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.	59.429,2	2.023,0	1.012,3	54.130,5	100,0%
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	14.724,7	10.944,6	372,6	2.533,0	100,0%
Santander Corretora de Seguros, Investimento e Serviços S.A.	10.805,7	3.581,0	1.048,9	-	100,0%
Banco RCI Brasil S.A.	11.147,5	1.457,3	157,5	9.123,6	39,9%
Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A.	2.745,0	2.592,7	97,7	-	100,0%
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	1.600,6	771,2	85,0	-	100,0%

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

As demonstrações financeiras das Controladas acima foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do CMN, do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Cosif, da CVM, no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen, sem a eliminação de operações com ligadas.

3. Eventos Societários

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram implementados diversos movimentos societários com o intuito de reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Banco Santander.

Para informações adicionais, vide nota explicativa às demonstrações financeiras nº 31.

4. Estratégia e Agências de Rating

Para informações referentes à estratégia e a classificação do Banco nas agências de rating, vide Informe de Resultados disponível no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

5. Governança Corporativa

O Conselho da Administração do Banco Santander se reuniu e deliberou:

Em 28 de dezembro de 2021, aprovou a proposta de declaração e pagamento de juros sobre capital próprio, no montante de R\$ 249 milhões, que serão pagos a partir de 03 de fevereiro de 2022, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

Em 17 de dezembro de 2021, aprovou a exoneração do Sr. Sérgio Agapito Lires Rial do cargo de Diretor Presidente da Companhia; a condução do Sr. Mario Roberto Opice Leão, atual Diretor Vice-Presidente Executivo, ao cargo de Diretor Presidente da Companhia; a exoneração do Sr. Juan Sebastián Moreno Blanco do cargo de Diretor Vice-Presidente Executivo da Companhia e a condução dos atuais Diretores sem Designação Específica, Sra. Andrea Marques de Almeida, Sra. Elita Vechin Pastorelo Ariaz, e Sr. João Marcos Pequeno De Biase, ao cargo de Diretores Vice-Presidentes Executivos da Companhia.

Em 17 de dezembro de 2021, aprovou a nomeação do Sr. Sérgio Agapito Lires Rial, aos cargos de Coordenador do Comitê de Nomeação e Governança e membro dos Comitês de Remuneração e Riscos e Compliance da Companhia; a exoneração dos Srs. Mario Roberto Opice Leão e Carlos Rey de Vicente dos cargos de membros do Comitê de Sustentabilidade da Companhia e a nomeação da Sra. Andrea Marques de Almeida e dos Srs. Álvaro Antônio Cardoso de Souza e Luiz Masagão Ribeiro Filho como membros do Comitê de Sustentabilidade da Companhia.

Em 01 de dezembro de 2021, aprovou a eleição do Sr. Gustavo de Souza Fosse como Diretor sem designação específica da Companhia.

Em 16 de novembro de 2021, tomou conhecimento do pedido de renúncia apresentado pelo Sr. Álvaro Antônio Cardoso de Souza ao cargo de Presidente do Conselho de Administração, Coordenador do Comitê de Nomeação e Governança e membro dos Comitês de Remuneração e Riscos e Compliance da Companhia, todos com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2022 e aprovou a Proposta da Administração para convocação de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia a ser realizada no dia 17 de dezembro de 2021.

Em 01 de novembro de 2021, aprovou a eleição dos Srs. Maria Teresa Mauricio da Rocha Pereira Leite, Andrea Marques de Almeida e Gilberto Duarte de Abreu como Diretores sem designação específica da Companhia.

Em 26 de outubro de 2021, aprovou a proposta de declaração e pagamento de Dividendos sobre capital próprio, no montante de R\$ 3,0 bilhões, pagos em 03 de dezembro de 2021, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

Em 26 de outubro de 2021, aprovou as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen e as Demonstrações Financeiras Consolidadas Intermediárias do Banco Santander elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), ambos referentes ao período findo em 30 de setembro de 2021.

Em 16 de setembro de 2021 aprovou a reeleição da Sra. Monique Silvano Arantes Bernardes como Ouvidora da Companhia para um novo mandato de 1 (um) ano.

Em 27 de julho de 2021, aprovou as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen e as Demonstrações Financeiras Consolidadas Intermediárias do Banco Santander elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), ambos referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2021.

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

Em 27 de julho de 2021, aprovou a proposta de declaração e pagamento de juros sobre capital próprio, no montante de R\$ 3,4 bilhões, pagos em 03 de setembro de 2021, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

Em 01 de julho de 2021, aprovou a eleição dos Srs. Rogério Magno Panca e Sandro Mazerino Sobral como Diretores sem designação específica da Companhia.

Em 01 de junho de 2021, aprovou a eleição da Sra. Vania Maria da Costa Borgerth como membro do Comitê de Auditoria da Companhia.

Em 03 de maio de 2021, aprovou a eleição dos membros da Diretoria da Companhia para um novo mandato.

Em 03 de maio de 2021, aprovou a eleição dos membros dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração da Companhia para um novo mandato.

Em 27 de abril de 2021, aprovou a proposta de declaração e pagamento de dividendos intercalares e intermediários totalizando o montante de R\$ 3 bilhões, pagos em 02 de junho de 2021 sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

Em 27 de abril de 2021, aprovou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia em BRGAAP e IFRS referentes ao primeiro trimestre de 2021.

Em 31 de março de 2021, aprovou a cisão parcial da Companhia, que resultou na segregação das ações de sua propriedade emitidas pela Getnet, com versão 2 da parcela cindida para a Getnet, nos termos do Protocolo e Justificação da Cisão Parcial do Santander ("Cisão Parcial").

Em 01 de março de 2021, tomou conhecimento do pedido de renúncia apresentado por Tarcila Reis Corrêa Ursini ao cargo de membro do Comitê de Sustentabilidade da Companhia.

Em 25 de fevereiro de 2021, aprovou a proposta de cisão da operação de meios de pagamento, realizada pela subsidiária, Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A. ("Getnet"), a fim de concentrar os negócios de tecnologia e pagamentos do Grupo Santander dentro do PagoNxt, uma nova plataforma global de pagamentos focada em tecnologia.

Em 02 de fevereiro de 2021, aprovou as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Em 02 de fevereiro de 2021, aprovou, em continuidade ao programa de recompra que expirou em 04 de novembro de 2020, novo programa de recompra de Units e de ADRs de emissão do Banco Santander, diretamente ou por sua agência em Cayman, para manutenção em tesouraria ou posterior alienação.

Em 02 de fevereiro de 2021, aprovou a proposta de declaração e pagamento de dividendos, no montante de R\$ 512 milhões, pagos em 03 de março de 2021, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

As deliberações do Conselho de Administração do ano de 2020, estão descritas no Relatório da Administração das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas de 31 de dezembro de 2020.

6. Gestão de Riscos

O Bacen publicou em 23 de fevereiro de 2017, a Resolução CMN nº4.557 que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital (GIRC) entrando em vigor a partir do mesmo ano. A resolução destaca a necessidade de implementação de estrutura de gerenciamento integrado de riscos e capital, definição de programa de teste de estresse integrado e declaração de Appetite por Riscos (RAS – *Risk Appetite Statement*), constituição de Comitê de Riscos, definição de política de divulgação de informações publicadas, indicação de diretor para gerenciamento de riscos, diretor de capital e diretor responsável pela política de divulgação de informações. O Banco Santander desenvolve ações necessárias de forma contínua e progressiva, visando a aderência à resolução. Não foram identificados impactos relevantes decorrentes dessa norma.

Para maiores informações, vide a nota explicativa nº 30 desta publicação.

Estrutura de Gerenciamento de Capital

A estrutura de gerenciamento de capital do Banco Santander conta com uma governança robusta, a qual suporta os processos relacionados a este tema e estabelece as atribuições de cada uma das equipes envolvidas. Além disto, há uma clara definição das diretrizes que devem ser adotadas para a efetiva gestão do capital. Maiores detalhes podem ser consultados na Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital, disponível no site de Relação com Investidores.

Auditoria Interna

A Auditoria Interna reporta-se diretamente ao Conselho de Administração, sendo o Comitê de Auditoria responsável por sua supervisão.

A Auditoria Interna é uma função permanente e independente de qualquer outra função ou unidade, que tem como missão proporcionar ao Conselho de Administração e à alta direção asseguração independente sobre a qualidade e eficácia dos processos e sistemas de controle interno, de gestão dos riscos (atuais ou emergentes) e de governança, contribuindo assim para a proteção do valor da organização, da sua solvência e reputação. A Auditoria Interna possui certificado de qualidade emitido pelo Instituto dos Auditores Internos (IIA).

Para cumprir suas funções e riscos de cobertura inerentes à atividade do Banco Santander, a Auditoria Interna possui um conjunto de ferramentas desenvolvidas internamente e que são atualizadas quando necessário. Entre elas se destaca a matriz de risco, utilizada como ferramenta de planejamento, priorizando o nível de risco do universo auditável considerando, entre outros, seus riscos inerentes, o último rating de auditoria, o grau de cumprimento das recomendações e sua dimensão. Os programas de trabalho, que descrevem os testes de auditoria a serem realizados, são revisados periodicamente.

O Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração analisaram favoravelmente e aprovaram o plano de trabalho da Auditoria Interna para o ano de 2021.

7. Pessoas

Com a crise de saúde pública desencadeada no início de 2020, nunca se falou tanto em cuidado. Cuidar de si e também do outro. E no Banco Santander, seguimos cuidando de nossas pessoas, elemento essencial na Companhia. Afinal, são elas que pensam, projetam, desenvolvem, interagem e constroem aquilo que o Banco Santander deseja ser. Esse é o motivo de o Banco investir em cada um dos 48.834 funcionários aqui no Brasil.

No tema Saúde, desenhamos nosso protocolo interno de atuação na contenção do COVID-19, orientados pelos órgãos sanitários e de saúde. Além do atendimento presencial em clínicas, hospitais e pronto socorros, os colaboradores e seus dependentes contam também com os serviços de telemedicina oferecidos em seus planos de saúde.

Para o desenvolvimento de nossas pessoas, a Universidade Corporativa – a Academia Santander, trabalha por uma cultura forte, transversal, proporcionando que todos, de forma on-line e presencial, possam aprimorar aquilo que já conhecem e explorem novas possibilidades. De certificações obrigatórias para determinadas funções aos cursos de Liderança Digital, o mais importante é sair da zona de conforto e investir em si mesmo por meio da ampliação de conhecimento e repertório.

O Banco Santander apoia líderes e gestores para que estejam próximos e disponíveis. Essa atuação é baseada em três pilares: Feedback, Papo Aberto e Reconhecimento Personalizado, fazendo com que haja alinhamento entre todos por meio de conversas recorrentes e francas, direcionamento de carreira e momentos especiais para premiar o crescimento das equipes.

O Banco Santander preza por um ambiente diverso, onde cada competência e cada diferença é valorizada. Exemplo é o Grupo de Afinidade, criado para promover a diversidade e inclusão baseado nos 5 pilares: Liderança Feminina; Equidade Racial; Pessoas com Deficiência; Diversidade de Formações, Experiências e Gerações e o pilar LGBT+. Outro bom exemplo é o Show de Talentos. Nele, o Banco Santander abre espaço para conhecer as mais diferentes performances e explorar o universo de habilidades que existem no Banco, permitindo interação e confraternização entre os colegas.

Na esfera de Clientes, continuamos focados em oferecer os melhores produtos e serviços, de forma Simples, Pessoal e Justa. Para tal, o processo de atualização de nossas equipes é essencial e, por isso, mensalmente temos o “Café com Rial”. Em videoconferência com todo o Banco, nosso CEO Sérgio Agapito Lires Rial fala sobre determinados temas e responde a perguntas dos funcionários ao vivo. O último Café contou com a participação recorde de 44 mil funcionários.

Tivemos também em agosto de 2021 a Campanha de Doação de Sangue, onde tivemos excelente adesão, podendo ter salvo mais de 7.000 vidas.

No final de setembro de 2021, tivemos a Semana Santander, que aconteceu em todas as unidades do Santander do mundo. Neste ano, nosso foco principal foi a “Alegria de Servir” nossos clientes, funcionários e à sociedade. Dentro da semana, além das ações, tivemos também o Amigo de Valor, iniciativa que há 18 anos apoia políticas públicas voltadas para a garantia de direitos de crianças e adolescentes e permite a destinação de parte do imposto de renda devido diretamente aos Fundos de Direto da Criança e do Adolescente.

8. Sustentabilidade

A estratégia de Sustentabilidade do Banco Santander Brasil é baseada em três pilares: (i) Uso estratégico e eficiente dos Recursos Ambientais, (ii) Desenvolvimento de Potenciais e (iii) Economia Resiliente e Inclusiva. A visão do Banco, por meio desses pilares é contribuir com uma sociedade melhor, mais próspera e justa, mantendo a excelência e responsabilidade na gestão interna, tendo os valores éticos como base e a tecnologia a serviço das pessoas e dos negócios.

Reconhecemos nosso papel como instituição financeira no fomento de negócios sustentáveis, contribuindo para que a sociedade prospere. Destacamos algumas iniciativas no 4T21:

Ambiental

- Viabilizamos R\$ 51,6 bilhões em **negócios sustentáveis**. Esse valor representa um crescimento de 96% comparado ao mesmo período do ano anterior.
- Em **CDC Solar** financiamos o total de R\$ 2,4 bilhões entre operações Santander Financiamentos e Rede Varejo.
- Lançamento do **Portal Amazônia**, que é um espaço para apresentar a atuação do Banco na Região Amazônica, com números de Infraestrutura, Saneamento, Impacto Social, Agronegócio, Mudanças Climáticas, Plano Amazônia, entre outros.
- **Calculadora de Carbono**: com o objetivo de incentivar os funcionários do Santander Brasil e coligadas a conhecer a sua pegada de carbono, o Banco criou a calculadora de carbono individual. É um questionário rápido sobre o dia a dia das pessoas para saber a quantidade de CO2 emitida mensalmente no ambiente e ver como encontrar um caminho mais neutro para causar menos impacto. <https://santander.carboncalculator.greenomus.info/calculator>

Social

Destaque para o maior Amigo de Valor da história. Foram arrecadados R\$ 19,8 milhões nesta edição. Vamos apoiar os 100 projetos selecionados com 100% dos recursos solicitados.

Governança

Permanência no ISE (o índice agrupa as empresas com melhor performance em sustentabilidade corporativa), CDP e diversos prêmios, com destaque para o Fortune, com o case de energias renováveis, como uma das empresas que mais mudam o mundo.

Prêmios no período:

- Fortune - Change the World 2021 - O Santander é a 4ª. empresa no ranking Change the World 2021, da Revista Fortune.
- Empresa mais Sustentável da Época Negócios 360° - Em premiação especial dos 10 anos do anuário, o Santander foi eleito a empresa da década em Sustentabilidade.
- GPTW - Pelo 6º ano consecutivo, o Santander é eleito uma das melhores empresas para trabalhar no Brasil pela GPTW. Essa é a primeira vez que estamos entre os dez primeiros colocados.

9. Efeitos da Pandemia - COVID-19

O Banco monitora os efeitos desta pandemia que afetam suas operações e que possam afetar adversamente seus resultados. Desde o início da pandemia no Brasil, foram estruturados Comitês de acompanhamento dos efeitos da propagação e de seus impactos, além das ações governamentais para mitigar os efeitos da COVID-19.

O Banco mantém suas atividades operacionais, observando os protocolos do Ministério da Saúde e das demais Autoridades. Dentre as ações tomadas, destacam-se (a) a dispensa de funcionários do grupo de risco e intensificação do trabalho em home office, (b) a definição de protocolo de acompanhamento, junto aos profissionais da saúde, para os funcionários e familiares que tiverem os sintomas do COVID-19 e (c) ao aumento da comunicação sobre as medidas de prevenção e os meios remotos de atendimento.

Os impactos futuros relacionados à pandemia, os quais possuem certo grau de incerteza quanto à sua duração e severidade e que, portanto, não podem ser mensurados com precisão neste momento, continuarão a ser acompanhados pela Administração.

10. Auditoria Independente

A política de atuação do Banco Santander, incluindo suas empresas controladas, na contratação de serviços não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras pelos seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco.

Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários 381/2003, o Banco Santander informa que no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não foram prestados pela *PricewaterhouseCoopers* serviços não relacionados à auditoria independente das

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

Demonstrações Financeiras do Banco Santander e empresas controladas superiores a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria independente.

Ademais, o Banco confirma que a *PricewaterhouseCoopers* dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco Santander e empresas controladas. A referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor. A aceitação e prestação de serviços profissionais não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras pelos seus auditores independentes durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não afetou a independência e objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados no Banco Santander e demais entidades do Grupo, uma vez que os princípios acima indicados foram observados.

O Conselho de Administração

A Diretoria Executiva

(Autorizado na Reunião do Conselho de Administração de 01/02/2022).

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Santander (Brasil) S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

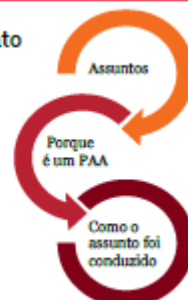
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Santander (Brasil) S.A. e do Banco Santander (Brasil) S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Notas 3(h) e 8)

A estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa envolve elevado nível de julgamento por parte da Administração. A determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa leva em consideração a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo os níveis de inadimplência e garantias das carteiras, política de renegociação, cenário econômico atual e prospectivo.

Esse julgamento considera diversas premissas na determinação das provisões. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída levando-se em consideração as normas regulamentares do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), notadamente a Resolução CMN nº 2.682, e é fundamentada nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), de acordo com políticas internas que consideram o estabelecimento de *ratings* (classificação de risco) de crédito, bem como considera a expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao mínimo requerido pela regulamentação vigente, com base na experiência passada, cenário atual e expectativas futuras, riscos específicos das carteiras e avaliação de risco da Administração na constituição de provisão.

A Administração também considerou os impactos da Resolução CMN nº 4.803, de abril de 2020, e Resolução CMN nº 4.855, de setembro de 2020, que dispõem sobre os critérios para a mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações renegociadas no período da pandemia da COVID-19.

Adicionalmente, a Administração avaliou o impacto da COVID-19 no processo de apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Nessa avaliação considerou informações prospectivas, incluindo alterações nos cenários macroeconômicos, impactando o modelo de cálculo de provisionamento da perda esperada de crédito.

Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes sobre os controles internos relevantes na apuração e reconhecimento da provisão para créditos de liquidação duvidosa, contemplando substancialmente os seguintes principais processos: (i) aprovação da política de crédito; (ii) análise de crédito; (iii) concessão de crédito e operações renegociadas; (iv) atribuição de *rating* considerando o risco do valor recuperável das operações; (v) processamento e contabilização das provisões; (vi) reconciliação dos saldos contábeis com a posição analítica; e (vii) elaboração das notas explicativas.

Efetuamos testes a fim de observar a integridade da base de dados utilizada para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa, além de testes para observar a aplicação da metodologia de cálculo dessa provisão em relação aos *ratings* atribuídos, as premissas adotadas, bem como confronto dos saldos contábeis com os relatórios analíticos.

Realizamos o entendimento dos procedimentos adotados pela Administração para considerar os impactos da COVID-19 na mensuração da perda esperada de crédito adicional, avaliando a razoabilidade das estimativas realizadas considerando os modelos, premissas e dados utilizados. Adicionalmente, verificamos que os ajustes efetuados na provisão para créditos de liquidação duvidosa foram aprovados pelos órgãos de governança apropriados.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil da provisão para créditos de liquidação duvidosa são consistentes e estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.

Banco Santander (Brasil) S.A.

Porque é um PAA

Dessa forma, essa área se manteve como foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Provisões para passivos contingentes (Notas 3(r) e 2o)

O Banco Santander e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Normalmente os referidos processos são encerrados após um longo tempo e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente.

A decisão de reconhecimento de um passivo contingente e as bases de mensuração consideram exercício de julgamento feito pela Administração o qual é reavaliado periodicamente, inclusive quando da elaboração das demonstrações financeiras, considerando novos eventos ocorridos. Nessas circunstâncias, essa área mantém-se como foco em nossa auditoria.

Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes sobre os controles internos relevantes que envolvem a identificação e constituição de passivos contingentes (tributários, cíveis e trabalhistas) e as divulgações em notas explicativas, incluindo entre outros, os controles internos relacionados ao modelo de cálculo adotado para a constituição das provisões para contingências trabalhistas e cíveis que são realizadas pelo critério de médias históricas de perdas, para as ações consideradas comuns e semelhantes em natureza.

Testamos a aplicação dos modelos matemáticos de apuração das médias históricas de perda, quando aplicável, relacionadas a contingências trabalhistas e cíveis, bem como testamos a quantidade de casos em aberto na data-base das demonstrações financeiras.

Efetuamos procedimentos de confirmação com os escritórios de advocacia que patrocinam os processos judiciais e administrativos mais relevantes para confirmar a avaliação do prognóstico, inclusive considerando os novos eventos ocorridos no semestre e exercício, a totalidade das informações e o valor correto das provisões.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil das provisões para contingências passivas são consistentes e estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.

Ambiente de tecnologia da informação (Nota 3o(a))

O Banco Santander (Brasil) S.A. tem um ambiente de negócio altamente dependente da tecnologia, requerendo uma infraestrutura complexa para suportar o elevado número de transações processadas diariamente em seus diversos sistemas.

Com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos nossa avaliação do desenho e realizamos testes quanto à efetividade operacional dos controles relacionados à gestão do ambiente de tecnologia da informação, incluindo os controles compensatórios estabelecidos, quando aplicável.

Banco Santander (Brasil) S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Os riscos inerentes à tecnologia da informação, associados a eventuais deficiências em processos e controles que suportam o processamento dos sistemas de tecnologia, considerando os sistemas legados e os ambientes de tecnologia existentes, podem, eventualmente, ocasionar processamento incorreto de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras. Por essa razão, essa permanece uma área de foco em nossa auditoria.	Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes de controles e, quando aplicável, testes dos controles compensatórios, assim como a execução de testes sobre processos-chave relacionados à segurança da informação, desenvolvimento e manutenção de sistemas e operação de computadores relacionados com a infraestrutura que suporta o negócio do Banco. Com o resultado desses trabalhos, consideramos que os processos e controles do ambiente de tecnologia nos proporcionaram uma base razoável para determinarmos a natureza, período e extensão de nossos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco e do Consolidado. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Banco Santander (Brasil) S.A.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza



Banco Santander (Brasil) S.A.

relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 2 de fevereiro de 2022


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5


Caio Fernandes Arantes
Contador CRC 1SP222767/O-3

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Balanço Patrimonial

	Notas Explicativas	31/12/2021	Banco 31/12/2020	31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Ativo Circulante		522.451.023	586.324.279	509.576.839	601.809.939
Disponibilidades	4	16.361.758	19.522.250	16.386.974	19.512.315
Instrumentos Financeiros		443.560.677	511.695.788	425.610.218	521.618.612
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	85.800.514	112.963.929	31.388.970	68.116.477
Títulos e Valores Mobiliários	6	78.980.822	96.534.510	93.620.934	107.235.066
Instrumentos Financeiros Derivativos	6	15.273.412	17.886.650	7.279.673	18.446.009
Operações de Crédito	8	113.914.019	114.776.536	144.239.508	141.271.392
Outros Ativos Financeiros	10	149.591.910	169.534.163	149.081.133	186.549.668
Operações de Arrendamento Mercantil		-	-	1.117.370	905.502
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	8.e	(6.208.228)	(7.078.539)	(7.706.994)	(8.563.593)
Outros Ativos	12	67.383.339	61.096.086	73.005.988	67.180.324
Ativos Fiscais Correntes		1.353.477	1.088.694	1.163.283	1.156.779
Ativo não Circulante		458.365.721	403.900.472	453.799.131	397.955.933
Instrumentos Financeiros		387.956.693	331.190.945	400.059.113	339.374.177
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	33.260.243	30.940.159	2.240.348	1.581.776
Títulos e Valores Mobiliários	6	129.206.353	119.283.560	134.085.048	126.013.272
Instrumentos Financeiros Derivativos	6	13.667.486	14.394.066	13.810.051	14.394.066
Operações de Crédito	8	203.445.400	164.803.732	239.240.166	196.839.325
Outros Ativos Financeiros	10	8.377.211	1.769.428	10.683.500	545.738
Operações de Arrendamento Mercantil		-	-	1.578.582	1.565.882
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	8.e	(17.165.339)	(14.756.906)	(19.424.300)	(16.503.895)
Outros Ativos	12	14.489.073	15.179.345	17.360.213	17.774.260
Ativos Fiscais		35.767.085	36.879.209	41.289.987	41.894.356
Correntes		2.593.535	1.130.228	3.331.917	1.973.522
Diferidos	11	33.173.550	35.748.981	37.958.070	39.920.834
Investimentos		25.980.085	23.208.562	428.488	332.851
Participações em Coligadas e Controladas	14	25.958.916	23.187.617	408.693	311.852
Outros Investimentos		21.169	20.945	19.795	20.999
Imobilizado de Uso	15	6.066.686	6.102.538	6.384.348	7.046.685
Imóveis de Uso		2.463.155	2.443.916	2.752.082	2.744.391
Outras Imobilizações de Uso		13.292.159	12.405.737	13.528.400	14.220.916
(Depreciações Acumuladas)		(9.688.628)	(8.747.115)	(9.896.134)	(9.918.622)
Intangível	16	5.271.438	6.096.779	6.122.700	6.471.617
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas		27.220.515	28.523.504	28.155.084	29.680.240
Outros Ativos Intangíveis		10.793.517	9.510.686	11.145.052	10.208.203
(Amortizações Acumuladas)		(32.742.594)	(31.937.411)	(33.177.436)	(33.416.826)
Total do Ativo		980.816.744	990.224.751	963.375.970	999.765.872

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	Notas Explicativas	31/12/2021	Banco 31/12/2020	31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Passivo Circulante		581.835.528	639.939.624	571.159.070	653.999.366
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros		570.676.801	612.837.974	552.620.227	603.022.424
Depósitos	17	302.306.231	292.520.822	298.306.809	290.741.035
Captações no Mercado Aberto	17	85.154.534	119.188.451	79.933.047	114.214.008
Obrigações por Empréstimos	17	76.021.633	53.750.603	76.026.549	53.790.402
Obrigações por Repasses do País - Instituições					
Oficiais	17	4.387.014	4.920.596	4.387.014	4.920.596
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	17	28.875.943	36.043.882	27.581.480	30.549.046
Instrumentos Financeiros Derivativos	6	14.479.201	17.389.567	6.956.577	18.372.819
Outros Passivos Financeiros	18.a	59.452.245	89.024.053	59.428.751	90.434.518
Outros Passivos		10.218.257	26.145.866	16.164.475	48.710.732
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	20.b	87.702	33.573	171.130	115.852
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos -					
Ações Trabalhistas e Cíveis	20.b	1.565.666	2.343.001	1.665.134	2.457.423
Outras Provisões	19	1.527.594	1.348.726	5.730.626	5.365.387
Diversos	19	7.037.296	22.420.566	8.597.586	40.772.070
Passivos Fiscais Correntes	11	940.470	955.784	2.374.368	2.266.210
Passivo não Circulante		319.776.644	270.788.267	311.837.837	265.292.088
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros		262.445.497	232.775.324	245.356.883	221.416.627
Depósitos	17	104.576.178	99.950.659	105.332.878	99.310.763
Captações no Mercado Aberto	17	15.715.553	40.783.009	15.715.553	40.783.009
Obrigações por Empréstimos	17	3.707.117	1.221.159	3.707.117	1.221.159
Obrigações por Repasses do País - Instituições					
Oficiais	17	7.466.070	7.827.793	7.466.070	7.827.793
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	17	86.967.036	51.015.924	67.799.380	40.078.721
Instrumentos Financeiros Derivativos	6	17.676.138	17.737.559	17.690.654	17.896.646
Outros Passivos Financeiros	18.a	26.337.405	14.239.221	27.645.231	14.298.536
Outros Passivos		55.300.978	33.579.893	63.772.477	38.833.292
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	20.b	4.224.532	4.216.171	6.577.554	6.591.441
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos -					
Ações Trabalhistas e Cíveis	20.b	3.468.009	3.578.881	3.660.582	3.884.857
Outras Provisões	19	931.767	811.461	1.036.486	896.819
Diversos	19	46.676.670	24.973.380	52.497.855	27.460.175
Passivos Fiscais		2.030.169	4.433.050	2.708.477	5.042.170
Diferidos	11.b	2.030.169	4.433.050	2.708.477	5.042.170
Resultados de Exercícios Futuros		360.501	313.983	382.255	355.526
Patrimônio Líquido	21	78.844.071	79.182.877	78.739.563	78.968.183
Capital Social	21.a	55.000.000	57.000.000	55.000.000	57.000.000
Reservas de Capital	21.c	387.537	302.665	400.701	298.313
Reservas de Lucros	21.c	27.954.392	23.128.797	27.445.196	22.511.135
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(3.784.819)	(457.227)	(3.393.295)	(49.907)
Lucros Acumulados		-	-	-	-
(-) Ações em Tesouraria	21.d	(713.039)	(791.358)	(713.039)	(791.358)
Participação dos Acionistas Minoritários	21.e	-	-	1.257.244	1.150.708
Total do Patrimônio Líquido		78.844.071	79.182.877	79.996.808	80.118.891
Total do Passivo		980.816.744	990.224.751	963.375.970	999.765.872

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstração do Resultado

		01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2021	Banco 01/01 a 31/12/2020	01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2021	Consolidado 01/01 a 31/12/2020
	Notas Explicativas						
Receitas da Intermediação Financeira		64.417.311	89.510.090	99.165.058	68.859.100	99.112.242	108.988.273
Operações de Crédito		29.614.606	49.671.784	46.237.064	35.754.810	61.171.882	57.764.083
Operações de Arrendamento Mercantil		-	-	-	136.864	251.098	287.529
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6.a	25.357.665	28.372.573	57.259.976	23.639.597	25.419.994	54.234.954
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos		5.324.592	7.617.437	(277.672)	5.200.802	8.411.746	747.518
Resultado de Operações com Câmbio		2.398.984	1.434.356	(5.605.733)	2.397.324	1.432.696	(5.605.733)
Resultado das Aplicações Compulsórias		1.721.464	2.413.940	1.551.423	1.729.703	2.424.826	1.559.922
Despesas da Intermediação Financeira		(50.058.822)	(56.931.567)	(83.174.153)	(50.898.618)	(59.797.367)	(87.750.952)
Operações de Captação no Mercado	17.b	(30.341.909)	(34.550.727)	(44.594.777)	(29.526.864)	(34.635.027)	(45.880.675)
Operações de Empréstimos e Repasses		(12.593.942)	(9.424.889)	(24.511.485)	(12.600.185)	(9.430.355)	(24.542.771)
Operações de Arrendamento Mercantil		-	-	-	-	-	-
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros		(479.667)	(375.913)	(851.467)	(479.638)	(375.877)	(851.335)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.e	(6.643.304)	(12.580.038)	(13.216.424)	(8.291.931)	(15.356.108)	(16.476.171)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		14.358.489	32.578.523	15.990.905	17.960.482	39.314.875	21.237.321
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(5.838.931)	(11.420.476)	(8.479.146)	(8.124.186)	(15.652.312)	(12.555.051)
Receitas de Prestação de Serviços	23	5.678.070	10.816.722	9.536.192	7.147.332	14.007.589	13.184.767
Rendas de Tarifas Bancárias	23	2.344.494	4.686.933	4.590.143	2.664.120	5.355.587	5.279.203
Despesas de Pessoal	24	(3.053.909)	(6.027.467)	(6.220.134)	(3.645.379)	(7.131.154)	(7.177.217)
Outras Despesas Administrativas	25	(6.478.688)	(13.194.063)	(11.337.530)	(6.485.388)	(13.530.465)	(12.800.395)
Despesas Tributárias	11.d	(1.479.917)	(3.371.632)	(2.841.346)	(2.094.400)	(4.531.027)	(3.980.474)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	14	1.717.314	3.676.647	3.007.124	40.830	69.396	51.718
Outras Receitas Operacionais	26	1.474.800	2.978.645	4.600.025	2.263.623	4.921.425	6.265.868
Outras Despesas Operacionais	27	(6.041.095)	(10.986.261)	(9.813.620)	(8.014.924)	(14.813.663)	(13.378.521)
Resultado Operacional		8.519.558	21.158.047	7.511.759	9.836.296	23.662.563	8.682.270
Resultado não Operacional	28	6.251	58.835	240.290	(19.077)	9.000	238.967
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		8.525.809	21.216.882	7.752.049	9.817.219	23.671.563	8.921.237
Imposto de Renda e Contribuição Social	11	377.085	(4.360.778)	7.972.186	(576.346)	(6.503.225)	6.539.467
Provisão para Imposto de Renda		1.502.099	(1.132.791)	(28.965)	871.514	(2.628.111)	(1.519.306)
Provisão para Contribuição Social		1.151.916	(1.029.090)	(35.590)	600.579	(2.025.626)	(835.326)
Ativo Fiscal Diferido		(2.276.930)	(2.198.897)	8.036.741	(2.048.439)	(1.849.488)	8.894.099
Participações no Lucro		(1.002.463)	(1.860.596)	(1.668.087)	(1.119.206)	(2.059.673)	(1.857.937)
Participações dos Acionistas Minoritários	21.e	-	-	-	(53.031)	(120.949)	(133.387)
Lucro Líquido		7.900.431	14.995.508	14.056.148	8.068.636	14.987.716	13.469.380
Número de Ações (Mil)	21.a	7.498.531	7.498.531	7.498.531			

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

Lucro Líquido por Lote de Mil Ações (em R\$)

1.053,60

1.999,79

1.874,52

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstração do Resultado Abrangente

	Banco			Consolidado		
	01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020	01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Lucro Líquido do Período	7.900.431	14.995.508	14.056.148	8.068.636	14.987.716	13.469.380
Outros Resultados Abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para lucros ou prejuízos quando condições específicas forem atendidas:	(1.993.306)	(3.581.648)	(1.291.042)	(1.995.805)	(3.597.444)	(895.443)
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	(1.557.596)	(2.613.797)	(1.157.351)	(1.560.096)	(2.629.593)	(775.316)
Próprios	(2.480.954)	(4.202.188)	(2.505.243)	(2.784.609)	(4.711.126)	(1.703.396)
De Ligada	(295.760)	(482.361)	95.130	-	-	-
Imposto de Renda	1.219.118	2.070.752	1.252.762	1.224.513	2.081.533	928.080
Hedge de Fluxo de Caixa	(435.710)	(967.851)	(133.691)	(435.709)	(967.851)	(120.127)
Próprios	(960.095)	(1.615.600)	(93.213)	(894.017)	(1.740.909)	(57.271)
De Ligada	66.077	(125.309)	22.378	-	-	-
Imposto de Renda	458.308	773.058	(62.856)	458.308	773.058	(62.856)
Outros Resultados Abrangentes que não serão reclassificados para Lucro Líquido:	129.415	254.056	572.062	129.415	254.056	572.062
Plano de Benefícios	129.415	254.056	572.062	129.415	254.056	572.062
Próprios	311.212	575.560	1.130.271	311.212	575.560	1.130.271
Imposto de Renda	(181.797)	(321.504)	(558.208)	(181.797)	(321.504)	(558.209)
Resultado Abrangente do Período	6.036.540	11.667.916	13.337.168	6.202.246	11.644.328	13.145.999
Atribuível à controladora				6.149.215	11.523.379	13.012.612
Atribuível aos Acionistas Minoritários				53.031	120.949	133.387
Total	6.036.540	11.667.916	13.337.168	6.202.246	11.644.328	13.145.999

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Banco

	Notas Explicativas	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial			Lucros Acumulados	(-) Ações em Tesouraria	Total
				Reserva Legal	Reserva para Equalização de Dividendos	Próprios	Coligadas e Controladas	Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial			
Saldos em 31 de dezembro de 2019		57.000.000	197.369	3.818.064	9.091.672	3.920.714	91.380	(3.750.341)	-	(681.135)	69.687.723
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	-	-	572.062	-	-	572.062
Ações em Tesouraria	21.d	-	-	-	-	-	-	-	-	(110.223)	(110.223)
Resultado com Ações em Tesouraria	21.d	-	(15.068)	-	-	-	-	-	-	-	(15.068)
Reservas para Pagamento Baseado em Ações		-	120.364	-	-	-	-	-	-	-	120.364
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	-	(1.323.847)	32.805	-	-	-	(1.291.042)
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	-	14.056.148	-	14.056.148
Destinações:											
Reserva Legal	21.c	-	-	702.807	-	-	-	-	(702.807)	-	-
Juros sobre o Capital Próprio	21.b	-	-	-	-	-	-	-	(3.325.000)	-	(3.325.000)
Dividendos Mínimos Obrigatórios	21.b	-	-	-	-	-	-	-	(512.087)	-	(512.087)
Reserva para Equalização de Dividendos	21.c	-	-	-	9.516.254	-	-	-	(9.516.254)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		57.000.000	302.665	4.520.871	18.607.926	2.596.867	124.185	(3.178.279)	-	(791.358)	79.182.877
Mutações no Exercício		-	105.296	702.807	9.516.254	(1.323.847)	32.805	572.062	-	(110.223)	9.495.154

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	Notas Explicativas	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial			Lucros Acumulados	(-) Ações em Tesouraria	Total
				Reserva Legal	Reserva para Equalização de Dividendos	Próprios	Coligadas e Controladas	Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial			
Saldos em 31 de dezembro de 2020		57.000.000	302.665	4.520.872	18.607.926	2.596.867	124.185	(3.178.279)	-	(791.358)	79.182.878
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	-	-	254.056	-	-	254.056
Ações em Tesouraria	21.d	-	-	-	-	-	-	-	-	78.319	78.319
Resultado com Ações em Tesouraria	21.d	-	40.821	-	-	-	-	-	-	-	40.821
Reservas para Pagamento Baseado em Ações		-	44.051	-	-	-	-	-	-	-	44.051
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	-	(2.985.148)	(596.500)	-	-	-	(3.581.648)
Cisão	21.a	(2.000.000)	-	-	(527.444)	-	-	-	-	-	(2.527.444)
Dividendos Prescritos		-	-	-	6.530	-	-	-	-	-	6.530
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	-	14.995.508	-	14.995.508
Destinações:											
Reserva Legal	21.c	-	-	749.775	-	-	-	-	(749.775)	-	-
Dividendos	21.b	-	-	-	(200.000)	-	-	-	(5.800.000)	-	(6.000.000)
Juros sobre o Capital Próprio	21.b	-	-	-	-	-	-	-	(3.649.000)	-	(3.649.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	21.c	-	-	-	4.796.733	-	-	-	(4.796.733)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		55.000.000	387.537	5.270.647	22.683.745	(388.281)	(472.315)	(2.924.223)	-	(713.039)	78.844.071
Mutações no Exercício		(2.000.000)	84.872	749.775	4.075.819	(2.985.148)	(596.500)	254.056	-	78.319	(338.808)

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	Notas Explicativas	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial			Lucros Acumulados	(-) Ações em Tesouraria	Total
				Reserva Legal	Reserva para Equalização de Dividendos	Próprios	Coligadas e Controladas	Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial			
Saldos em 30 de junho de 2021		55.000.000	273.136	4.875.625	21.820.805	1.375.342	(242.632)	(3.053.638)	-	(709.770)	79.338.868
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	-	-	129.415	-	-	129.415
Ações em Tesouraria	21.d	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.269)	(3.269)
Resultado com Ações em Tesouraria	21.d	-	239	-	-	-	-	-	-	-	239
Reservas para Pagamento Baseado em Ações		-	114.162	-	-	-	-	-	-	-	114.162
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	-	(1.763.623)	(229.683)	-	-	-	(1.993.306)
Dividendos Prescritos		-	-	-	6.530	-	-	-	-	-	6.530
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	-	7.900.431	-	7.900.431
Destinações:											
Reserva Legal	21.c	-	-	395.022	-	-	-	-	(395.022)	-	-
Juros sobre o Capital Próprio	21.b	-	-	-	-	-	-	-	(3.649.000)	-	(3.649.000)
Dividendos	21.b	-	-	-	-	-	-	-	(3.000.000)	-	(3.000.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	21.c	-	-	-	856.410	-	-	-	(856.410)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		55.000.000	387.537	5.270.647	22.683.745	(388.281)	(472.315)	(2.924.223)	-	(713.039)	78.844.071
Mutações no Semestre		-	114.401	395.022	862.940	(1.763.623)	(229.683)	129.415	-	(3.269)	(494.797)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Consolidado

	Notas Explicativas	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial			Lucros Acumulados	(-) Ações em Patrimônio		Participação dos Acionistas Minoritários	Total do Patrimônio Líquido
				Reserva Legal	Reserva para Equalização de Dividendos	Próprios	Coligadas e Controladas	Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial		Tesouraria	Líquido		
Saldos em 31 de dezembro de 2019		57.000.000	194.115	3.818.065	9.168.713	3.932.436	91.380	(3.750.342)	-	(681.135)	69.773.232	1.695.361	71.468.593
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	-	-	572.062	-	-	572.062	-	572.062
Ações em Tesouraria	21.d	-	(15.068)	-	-	-	-	-	-	(110.223)	(125.291)	-	(125.291)
Reservas para Pagamento Baseado em Ações		-	119.266	-	-	-	-	-	-	-	119.266	-	119.266
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	-	(928.249)	32.806	-	-	-	(895.443)	-	(895.443)
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	-	13.469.380	-	13.469.380	-	13.469.380
Destinações:													
Reserva Legal	21.c	-	-	702.807	-	-	-	-	(702.807)	-	-	-	-
Juros sobre o Capital Próprio	21.b	-	-	-	-	-	-	-	(3.325.000)	-	(3.325.000)	-	(3.325.000)
Dividendos Mínimos Obrigatórios	21.b	-	-	-	-	-	-	-	(512.087)	-	(512.087)	-	(512.087)
Reserva para Equalização de Dividendos	21.c	-	-	-	9.516.254	-	-	-	(9.516.254)	-	-	-	-
Lucro não Realizado		-	-	-	(586.768)	-	-	-	586.768	-	-	-	-
Resultado de Participações dos Acionistas Minoritários	21.e	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(133.387)	(133.387)
Outros		-	-	-	(107.936)	-	-	-	-	-	(107.936)	(411.266)	(519.202)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		57.000.000	298.313	4.520.872	17.990.263	3.004.187	124.186	(3.178.280)	-	(791.358)	78.968.183	1.150.708	80.118.891
Mutações no Exercício		-	104.198	702.807	8.821.550	(928.249)	32.806	572.062	-	(110.223)	9.194.951	(544.653)	8.650.298

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	Notas Explicativas	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial				Lucros Acumulados	(-) Ações em Tesouraria	Patrimônio Líquido	Participação dos Acionistas Minoritários	Total do Patrimônio Líquido
				Reserva Legal	Reserva para Equalização de Dividendos	Próprios	Coligadas e Controladas	Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial						
Saldos em 31 de dezembro de 2020		57.000.000	298.313	4.520.872	17.990.263	3.004.187	124.186	(3.178.280)	-	(791.358)	78.968.183	1.150.708	80.118.891	
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	-	-	254.057	-	-	254.057	-	254.057	
Ações em Tesouraria	21.d	-	40.821	-	-	-	-	-	-	78.319	119.140	-	119.140	
Reservas para Pagamento Baseado em Ações		-	61.567	-	-	-	-	-	-	-	61.567	-	61.567	
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	-	(3.000.945)	(596.500)	-	-	-	(3.597.445)	-	(3.597.445)	
Cisão	21.a	(2.000.000)	-	-	(527.444)	-	-	-	-	-	(2.527.444)	-	(2.527.444)	
Dividendos Prescritos		-	-	-	6.530	-	-	-	-	-	6.530	-	6.530	
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	-	14.987.716	-	14.987.716	-	14.987.716	
Destinações:														
Reserva Legal	21.c	-	-	749.386	-	-	-	-	(749.386)	-	-	-	-	
Dividendos	21.b	-	-	-	(200.000)	-	-	-	(5.800.000)	-	(6.000.000)	-	(6.000.000)	
Juros sobre o Capital Próprio	21.b	-	-	-	-	-	-	-	(3.649.000)	-	(3.649.000)	-	(3.649.000)	
Reserva para Equalização de Dividendos	21.c	-	-	-	5.298.525	-	-	-	(5.298.525)	-	-	-	-	
Lucro não Realizado		-	-	-	(509.195)	-	-	-	509.195	-	-	-	-	
Resultado de Participações dos Acionistas Minoritários	21.e	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	120.949	120.949	
Outros		-	-	-	116.260	-	-	-	-	-	116.260	(14.412)	101.848	
Saldos em 31 de dezembro de 2021		55.000.000	400.701	5.270.258	22.174.938	3.242	(472.314)	(2.924.223)	-	(713.039)	78.739.563	1.257.245	79.996.808	
Mutações no Exercício		(2.000.000)	102.388	749.386	4.184.675	(3.000.945)	(596.500)	254.057	-	78.319	(228.620)	106.537	(122.083)	

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	Notas Explicativas	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial		Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	(-) Ações em Tesouraria	Patrimônio Líquido	Participação dos Acionistas Minoritários	Total do Patrimônio Líquido
				Reserva Legal	Reserva para Equalização de Dividendos	Próprios	Coligadas e Controladas						
Saldos em 30 de junho de 2021		55.000.000	265.784	4.866.826	21.128.435	1.773.124	(246.391)	(3.053.639)	-	(709.770)	79.024.369	1.297.163	80.321.532
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	-	-	129.416	-	-	129.416	-	129.416
Ações em Tesouraria	21.d	-	239	-	-	-	-	-	-	(3.269)	(3.030)	-	(3.030)
Reservas para Pagamento Baseado em Ações		-	134.678	-	-	-	-	-	-	-	134.678	-	134.678
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	-	(1.769.882)	(225.923)	-	-	-	(1.995.805)	-	(1.995.805)
Dividendos Prescritos		-	-	-	6.530	-	-	-	-	-	6.530	-	6.530
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	-	8.068.636	-	8.068.636	-	8.068.636
Destinações:													
Reserva Legal	21.c	-	-	403.432	-	-	-	-	(403.432)	-	-	-	-
Juros sobre o Capital Próprio	21.b	-	-	-	-	-	-	-	(3.649.000)	-	(3.649.000)	-	(3.649.000)
Dividendos	21.b	-	-	-	-	-	-	-	(3.000.000)	-	(3.000.000)	-	(3.000.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	21.c	-	-	-	2.050.999	-	-	-	(2.050.999)	-	-	-	-
Lucro não Realizado		-	-	-	(1.034.795)	-	-	-	1.034.795	-	-	-	-
Resultado de Participações dos Acionistas Minoritários	21.e	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	53.031	53.031
Outros		-	-	-	23.770	-	-	-	-	-	23.770	(92.949)	(69.179)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		55.000.000	400.701	5.270.258	22.174.938	3.242	(472.314)	(2.924.223)	-	(713.039)	78.739.563	1.257.245	79.996.808
Mutações no Semestre		-	134.917	403.432	1.046.503	(1.769.882)	(225.923)	129.416	-	(3.269)	(284.806)	(39.918)	(324.724)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

		Banco		Consolidado			
	Notas Explicativas	01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020	01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Atividades Operacionais							
Lucro Líquido		7.900.431	14.995.508	14.056.148	8.068.636	14.987.716	13.469.380
Ajustes ao Lucro Líquido		(17.013.687)	40.318.423	(7.202.429)	(13.736.951)	46.920.264	1.387.494
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.e	6.643.304	12.580.038	13.216.424	8.291.931	15.356.108	16.476.171
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	20.c	666.611	1.349.302	1.394.832	838.551	1.586.786	1.859.133
Atualizações Monetárias das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	20.c	354.297	611.011	316.431	388.405	669.909	366.578
Tributos Diferidos	11.a & b	2.560.987	3.005.190	(7.500.998)	2.287.077	2.728.832	(7.641.153)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	14	(1.717.314)	(3.676.647)	(3.007.124)	(40.830)	(69.396)	(51.718)
Depreciações e Amortizações	25	1.348.455	3.637.533	2.641.934	1.408.506	3.822.494	3.094.511
Constituição (Reversão) de Provisão para Perdas em Outros Valores e Bens	28	1.301	19.309	(11.534)	13.052	25.953	(24.629)
Resultado na Alienação de Valores e Bens	28	130.330	81.439	(72.815)	114.447	68.882	(64.108)
Resultado na alienação de Investimentos	28	-	-	(168.588)	(118)	(59)	(168.588)
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	27	(68.864)	-	-	(68.864)	-	-
Atualização de Depósitos Judiciais	26	(242.357)	(331.513)	(186.159)	(331.737)	(437.885)	(235.800)
Atualização de Impostos a Compensar	26	(50.395)	(197.801)	(119.320)	(63.684)	(219.257)	(166.091)
Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		5.325	-	-	5.325	-	-
Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Ativos e Passivos		(26.635.719)	23.236.338	(12.150.805)	(26.635.719)	23.236.338	(12.150.805)
Outros		(9.648)	4.224	(1.554.707)	56.707	151.559	93.993
Variações em Ativos e Passivos		16.735.262	(42.865.406)	19.131.193	14.020.450	(45.245.224)	29.383.588
Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		8.945.566	33.110.288	(30.183.420)	14.280.875	43.845.300	(28.351.422)
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		(8.960.300)	2.681.298	(53.030.752)	(10.276.875)	(866.917)	(57.200.916)
Redução (Aumento) em Operações de Crédito e Operações de Arrendamento Mercantil		(21.042.384)	(47.440.659)	(79.248.979)	(26.442.500)	(57.529.326)	(70.360.003)
Redução (aumento) em Outras - Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(867.737)	(469.012)	823.244	(643.963)	(461.635)	605.492
Redução (Aumento) em Depósitos no Banco Central		(7.382.716)	(10.022.362)	10.951.716	(7.514.359)	(10.179.967)	11.254.324
Redução (aumento) em Outros Ativos Financeiros		21.841.453	62.407.067	(6.656.801)	25.434.744	61.136.160	(4.388.037)
Redução (Aumento) em Despesas Antecipadas		471.288	209.318	(107.645)	460.928	305.639	49.414
Redução (aumento) em Outros Ativos		(2.562.110)	(5.676.353)	27.159.289	4.092.051	6.795.561	25.232.030
Redução (aumento) em Ativos Fiscais Correntes		(3.896.617)	(1.530.289)	139.380	(4.428.702)	(1.142.828)	355.937
Variação Líquida em Outras Relações Interfinanceiras e Interdependências		3.657.572	(1.548.498)	(7.476.244)	3.657.228	13.358.138	(12.477.368)
Aumento (Redução) em Depósitos		5.452.217	14.410.928	118.259.315	5.052.100	13.587.889	117.123.807
Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto		(26.556.661)	(59.101.373)	30.339.013	(27.799.198)	(59.348.417)	31.056.027
Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses		18.424.176	25.748.805	7.318.412	18.429.092	25.713.921	9.892.353
Aumento (redução) em Outros Passivos Financeiros		(2.569.024)	(93.789.615)	(3.503.797)	(7.614.984)	(93.562.346)	(5.124.944)
Aumento (redução) em Outros Passivos		35.636.911	38.113.847	4.410.201	30.900.265	12.968.717	11.658.422
Aumento (redução) em Outras Obrigações Fiscais Correntes		(2.390.122)	2.554.006	(113.981)	(1.395.433)	4.778.126	1.363.656
Aumento (Redução) em Resultados de Exercícios Futuros		(18.371)	46.518	52.242	(31.930)	26.729	70.308
Imposto Pago		(1.447.879)	(2.569.320)	-	(2.138.889)	(4.669.968)	(1.375.492)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		7.622.006	12.448.525	25.984.912	8.352.135	16.662.756	44.240.462
Atividades de Investimento							
Aumento de Capital em Participações em Coligadas e Controladas	14	-	-	(493.156)	-	-	-
Aquisição de Investimentos		(3.487)	(3.487)	(145)	(2.059)	(2.059)	(130)
Aquisição de Imobilizado de Uso		(701.458)	(1.075.927)	(1.076.414)	(740.691)	(1.127.830)	(1.437.665)
Aplicações e Alienações no Intangível		(956.852)	(20.352)	(1.740.278)	(1.627.546)	(904.173)	(1.958.678)

Relatório da Administração	Relatório dos Auditores Independentes		Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas		Declaração dos Diretores	
*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.							
Caixa Líquido Recebido na Alienação de Investimentos		13.345	13.345	-	13.344	13.344	6
Aquisição de Participação Minoritária Residual em Controlada	2.c	(308.100)	(908.100)	(1.606.000)	(13.007)	(31.671)	(1.606.000)
Alienação de Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda		88.236	431.904	639.346	135.341	489.810	668.206
Alienação de Imobilizado de Uso		(44.938)	(21.304)	101.729	40.326	613.808	163.750
Alienação de Participações em Coligadas e Controladas		839	876.904	6.294.769	-	-	171.213
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		76.703	335.084	1.293.445	139.467	179.079	(5.165)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Investimento		(1.835.712)	(371.933)	3.413.296	(2.054.825)	(769.692)	(4.004.463)
Atividades de Financiamento							
Aquisição de Ações de Emissão Própria	21.d	(3.269)	78.319	(110.223)	(3.269)	78.319	(110.223)
Emissões de Obrigações de Longo Prazo		42.965.339	99.229.585	71.204.332	43.116.455	96.662.999	62.324.678
Pagamentos de Obrigações de Longo Prazo		(49.767.726)	(96.732.607)	(82.628.491)	(50.284.805)	(98.017.056)	(84.683.718)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos		(5.487.571)	(9.545.424)	(10.094.087)	(5.880.282)	(9.995.696)	(10.211.084)
Aumento (Redução) em Participação dos Minoritários		-	-	-	29.394	29.394	-
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Financiamento		(12.293.227)	(6.970.127)	(21.628.469)	(13.022.507)	(11.242.040)	(32.680.347)
Variação Cambial sobre Caixa e Equivalentes de Caixa		(5.325)	-	-	(5.325)	-	-
Aumento (Redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		(6.512.258)	5.106.465	7.769.739	(6.730.522)	4.651.024	7.555.652
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	4	40.809.894	29.191.171	21.421.432	40.380.861	28.999.315	21.443.663
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	4	34.297.636	34.297.636	29.191.171	33.650.339	33.650.339	28.999.315
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.							

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Relatório da
AdministraçãoRelatório dos Auditores
IndependentesDemonstrações
Financeiras

Notas Explicativas

Declaração dos
Diretores

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstração do Valor Adicionado

	Notas Explicativas	Banco									Consolidado
		01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2021		01/01 a 31/12/2020		01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2021		01/01 a 31/12/2020	
Receitas da Intermediação Financeira		64.417.311	89.510.090		99.165.058		68.859.100	99.112.242		108.988.273	
Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias	23	8.022.564	15.503.655		14.126.335		9.811.452	19.363.176		18.463.970	
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	8.e	(6.643.304)	(12.580.038)		(13.216.424)		(8.291.931)	(15.356.108)		(16.476.171)	
Outras Receitas e Despesas		(4.560.044)	(7.948.781)		(4.969.816)		(5.770.378)	(9.883.238)		(6.870.197)	
Despesas da Intermediação Financeira		(45.784.797)	(46.626.121)		(69.957.729)		(43.439.891)	(45.118.066)		(71.274.781)	
Insumos de Terceiros		(4.667.468)	(8.698.621)		434.939		(4.610.402)	(8.843.286)		(1.961.251)	
Material, Energia e Outros		(162.665)	(291.900)		(253.865)		(173.857)	(311.736)		(269.900)	
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	25	(1.211.132)	(2.282.474)		(2.067.985)		(1.204.521)	(2.472.714)		(2.623.065)	
Avaliação do Valor Recuperável		(14.899)	(14.899)		(3.489)		(14.899)	(14.899)		(3.489)	
Outros		(3.278.772)	(6.109.348)		2.760.278		(3.217.125)	(6.043.937)		935.203	
Valor Adicionado Bruto		10.784.262	29.160.184		25.582.363		16.557.949	39.274.719		30.869.843	
Retenções											
Depreciações e Amortizações	25	(1.348.455)	(3.637.533)		(2.641.934)		(1.408.506)	(3.822.494)		(3.094.511)	
Valor Adicionado Líquido Produzido		9.435.807	25.522.651		22.940.429		15.149.443	35.452.225		27.775.332	
Valor Adicionado Recebido em Transferência do Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	14	1.717.314	3.676.647		3.007.124		40.830	69.396		51.718	
Valor Adicionado Total a Distribuir		11.153.121	29.199.298		25.947.553		15.190.273	35.521.621		27.827.050	
Distribuição do Valor Adicionado											
Pessoal		3.454.743	6.901.462	23,6%	7.093.344	27,3%	5.212.357	9.190.827		8.105.835	29,1%
Remuneração	24	1.697.980	3.397.120		3.623.045		1.927.617	3.886.537		4.102.940	
Benefícios	24	609.055	1.203.198		1.243.870		794.314	1.500.931		1.428.339	
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)		271.424	433.955		315.165		(192.968)	-		383.024	
Outras		876.284	1.867.189		1.911.264		2.683.394	3.803.359		2.191.532	
Impostos, Taxas e Contribuições		(664.819)	6.444.419	22,1%	4.003.628	15,4%	1.389.770	10.357.445		7.206.954	25,9%
Federais		(1.061.049)	5.693.848		3.312.646		894.946	9.416.146		6.334.980	
Estaduais		294	630		567		437	813		907	
Municipais		395.936	749.941		690.415		494.387	940.486		871.067	
Remuneração do Capital de Terceiros - Aluguéis	25	462.765	857.909	2,9%	794.433	3,1%	466.480	864.685		811.875	2,9%
Remuneração de Capitais Próprios		7.900.431	14.995.508	51,4%	14.056.148	54,2%	8.121.667	15.108.665		11.702.386	42,1%
Dividendos	21.b	3.000.000	6.000.000		512.087		3.000.000	6.000.000		512.087	
Juros sobre o Capital Próprio	21.b	3.649.000	3.649.000		3.325.000		3.649.000	3.649.000		3.325.000	
Reinvestimentos de Lucros		1.251.431	5.346.508		10.219.061		1.525.698	5.580.614		7.998.686	
Resultado das Participações dos Acionistas Minoritários	21.f	-	-		-		(53.031)	(120.949)		(133.387)	
Total		11.153.121	29.199.298	100,0%	25.947.553	100,0%	15.190.273	35.521.621	0,0%	27.827.050	100,0%

1. Contexto Operacional

O Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco), controlado direta e indiretamente pelo Banco Santander, S.A., com sede na Espanha (Banco Santander Espanha), é a instituição líder dos Conglomerados Financeiro e Prudencial (Conglomerado Santander) perante o Banco Central do Brasil (Bacen), constituído na forma de sociedade por ações, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041, Cj. 281, Bloco A, Cond. Wtorre JK - Vila Nova Conceição - São Paulo - SP. O Banco Santander opera como banco múltiplo e desenvolve suas operações por intermédio das carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil e de câmbio. Através de empresas controladas, atua também nos mercados de instituição de pagamento, administração de consórcios, corretagem de valores mobiliários, corretagem de seguros, financiamento ao consumo, plataformas digitais, gestão de benefícios, gestão e recuperação de créditos não performados, capitalização e previdência privada, e fornecimento e administração de vales alimentação, refeição e outros. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. Os benefícios e custos correspondentes aos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas e são realizados no curso normal dos negócios e em condições comutativas.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco Santander, que incluem suas dependências no exterior (Banco) e as demonstrações consolidadas (Consolidado), foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020 estabelecem os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. A Resolução BCB nº 2/2020, revogou a Circular Bacen nº 3.959/2019, e entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021 sendo aplicável na elaboração, divulgação e remessa de Demonstrações Financeiras. A referida norma, entre outros requisitos, determinou a evidenciação em nota explicativa, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes.

Em 27 de maio de 2021 foi publicada a Resolução CMN nº 4.911 que passará a vigorar em 1º de janeiro de 2022 e propõem alterações nos documentos e divulgações a serem realizados. O Banco está em processo de avaliação e adaptações para pela Resolução, a qual determina a extinção dos documentos:

- Balancete e Balanço - sede e dependência (documentos 4020 e 4026);
- Balancete Patrimonial Analítico - Posição Consolidada de Dependências e Participações Societárias no Exterior (documento 4343);
- Balancete e Balanço do Conglomerado Financeiro (documentos 4040 e 4046);
- Balancete Patrimonial Analítico - Posição Individual de Participação Societária no Exterior (documento 4313) será simplificado;
- Demonstrações Financeiras Conglomerado Prudencial com Notas Explicativas/ Parecer do Auditor.

A Resolução mantém a obrigatoriedade de publicação dos documentos:

- Balancete Patrimonial Analítico – Conglomerado Prudencial, com periodicidade mensal (CADOC 4060);
- Balanço Patrimonial – Conglomerado Prudencial, com periodicidade semestral (CADOC 4066), para as datas-base de 30 de junho e 31 de dezembro; e
- Relatório do Conglomerado Prudencial, com periodicidade semestral, para as datas-bases de 30 de junho e 31 de dezembro (o qual ainda será objeto de maior detalhamento por parte do regulador).

Em novembro de 2021 foi publicada a Resolução CMN nº 4.966, que trata sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) buscando a convergência do critério contábil do COSIF para os requerimentos da norma internacional do IFRS 9. A Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025, sendo que Banco Santander, junto ao mercado e ao Banco Central, já iniciou as avaliações de impacto e alterações necessárias para atender sua implementação e sobre a identificação e tratamento dos impactos esperados.

A Resolução CMN nº 4.967, que foi publicada em novembro de 2021, determina critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação contábeis de propriedades para investimento e de ativos não financeiros adquiridos com a finalidade de venda futura e de geração de lucros com base nas variações dos seus preços no mercado, a Resolução que passa a vigorar em vigor em 1º de janeiro

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

de 2022, já é objeto de avaliação e análise por parte do Banco Santander para ponderação sobre seus impactos e dos procedimentos a serem estabelecidos.

Foi publicada pelo Banco Central do Brasil em dezembro de 2021 a Resolução CMN nº 4.975 que estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) – Arrendamentos, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil, e que passa a vigorar em 1º de janeiro de 2025. O Banco Santander iniciou as avaliações de impacto e alterações que serão devidos para adequação aos requerimentos da resolução.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem o Banco e suas empresas controladas e os fundos de investimentos indicados na Nota 14, onde as empresas do Conglomerado Santander são as principais beneficiárias ou detentoras das principais obrigações. As carteiras desses fundos de investimentos estão classificadas por tipo de operação e estão distribuídos nas mesmas categorias em que originalmente foram alocados.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram eliminadas as participações societárias, os saldos relevantes a receber e a pagar, as receitas e despesas decorrentes de transações entre dependências no país, dependência no exterior e controladas, os resultados não realizados entre essas empresas e destacada a participação dos acionistas minoritários no patrimônio líquido e no resultado.

Para melhor apresentação de determinados saldos das contas de operações com comercialização de energia elétrica, estão sendo remensurados os comparativos conforme detalhado nas notas 10 e 18 a.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre provisões e passivos contingentes e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas, sendo as principais, provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, realização de ativos fiscais diferidos, provisão para processos judiciais, cíveis, fiscais e trabalhistas, plano de pensão e o valor justo dos ativos financeiros.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, na reunião realizada em 01 de fevereiro de 2022.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas elaboradas com base no padrão contábil internacional emitido pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, serão divulgadas, no prazo legal, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

3. Principais Políticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, pro rata dia incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

b) Moeda Funcional

Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

A Resolução CMN nº 4.524 de 29 de setembro de 2016, com aplicação prospectiva a partir de 1 de janeiro de 2017, passou a estabelecer procedimentos contábeis para reconhecimento pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen que detenham investimentos no exterior: I - dos efeitos das variações cambiais resultantes da conversão de transações realizadas em moeda estrangeira por investidas no exterior para as respectivas moedas funcionais; II - dos efeitos das variações cambiais resultantes da conversão dos saldos das demonstrações financeiras de investidas no exterior das respectivas moedas funcionais para a moeda nacional; e III - das operações com finalidade de hedge de variação cambial de investimentos no exterior. Referidas alterações não impactaram as demonstrações financeiras do Banco Santander em 2020. Considera-se moeda funcional a moeda do ambiente econômico principal no qual a entidade opera.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do Banco Santander e de suas controladas, incluindo sua subsidiária e agências no exterior.

Os ativos e passivos das dependências e subsidiária no exterior são convertidos para o Real como segue:

- Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço; e
- Receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados pro rata dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado (valor justo) ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação, independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no ativo circulante, conforme estabelecido pela Circular Bacen nº 3.068/2001.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Créditos Remunerados Vinculados ao Bacen

São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados pro rata dia.

e.1) Operações Compromissadas

Venda com Compromisso de Recompra

Os títulos de renda fixa próprios utilizados para lastrear as operações compromissadas são destacados em contas específicas do ativo (títulos vinculados) na data da operação, pelo valor médio contábil atualizado, por tipo e vencimento do papel. A diferença entre os valores de recompra e o de venda representa a despesa da operação.

O Banco também utiliza lastros de terceiros para realizar captações em operações de venda com compromisso de recompra, tais captações são registradas como posição financiada.

Compra com Compromisso de Revenda

Os financiamentos concedidos mediante lastro com títulos de renda fixa (de terceiros) são registrados na posição bancada pelo valor de liquidação. A diferença entre os valores de revenda e de compra representa a renda da operação. Os títulos adquiridos com compromisso de revenda são transferidos para a posição financiada quando utilizados para lastrear operações de venda com compromisso de recompra.

Operações Compromissadas Realizadas com Acordo de Livre Movimentação

Para operações com cláusula de livre movimentação, no momento da venda definitiva dos títulos adquiridos com compromisso de revenda, o passivo referente à obrigação de devolução do título deve ser avaliado pelo valor de mercado do título.

f) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada, conforme Circular nº 3.068/2001 do Banco Central, pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

I - títulos para negociação;

II - títulos disponíveis para venda; e

III - títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade financeira do Banco de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados pro rata dia, ajustados ao valor de mercado (valor justo), computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida:

(1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

(2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado (valor justo) realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados pro rata dia.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.

g) Instrumentos Financeiros Derivativos

De acordo com a Circular nº 3.082/2002 do Banco Central, os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a hedge ou não. As operações efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de hedge contábil, principalmente derivativos utilizados na administração da exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos (hedge) podem ser classificados como:

I - hedge de risco de mercado; e

II - hedge de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a hedge e os respectivos objetos de hedge são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

(1) para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período; e

(2) para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização da parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

Alguns instrumentos financeiros híbridos são compostos por um instrumento financeiro derivativo e um ativo ou passivo não derivativo. Nestes casos, o instrumento financeiro derivativo representa um derivativo embutido. Os derivativos embutidos são registrados separadamente em relação ao contrato a que estejam vinculados.

Não temos operações de hedge de investimento líquido em operações no exterior como definido na Resolução CMN nº 4.524/2016, uma vez que não detemos investimentos no exterior em moeda funcional diferente do real.

h) Carteira de Créditos e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

A carteira de crédito inclui as operações de crédito, operações de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados pro rata dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Normalmente, o Banco efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito baixada para prejuízo é registrada em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

As cessões de crédito sem retenção de riscos resultam na baixa dos ativos financeiros objeto da operação, que passam a ser mantidos em conta de compensação. O resultado da cessão é reconhecido integralmente, quando de sua realização.

A partir de janeiro de 2012, conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.533/2008 e Resolução CMN nº 3.895/2010, todas as cessões de crédito com retenção substancial de riscos passam a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações, e os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

A Resolução CMN nº 4.855 de 24 de setembro de 2020, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2021, determina que, para os critérios de provisão de operações realizadas no âmbito dos programas instituídos com o propósito de enfrentamento dos efeitos da pandemia da COVID-19 na economia, nas quais haja compartilhamento de recursos ou de riscos entre a União e as instituições participantes ou garantia prestada pela União, os percentuais definidos na Resolução nº 2.682, devem ser aplicados somente sobre a parcela do valor contábil da operação, cujo risco de crédito é detido pela instituição. Nos casos de transferência para prejuízo, o montante levado para contas de compensação deve ser de 100% do saldo da operação.

h.1) Reestruturação de Operação de Crédito

A Resolução CMN nº 4.803, posteriormente alterada pela Resolução CMN nº 4.855 mencionada acima, permitiu às Instituições Financeiras reclassificar para o nível em que estavam classificadas em 29 de fevereiro de 2020, as operações renegociadas entre 1º de março a 31 de dezembro de 2020 (redação dada pela resolução 4.855), não incluindo aquelas operações com atraso igual ou superior a quinze dias em 29 de fevereiro de 2020 e que apresentem evidências de incapacidade de honrar a obrigação nas novas condições pactuadas.

i) Ativos Não-Correntes Mantidos para Venda e Outros Valores e Bens

Ativos não-correntes mantidos para venda incluem o valor contábil de itens individuais, grupos de alienação ou itens que façam parte de uma unidade de negócios destinada à alienação (operações descontinuadas), cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano.

Outros valores e bens referem-se, principalmente, a bens não de uso próprio, compostos basicamente por imóveis e veículos recebidos em dação de pagamento.

Ativos não-correntes mantidos para venda e os bens não de uso próprio são geralmente registrados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil, na data em que forem classificados nessa categoria e não são depreciados.

j) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

j.1) Comissões Pagas a Correspondentes Bancários

Considerando-se o contido na Resolução CMN nº 4.294 e Circular Bacen nº 3.693 de dezembro de 2013, a partir de janeiro de 2015 as comissões pagas aos agentes intermediadores da originação de novas operações de crédito ficam limitadas aos percentuais máximos de (i) 6% do valor da nova operação originada e (ii) 3% do valor da operação objeto de portabilidade.

As referidas comissões devem ser integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas.

k) Investimentos

Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são inicialmente reconhecidos pelo seu valor de aquisição, e posteriormente avaliados pelo método de equivalência patrimonial e os resultados apurados são reconhecidos em resultado de participações em coligadas e controladas. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor recuperável, quando aplicável.

Mudança no Escopo de Consolidação – Consiste na alienação, aquisição ou mudança de controle de determinado investimento.

A resolução CMN nº 4.817/2020 que trata sobre critérios para mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, a principal alteração que trazida é a extinção do COSIF “Ações e cotas” do grupo de investimentos, passando estes a serem tratados como Títulos e Valores Mobiliários, a resolução passa a vigorar em janeiro de 2022 e o Banco Santander segue avaliando impactos e alterações necessárias, não havendo expectativa de impactos materiais por essa alteração

l) Imobilizado de Uso

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais.

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

m) Intangível

O ágio na aquisição de sociedades controladas e coligadas é amortizado em até 10 anos, observada a expectativa de resultados futuros e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de seu valor.

Os direitos por aquisição de folhas de pagamento são contabilizados pelos valores pagos na aquisição de direitos de prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares, de entidades públicas ou privadas, e amortizados de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

Os gastos de aquisição e desenvolvimento de logiciais são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.

n) Provisões Técnicas Relacionadas às Atividades de Previdência e de Capitalização

As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as determinações e critérios estabelecidos na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Provisões Técnicas de Previdência

As provisões técnicas são constituídas, principalmente, de acordo com os critérios abaixo:

• Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder e Concedidos (PMBaC e PMBC)

A PMBaC é constituída a partir das contribuições arrecadadas através do regime financeiro de capitalização. A PMBC representa as obrigações assumidas sob a forma de planos de renda continuada, sendo constituídas através de cálculos atuariais para os planos dos tipos tradicionais.

• Provisão Complementar de Cobertura (PCC)

A PCC deverá ser constituída quando for observada insuficiência nas provisões técnicas decorrente da realização do Teste de Adequação de Passivos (TAP).

Provisões Técnicas de Capitalização

As provisões técnicas são constituídas de acordo com os critérios abaixo:

- Provisão matemática para resgate resulta da acumulação dos percentuais aplicáveis sobre os pagamentos efetuados, capitalizados com a taxa de juros prevista no plano e atualização através da Taxa Referencial Básica (TR);
- Provisão para resgate dos títulos antecipados é constituída a partir do cancelamento por falta de pagamento ou solicitação de resgate do título, com base no valor da provisão matemática de resgate constituída no momento de cancelamento do título e a provisão para resgate dos títulos vencidos é constituída após o término de vigência do título;
- Provisão de sorteios a realizar é constituída com base em percentual da parcela paga e tem como objetivo cobrir os sorteios a que os títulos irão concorrer, mas que ainda não foram realizados. A provisão de sorteios a pagar é constituída para os títulos sorteados, mas que ainda não foram pagos; e
- Provisão de despesas administrativas tem como objetivo refletir o valor presente das despesas futuras dos títulos de capitalização cuja vigência estende-se após a data de sua constituição.

o) Plano de Benefícios a Funcionários

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pelo Banco de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, no caso de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

Plano de Contribuição Definida

Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o Banco e suas controladas como entidades patrocinadoras pagam contribuições fixas a um fundo de pensão durante o período de duração do contrato de trabalho do funcionário beneficiário, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas de pessoal na demonstração dos resultados.

Planos de Benefício Definido

Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja plano de contribuição definida e estão apresentados na Nota 31. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o estimado.

Desde janeiro de 2013, o Banco Santander aplica o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 33 (R1) que estabelece o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta destacada do patrimônio líquido (outros ajustes de avaliação patrimonial).

Principais Definições

- O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados.
- Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano.
- A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados.
- Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais.
- Custo do serviço corrente é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente.
- O custo do serviço passado é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.

Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de outras despesas operacionais - perdas atuariais - planos de aposentadoria (Nota 29) e despesas de pessoal (Nota 24).

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria especializada e aprovado pela Administração, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.

p) Remuneração Baseada em Ações

O Banco possui planos de compensação a longo prazo com condições para aquisição. As principais condições para aquisição são: (1) condições de serviço, desde que o participante permaneça empregado durante a vigência; (2) condições de performance, a quantidade de ações a serem entregues a cada participante será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco: comparação do Retorno Total ao Acionista (RTA) do Conglomerado Santander com o RTA dos principais concorrentes globais do Grupo e (3) condições de mercado, uma vez que alguns parâmetros são condicionados ao valor de mercado das ações do Banco. O Banco mensura o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo.

Liquidação em Ações

O Banco mensura o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida com as reservas de capital ao longo do período de vigência, como os serviços são recebidos, o Banco considera o tratamento das condições de serviço e reconhece o montante para os serviços recebidos durante o período de vigência, baseado na melhor avaliação da estimativa para a quantidade de instrumentos de patrimônio que se espera conceder.

Liquidação em Dinheiro

Para pagamentos baseados em ações liquidados em dinheiro (na forma de valorização das ações), o Banco mensura os serviços prestados e o correspondente passivo incorrido ao valor justo. Este procedimento consiste na captura da valorização das ações entre a data de concessão e liquidação. O Banco reavalia o valor justo do passivo ao final de cada período de reporte, quaisquer mudanças

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

neste montante são reconhecidas no resultado do período. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida às provisões em "salários a pagar" em todo o período de vigência, refletindo como os serviços são recebidos, o Banco registra o passivo total que represente a melhor estimativa da quantidade de direito de valorização das ações que serão adquiridas ao final do período de vigência e reconhece o valor dos serviços recebidos durante o período de vigência, baseado na melhor estimativa disponível. Periodicamente, o Banco analisa sua estimativa sobre o número de direitos de valorização de ações que serão adquiridos no final do período de carência.

Remuneração Variável Referenciada em Ações

Além dos administradores, todos os funcionários em posição de tomadores de risco, recebem no mínimo 40% de sua remuneração variável diferida em pelo menos três anos e 50% do total da remuneração variável em ações (SANB11), condicionada à permanência do participante no Grupo durante toda vigência do plano.

O plano está sujeito à aplicação de cláusulas *Malus* e *Clawback*, segundo as quais as parcelas diferidas da remuneração variável podem ser reduzidas, canceladas ou devolvidas nos casos de descumprimento das normas internas e exposição a riscos excessivos.

O valor justo das ações é calculado pela média da cotação final diária das ações nos 15 (quinze) últimos pregões imediatamente anteriores ao primeiro dia útil do mês de outorga.

q) Captações, Emissões e Outros Passivos

Os instrumentos de captação de recursos são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, considerado basicamente como sendo o preço de transação. São posteriormente mensurados ao custo amortizado (competência) com as despesas inerentes reconhecidas como um custo financeiro (Nota 17).

Dentre os critérios de reconhecimento inicial de passivos, cabe menção àqueles instrumentos de natureza composta, os quais são assim classificados, dado a existência de um instrumento de dívida (passivo) e um componente de patrimônio líquido embutido (derivativo).

O registro de instrumento composto consiste na conjugação de (i) um instrumento principal, o qual é reconhecido como um passivo genuíno da entidade (dívida) e (ii) um componente de patrimônio líquido (derivativo de conversibilidade em ações ordinárias).

De acordo com o previsto no COSIF, os instrumentos híbridos de capital e dívida representam obrigações das instituições financeiras emissoras e devem ser registrados em contas específicas do passivo e atualizado de acordo com as taxas pactuadas e ajustadas pelo efeito de variação cambial, quando denominado em moeda estrangeira. Todas as remunerações referentes a esses instrumentos, tais como juros e variação cambial (diferença entre a moeda funcional e a moeda em que o instrumento foi denominado) devem ser contabilizadas como despesas do período, obedecendo ao regime de competência.

Em relação ao componente de patrimônio líquido, ocorre o seu registro no momento inicial em razão do seu valor justo, caso seja diferente de zero.

O detalhamento pertinente à emissão dos instrumentos de natureza composta encontra-se descrito na Nota 17.

r) Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

O Banco Santander e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de perda, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

As provisões são reavaliadas ao final de cada período de reporte para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas, reduzidas ou podem ainda ser complementadas, quando há mudança de risco em relação as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para os processos cujo o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 20.e) e para os processos cujo risco de perda é remoto não é efetuada qualquer divulgação.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

No caso de trânsitos em julgado favoráveis ao Banco Santander, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

s) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

O PIS (0,65%) e a COFINS (4,00%) são calculados sobre as receitas da atividade ou objeto principal da pessoa jurídica. Para as instituições financeiras é permitida a dedução das despesas de captação na determinação da base de cálculo. As despesas de PIS e COFINS são registradas em despesas tributárias. Para empresas não financeiras as alíquotas são de 1,65% para o PIS e 7,6% para a COFINS.

t) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 15% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL, para os bancos de qualquer espécie, foi elevada de 15% para 20% com vigência a partir de 1º de março de 2020, nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103, publicada em 13 de novembro de 2019.

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e/ou a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 10, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

A alíquota da CSLL para os bancos de qualquer espécies, as instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização (pessoas jurídicas do setor financeiro) foi majorada em 5% para o período-base compreendido entre 1 de julho de 2021 e 31 de dezembro de 2021, nos termos da Lei 14.183/2021 (resultado da conversão em Lei da Medida Provisória (MP) 1.034/2021).

u) Juros sobre Capital Próprio

Publicada em 19 de dezembro de 2018, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2019, a Resolução CMN nº 4.706 tem aplicação prospectiva e determina procedimentos para o registro contábil de remuneração do capital. A Norma determina que os Juros sobre Capital Próprio devem ser reconhecidos a partir do momento que sejam declarados ou propostos e assim configurem obrigação presente na data do balanço e, em cumprindo esta determinação, esta remuneração de capital deve ser registrada em conta específica no Passivo.

v) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao final de cada período, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo, líquido, de despesa de venda e o seu valor em uso.

w) Pagamentos e Antecipações baseados nos Resultados

A Resolução CMN nº 4.797 foi revogada e substituída pela Resolução CMN nº 4.820, a qual foi alterada pela Resolução CMN nº 4.885, que passou a vigorar em 23 de dezembro de 2020, e com elas, ficou determinado que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ficam impedidos de:

- (i) remunerar o capital próprio, inclusive sob a forma de antecipação, acima dos seguintes valores:
 - (a) o montante equivalente a 30% (trinta por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do inciso I do art. 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976; e montante equivalente à distribuição mínima de lucro estabelecida no contrato social no caso das instituições constituídas sob a forma de sociedades limitadas;
 - (b) o montante equivalente.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

- (1) ao dividendo mínimo obrigatório, estabelecido pelo art. 202 da Lei nº 6.404, de 1976, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, no caso das instituições constituídas sob a forma de sociedade por ações; ou
- (2) à distribuição mínima de lucro estabelecida no contrato social no caso das instituições constituídas sob a forma de sociedades limitadas;
- (ii) recomprar ações próprias (será permitida apenas se por meio de bolsas ou de mercado de balcão organizado, até o limite de 5% (cinco por cento) das ações emitidas, ali incluídas as ações contabilizadas em tesouraria na entrada em vigor desta Resolução);
- (iii) reduzir o capital social, com exceção aos casos que for obrigatória, na forma da legislação de regência ou quando aprovada pelo Banco Central;
- (iv) aumentar quaisquer remunerações, fixa ou variável, de diretores e membros do conselho de administração, no caso das sociedades anônimas, e dos administradores, no caso de sociedades limitadas;

Eventual antecipação dos montantes mencionados nas alíneas "a" e "b" do item I deve ser realizada de forma conservadora, consistente e compatível com as incertezas da conjuntura econômica atual.

Os valores sujeitos às vedações mencionadas não podem ser objeto de obrigação de desembolso futuro, sendo que essas vedações se aplicam a partir da data de publicação da Resolução CMN nº 4.797 (em 06 de abril de 2020) a 31 de dezembro de 2020 e devem ser observadas independentemente da manutenção de recursos em montante superior ao Adicional de Capital Principal (ACP), de que tratam as Resoluções CMN nº 4.193, de 1º de março de 2013, e 4.783, de 16 de março de 2020.

x) Resultados de Exercícios Futuros

Referem-se às rendas recebidas antes do cumprimento do prazo da obrigação às que lhes deram origem, incluindo rendimentos não restituíveis, principalmente, relacionados às garantias e fianças prestadas e anuidades de cartão de crédito. A apropriação ao resultado é efetuada de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

y) Participação dos Acionistas Minoritários

A participação dos acionistas não controladores (minoritários) é registrada em conta destacada de patrimônio da entidade controladora nas demonstrações financeiras consolidadas.

z) Garantias Financeiras Prestadas

A Resolução CMN nº 4.512 de 28 de julho de 2016 e a Carta Circular Bacen nº 3.782 de 19 de setembro de 2016 estabeleceram procedimentos contábeis a serem aplicados, determinando sobre a constituição de provisão para cobertura das perdas associadas às garantias financeiras prestadas sob qualquer forma, prospectivamente a partir de 1 de janeiro de 2017. As perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados a garantias financeiras prestadas são avaliadas de acordo com modelos e práticas reconhecidas de gerenciamento do risco de crédito e com base em informações e critérios consistentes, passíveis de verificação. A provisão deve ser suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada e são avaliadas periodicamente.

aa) Resultados Recorrentes/Não Recorrentes

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não corrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na Nota Explicativa 32.h

ab) Ativos não Financeiros Mantidos para Venda

A partir de 01 de janeiro de 2021 entraram em vigor as Resoluções CMN nº 4.747 e nº 4.748 de agosto de 2019 e a Carta-Circular BACEN nº 3.994, que estabelecem critérios para reconhecimento e mensuração de ativos não financeiros mantidos para venda pelas Instituições Financeiras.

A Resolução CMN nº 4.747, entre outros requisitos, estabelece que a depender da origem dos ativos não financeiros mantidos para venda, as instituições financeiras devem os classificar como:

- a) próprios;
- b) recebidos em liquidação de instrumento financeiro de difícil ou duvidosa como forma de pagamento de instrumentos financeiros de duvidosa solução não destinados ao uso próprio.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

A Resolução CMN nº 4.748, estabelece que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem observar o Pronunciamento Técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo (CPC46) na mensuração de elementos patrimoniais e de resultado, nas situações em que a mensuração pelo valor justo de tais elementos esteja prevista em regulamentação específica.

ac) Ativos e Passivos Fiscais Correntes e Diferidos

A Resolução CMN nº 4.842, de 30 de julho de 2020 consolidou os critérios gerais para mensuração e reconhecimento de ativos e passivos fiscais, correntes e diferidos, pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e a Resolução BCB nº 15, de 17 de setembro de 2020 (revogou as Circulares BACEN nº 3.776/2015 e nº 3.174/2003), consolidou os procedimentos a serem observados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na constituição ou baixa do ativo fiscal diferido e na divulgação de informações sobre ativos ou passivos fiscais diferidos em notas explicativas.

ad) Eventos Subsequentes

Corresponde ao evento ocorrido entre a data-base das demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações e são compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

ae) Conversão de Taxas

A Resolução CMN nº 4.924/2021, com vigência a partir de janeiro de 2022, consolida e dispõem sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis, do conteúdo da resolução, as principais mudanças trazidas são referentes a aprovação do CPC 47 e a possibilidade de utilização de uma taxa alternativa à de câmbio à vista para conversão de transações e de demonstrações em moeda estrangeira para a moeda nacional. O Banco ainda está avaliando os impactos da adoção e cronograma de implantação.

af) Plano de Contas (Cosif)

A Resolução BCB nº 92/2021, com vigência a partir de janeiro de 2022 dispõe sobre a estrutura do elenco de contas do Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Dentre as alterações propostas, destaca-se principalmente a extinção do Grupo 5 – Rendas de Exercícios Futuros, sendo consequentemente todos os montantes do mesmo transferidos à linha de Outros Passivos.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2021	31/12/2020	Banco 31/12/2019
Disponibilidades	16.361.758	19.522.250	9.543.649
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	17.935.878	9.668.922	11.877.783
Aplicações no Mercado Aberto	15.055.356	7.348.568	110.746
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.655.705	1.131.436	1.465.065
Aplicações em Moedas Estrangeiras	1.224.817	1.188.917	10.301.972
Total	34.297.636	29.191.171	21.421.432
	31/12/2021	31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Disponibilidades	16.386.974	19.512.315	9.924.644
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	17.263.365	9.487.000	11.519.019
Aplicações no Mercado Aberto	15.055.356	7.306.408	110.746
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	983.192	991.675	1.105.446
Aplicações em Moedas Estrangeiras	1.224.817	1.188.917	10.302.827
Total	33.650.339	28.999.315	21.443.663

As informações relativas a 31 de dezembro de 2019 são demonstradas para informar a composição dos saldos iniciais do Caixa e Equivalentes de Caixa apresentados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

					Banco
					31/12/2021 31/12/2020
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Aplicações no Mercado Aberto	25.883.579	-	-	25.883.579	62.644.146
Posição Bancada	7.066.196	-	-	7.066.196	12.833.464
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	706.245	-	-	706.245	2.869.850
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.556.526	-	-	1.556.526	2.218.460
Notas do Tesouro Nacional - NTN	4.803.425	-	-	4.803.425	7.745.154
Posição Financiada	6.638.709	-	-	6.638.709	6.203.774
Letras do Tesouro Nacional - LTN	500.173	-	-	500.173	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	4.644.361	-	-	4.644.361	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.494.175	-	-	1.494.175	6.203.774
Posição Vendida	12.178.674	-	-	12.178.674	43.606.908
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.772.317	-	-	2.772.317	1.498.684
Notas do Tesouro Nacional - NTN	8.792.071	-	-	8.792.071	8.469.234
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	614.286	-	-	614.286	33.638.990
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	21.976.541	36.715.576	33.260.243	91.952.361	80.071.025
Aplicações em Moeda Estrangeira	1.224.817	-	-	1.224.817	1.188.917
Total	49.084.937	36.715.576	33.260.243	119.060.757	143.904.088

					Consolidado
					31/12/2021 31/12/2020
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Aplicações no Mercado Aberto	25.912.368	-	-	25.912.368	62.601.986
Posição Bancada	7.094.986	-	-	7.094.986	12.833.464
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	706.245	-	-	706.245	2.869.850
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.585.316	-	-	1.585.316	2.218.460
Notas do Tesouro Nacional - NTN	4.803.425	-	-	4.803.425	7.745.154
Posição Financiada	6.638.709	-	-	6.638.709	6.203.774
Letras do Tesouro Nacional - LTN	500.173	-	-	500.173	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	4.644.361	-	-	4.644.361	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.494.175	-	-	1.494.175	6.203.774
Posição Vendida	12.178.673	-	-	12.178.673	43.564.748
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.772.317	-	-	2.772.317	1.456.524
Notas do Tesouro Nacional - NTN	8.792.071	-	-	8.792.071	8.469.234
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	614.285	-	-	614.285	33.638.990
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.534.767	2.717.018	2.240.348	6.492.133	5.907.350
Aplicações em Moeda Estrangeira	1.224.817	-	-	1.224.817	1.188.917
Total	28.671.952	2.717.018	2.240.348	33.629.318	69.698.253

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

I) Resumo da Carteira por Categorias

	Banco					Consolidado				
	31/12/2021		31/12/2020			31/12/2021		31/12/2020		
Ajuste ao Valor de Mercado					Ajuste ao Valor de Mercado					
	Valor do Custo		Patrimônio		Valor	Valor do		Patrimônio	Valor	Valor
	Amortizado	Resultado	Líquido	Valor Contábil	Contábil	Amortizado	Resultado	Líquido	Contábil	Contábil
Títulos para Negociação	43.414.251	(383.997)	-	43.030.702	65.380.859	54.913.329	(363.564)	-	54.550.213	75.006.276
Títulos Públicos	42.292.742	(377.786)	-	41.914.956	64.621.598	51.726.162	(365.634)	-	51.360.528	72.038.263
Títulos Privados	1.121.509	(6.211)	-	1.115.746	759.261	3.187.167	2.070	-	3.189.685	2.968.013
Títulos Disponíveis para Venda	153.156.024	(2.109.540)	(1.169.141)	149.877.343	134.119.306	161.810.792	(2.109.540)	(1.824.613)	157.876.639	141.924.157
Títulos Públicos	117.365.859	(2.121.348)	(1.734.371)	113.510.140	102.157.294	126.821.981	(2.121.348)	(2.393.949)	122.306.684	110.263.140
Títulos Privados	35.790.165	11.808	565.230	36.367.203	31.962.012	34.988.811	11.808	569.336	35.569.955	31.661.018
Títulos Mantidos até o Vencimento	15.279.130	-	-	15.279.130	16.317.905	15.279.130	-	-	15.279.130	16.317.905
Títulos Públicos	13.871.974	-	-	13.871.974	14.739.539	13.871.974	-	-	13.871.974	14.739.539
Títulos Privados	1.407.156	-	-	1.407.156	1.578.365	1.407.156	-	-	1.407.156	1.578.365
Total de Títulos e Valores Mobiliários	211.849.405	(2.493.537)	(1.168.693)	208.187.175	215.818.070	232.003.251	(2.473.104)	(1.824.165)	227.705.982	233.248.338

II) Títulos para Negociação

	Banco					Abertura por Vencimento				
	31/12/2021		31/12/2020			31/12/2021				
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado - Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
Títulos Públicos	42.292.742	(377.786)	41.914.956	64.621.598	-	3.858.251	5.009.757	15.011.389	18.035.559	41.914.956
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	3.340.883	907	3.341.790	2.208.130	-	1.372.558	115.692	424.267	1.429.273	3.341.790
Letras do Tesouro Nacional - LTN	12.543.271	(11.873)	12.531.398	23.439.521	-	904.876	1.816.497	9.040.004	770.021	12.531.398
Notas do Tesouro Nacional - NTN	24.705.810	(365.690)	24.340.120	38.186.441	-	351.883	2.625.442	5.533.584	15.829.211	24.340.120
Títulos da Dívida Agrária - TDA	23.999	(27)	23.972	44.820	-	1.560	6.054	13.531	2.827	23.972
Títulos da Dívida Externa Brasileira	1.674.879	(1.094)	1.673.785	678.533	-	1.227.323	446.072	3	387	1.673.785
Debentures	3.900	(9)	3.891	64.153	-	51	-	-	3.840	3.891
Títulos Privados	1.121.509	(6.211)	1.115.746	759.261	414.023	8.101	5.171	162.456	525.995	1.115.746
Ações	13.245	(1)	13.692	-	13.692	-	-	-	-	13.692
Cotas de Fundos de Investimento	405.193	(4.862)	400.331	369.041	400.331	-	-	-	-	400.331
Debêntures	633.115	(497)	632.618	273.671	-	7.678	3.687	162.304	458.949	632.618
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	58.273	(670)	57.603	23.008	-	5	581	32	56.985	57.603
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	11.683	(181)	11.502	23.866	-	418	903	120	10.061	11.502
Letras Financeiras - LF	-	-	-	69.675	-	0	-	-	-	-
Total	43.414.251	(383.997)	43.030.702	65.380.859	414.023	3.866.352	5.014.928	15.173.845	18.561.554	43.030.702

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

										Consolidado
										31/12/2021
										31/12/2020
										Abertura por Vencimento
Títulos para Negociação	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado - Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
Títulos Públicos	51.726.162	(365.634)	51.360.528	72.038.263	-	3.858.251	8.875.046	17.968.977	20.658.254	51.360.528
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	10.549.789	16.911	10.566.700	7.316.112	-	1.372.558	3.980.981	3.381.855	1.831.306	10.566.700
Letras do Tesouro Nacional - LTN	12.543.271	(11.873)	12.531.398	23.450.858	-	904.876	1.816.497	9.040.004	770.021	12.531.398
Notas do Tesouro Nacional - NTN	26.930.325	(369.543)	26.560.782	40.483.786	-	351.883	2.625.442	5.533.584	18.049.873	26.560.782
Títulos da Dívida Agrária - TDA	23.999	(27)	23.972	44.820	-	1.560	6.054	13.531	2.827	23.972
Títulos da Dívida Externa Brasileira	1.674.879	(1.094)	1.673.785	678.533	-	1.227.323	446.072	3	387	1.673.785
Debêntures	3.899	(8)	3.891	64.153	-	51	-	-	3.840	3.891
Títulos Privados	3.187.167	2.070	3.189.685	2.968.013	1.940.650	8.101	108.849	162.456	969.629	3.189.685
Ações	1.493.848	8.280	1.502.576	1.339.892	1.502.576	-	-	-	-	1.502.576
Cotas de Fundos de Investimento	442.936	(4.862)	438.074	401.442	438.074	-	-	-	-	438.074
Debêntures	1.076.749	(497)	1.076.252	1.077.513	-	7.678	3.687	162.304	902.583	1.076.252
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	58.273	(670)	57.603	23.008	-	5	581	32	56.985	57.603
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	11.683	(181)	11.502	23.866	-	418	903	120	10.061	11.502
Letras de Câmbio	103.678	-	103.678	32.618	-	-	103.678	-	-	103.678
Letras Financeiras - LF	-	-	-	69.675	-	-	-	-	-	-
Total	54.913.329	(363.564)	54.550.213	75.006.276	1.940.650	3.866.352	8.983.895	18.131.433	21.627.883	54.550.213

*Para fins de Demonstrações Financeiras, os Títulos Mantidos para Negociação são apresentados no Balanço Patrimonial integralmente no curto prazo.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

III) Títulos Disponíveis para Venda

	31/12/2021	31/12/2020	Abertura por Vencimento								Banco 31/12/2021
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado Refletido no:		Valor Contábil	Valor Contábil	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
Títulos Disponíveis para Venda		Resultado	Patrimônio Líquido								
Títulos Públicos	117.365.859	(2.121.348)	(1.734.371)	113.510.139	102.157.294	-	5.931.886	18.227.802	31.288.339	58.062.112	113.510.139
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	736	-	6	742	1.441	-	742	-	-	-	742
Crédito Securitizado	11	-	(11)	-	460	-	-	-	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	38.311.185	-	6.508	38.317.693	20.633.213	-	-	280.724	8.231.903	29.805.066	38.317.693
Letras do Tesouro Nacional - LTN (3)	17.861.970	(348.381)	(980.761)	16.532.828	34.350.939	-	3.348.836	-	13.183.992	-	16.532.828
Notas do Tesouro Nacional - NTN (2)(3)	40.585.421	(1.772.967)	(364.221)	38.448.233	45.885.764	-	1.410.504	11.348	9.872.444	27.153.937	38.448.233
Títulos da Dívida Externa Brasileira	2.274.913	-	-	2.274.913	1.285.477	-	1.171.804	-	-	1.103.109	2.274.913
Títulos da Dívida Externa Espanhola	16.061.004	-	(454.285)	15.606.719	-	-	-	15.606.719	-	-	15.606.719
Títulos da Dívida Externa Mexicana	2.270.619	-	58.393	2.329.011	-	-	-	2.329.011	-	-	2.329.011
Títulos Privados	35.790.165	11.808	565.230	36.367.203	31.962.012	1.888.172	1.572.626	7.599.020	9.976.491	15.330.894	36.367.203
Ações	320	-	(271)	49	53	49	-	-	-	-	49
Cotas de Fundos de Investimento	1.637.742	-	-	1.637.742	1.894.532	1.637.742	-	-	-	-	1.637.742
Cotas de Fundos Imobiliários	169.064	-	-	169.064	200.691	169.064	-	-	-	-	169.064
Debêntures (1)	18.467.913	11.808	826.928	19.306.649	14.968.154	-	468.310	2.034.182	6.351.645	10.452.512	19.306.649
Notas Promissórias - NP	1.666.251	-	8.432	1.674.683	4.525.164	-	31.763	803.317	839.603	-	1.674.683
Letras Financeiras - LF	279.240	-	(5.335)	273.905	270.298	-	110.948	162.957	-	-	273.905
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	2.805	-	(21)	2.784	23.625	-	-	-	-	2.784	2.784
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	126.667	-	24.847	151.514	171.916	-	-	-	126.768	24.746	151.514
Eurobonds	3.407.775	-	145.382	3.553.157	3.305.028	-	-	-	-	3.553.157	3.553.157
Cédula de Produto Rural - CPR	10.032.388	-	(434.732)	9.597.656	6.601.651	81.317	961.605	4.598.564	2.658.475	1.297.695	9.597.656
Total	153.156.024	(2.109.540)	(1.169.141)	149.877.342	134.119.306	1.888.172	7.504.512	25.826.822	41.264.830	73.393.006	149.877.342

*A Marcação a Mercado direcionada ao Resultado para os títulos em questão está atrelado à estratégia de Hedge de Risco de Mercado de risco de taxa de juros pré-fixada, vide nota 6.b) IV. Assim sendo, o efeito em resultado faz contrapartida aos instrumentos futuros de DI utilizados para realizar a proteção do valor justo dessa carteira.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

						Consolidado					
						31/12/2021					
						31/12/2020					
						Abertura por Vencimento					
Títulos Disponíveis para Venda	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado Refletido no:		Valor Contábil	Valor Contábil	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
		Resultado	Patrimônio Líquido								
Títulos Públicos	126.821.981	(2.121.348)	(2.393.949)	122.306.684	110.263.140	-	5.970.073	21.777.506	33.167.136	61.391.969	122.306.684
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	736	-	6	742	1.441	-	742	-	-	-	742
Crédito Securitizado	11	-	(11)	-	460	-	-	-	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	41.032.265	-	3.990	41.036.255	22.684.405	-	38.187	2.239.664	8.592.766	30.165.638	41.036.255
Letras do Tesouro Nacional - LTN	20.821.946	(348.381)	(1.089.117)	19.384.448	36.423.327	-	3.348.836	1.590.765	14.444.847	-	19.384.448
Notas do Tesouro Nacional - NTN (2)	44.360.487	(1.772.967)	(912.924)	41.674.596	49.868.030	-	1.410.504	11.348	10.129.522	30.123.222	41.674.596
Títulos da Dívida Externa Brasileira	2.274.913	-	-	2.274.913	1.285.477	-	1.171.804	-	-	1.103.109	2.274.913
Títulos da Dívida Externa Espanhola	16.061.004	-	(454.285)	15.606.719	-	-	-	15.606.718	1	-	15.606.719
Títulos da Dívida Externa Mexicana	2.270.619	-	58.392	2.329.011	-	-	-	2.329.011	-	-	2.329.011
Títulos Privados	34.988.811	11.808	569.336	35.569.955	31.661.018	1.420.881	1.572.626	7.599.022	9.976.489	15.000.937	35.569.955
Ações	322	-	(271)	51	5.400	51	-	-	-	-	51
Cotas de Fundos de Investimento	1.306.605	-	-	1.306.605	1.784.375	1.306.605	-	-	-	-	1.306.605
Cotas de Fundos Imobiliários	33.306	-	(1.922)	31.384	39.006	31.384	-	-	-	-	31.384
Debêntures (1)	18.131.929	11.808	832.956	18.976.693	14.953.673	-	468.310	2.034.184	6.351.643	10.122.556	18.976.693
Eurobonds	3.407.775	-	145.382	3.553.157	3.285.010	-	-	-	-	3.553.157	3.553.157
Notas Promissórias - NP	1.666.251	-	8.432	1.674.683	4.525.164	-	31.763	803.317	839.603	-	1.674.683
Letras Financeiras - LF	279.240	-	(5.335)	273.905	270.298	-	110.948	162.957	-	-	273.905
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	2.805	-	(21)	2.784	23.625	-	-	-	-	2.784	2.784
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	126.667	-	24.847	151.514	171.916	-	-	-	126.768	24.746	151.514
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	1.524	-	-	1.524	-	1.524	-	-	-	-	1.524
Cédula de Produto Rural - CPR	10.032.387	-	(434.732)	9.597.655	6.601.651	81.317	961.605	4.598.564	2.658.475	1.297.694	9.597.655
Total	161.810.792	(2.109.540)	(1.824.613)	157.876.639	141.924.157	1.420.881	7.542.699	29.376.528	43.143.625	76.392.906	157.876.639

(1) No Banco e no Consolidado, inclui títulos de emissão de sociedade de economia mista e R\$ 67.606 (31/12/2020 - R\$ 287.736) em títulos disponíveis para venda.

(2) Em 31 de dezembro de 2021, a quantidade de 913.500 no valor de R\$858.663 (31/12/2020 - 1.400.000 no valor de R\$1.668.832) de Notas de Tesouro Nacional - NTN, estão vinculadas à obrigação assumida pelo Banco Santander para cobertura das reservas a amortizar dos Planos de Previdência junto a entidade BANESPREV.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

IV) Títulos Mantidos até o Vencimento

Abertura por Vencimento							Banco/Consolidado 31/12/2021
Títulos Mantidos até o Vencimento (1)	Valor do Custo		Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
	Amortizado/Contábil						
	31/12/2021	31/12/2020					
Títulos Públicos	13.871.974	14.739.539	-	11.868	7.027.196	6.832.910	13.871.974
Notas do Tesouro Nacional - NTN	4.822.599	4.549.498		11.868	4.810.731	-	4.822.599
Títulos da Dívida Externa Brasileira	9.049.375	10.190.042	-	-	2.216.465	6.832.910	9.049.375
Títulos Privados	1.407.156	1.578.365	-	718.745	688.411	-	1.407.156
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	1.407.156	1.578.365		718.745	688.411	-	1.407.156
Total	15.279.130	16.317.905	-	730.613	7.715.607	6.832.910	15.279.130

(1) O valor de mercado dos títulos mantidos até o vencimento é de R\$ 14.993.443 (31/12/2020 - R\$16.322.840).

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve alienações de títulos públicos federais e outros títulos classificados na categoria de títulos mantidos até o vencimento.

Atendendo ao disposto no artigo 5 da Circular Bacen 3.068/2001, o Banco Santander possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme às correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião da apuração dos balanços.

V) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Rendas de Títulos de Renda Fixa (1)	20.286.715	53.672.358	21.223.970	53.732.942
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	8.524.332	6.252.282	4.135.608	2.702.108
Resultado de Títulos de Renda Variável	(32.324)	(50.522)	249.211	133.661
Resultado Financeiro de Previdência e de Capitalização	-	-	235.376	192.122
Provisão para Perdas por não Recuperação (2)	(163.842)	(165.360)	(159.275)	(165.360)
Outras (3)	(242.308)	(2.448.782)	(264.896)	(2.360.519)
Total	28.372.573	57.259.976	25.419.994	54.234.954

(1) Inclui despesa de variação cambial no valor de R\$ 12.801.341 no Banco e no Consolidado (2020 - receita de R\$ 29.463.679 no Banco e no Consolidado).

(2) Corresponde ao registro de perda de caráter permanente, referente aos títulos classificados como disponível para venda.

(3) Inclui receita de variação cambial e valorização líquida de cotas de fundos de investimentos e participações no valor de R\$ 264.895 no Banco e no Consolidado (2020 - despesa de variação cambial de R\$ 2.707.556 e valorização líquida de cotas de fundos de investimentos e participações no valor de R\$ 347.036 no Banco e no Consolidado).

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os principais fatores de risco dos instrumentos derivativos assumidos estão relacionados a taxas de câmbio, taxas de juros e renda variável. Na administração deste e de outros fatores de risco de mercado, são utilizadas práticas que incluem a mensuração e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos gaps de liquidez, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos, que podem afetar as posições do Banco Santander nos diversos mercados onde atua. Com base neste modelo de gestão, o Banco tem conseguido, com a utilização de operações envolvendo instrumentos derivativos, otimizar a relação risco-benefício mesmo em situações de grande volatilidade.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado através de cotações de preço de mercado. O valor justo dos swaps é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado, refletindo os fatores de risco adequados. O valor justo dos contratos a termo e de futuros também é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando metodologias similares àquelas descritas para swaps. O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como Black & Scholes, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades. Para os derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, o preço justo é obtido por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos.

I) Resumo dos Instrumentos Financeiros Derivativos

As operações de swap são apresentadas pelos saldos dos diferenciais a receber e a pagar.

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento, demonstrado pelo seu valor de mercado:

	31/12/2021		Banco 31/12/2020		31/12/2021		Consolidado 31/12/2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Swap	14.499.987	16.194.023	14.746.581	17.925.675	7.641.355	8.538.705	14.729.641	18.652.196
Opções	1.548.530	2.202.234	4.448.585	4.511.175	1.370.541	2.256.244	4.979.011	4.926.994
Contratos a Termo e Outros	12.892.381	13.759.082	13.085.550	12.690.276	12.077.828	13.852.282	13.131.423	12.690.275
Total	28.940.898	32.155.339	32.280.716	35.127.126	21.089.724	24.647.231	32.840.075	36.269.465

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

II) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Compensação e Patrimoniais

	31/12/2021					Banco 31/12/2020
Negociação	Valor Referencial (1)	Valor da Curva	Valor Justo	Valor Referencial (1)	Valor da Curva	Valor Justo
Swap	837.762.019	(1.804.602)	(1.694.036)	476.214.481	(2.838.239)	(3.179.094)
Ativo	418.137.448	13.189.437	14.499.987	317.619.156	6.511.030	14.746.581
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	66.837.268	318.541	1.826.150	52.270.726	326.585	334.690
Taxa de Juros Pré - Reais	231.741.021	9.269.271	8.932.246	59.799.047	4.013.562	9.607.342
Indexados em Índices de Preços e Juros	2.089.110	799.550	298.439	5.124.411	959.322	1.093.119
Moeda Estrangeira	91.837.446	2.775.313	3.205.330	198.880.422	950.048	3.408.073
Outros	25.632.603	26.763	237.822	1.544.550	261.513	303.357
Passivo	419.624.570	(14.994.039)	(16.194.023)	158.595.325	(9.349.269)	(17.925.675)
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	321.402.883	(4.171.481)	(12.350.345)	46.403.968	(6.911.747)	(14.018.319)
Taxa de Juros Pré - Reais	48.874.762	(6.760.576)	(2.408.062)	69.076.757	(2.183.507)	(2.772.479)
Indexados em Índices de Preços e Juros	22.827.336	(28.407)	(1.142.945)	33.026.691	(25)	(450.958)
Moeda Estrangeira	887.129	(4.006.955)	(54.849)	7.906.521	(231.185)	(327.145)
Outros	25.632.461	(26.621)	(237.822)	2.181.388	(22.805)	(356.774)
Opções	1.130.172.099	(610.691)	(653.704)	1.963.194.665	(282.109)	(62.590)
Compromissos de Compra	564.829.758	1.225.532	1.548.530	969.622.684	1.869.805	4.448.585
Opções de Compra Moeda Estrangeira	9.898.179	271.464	382.237	1.188.387	47.898	39.201
Opções de Venda Moeda Estrangeira	4.094.316	140.280	187.123	1.948.673	79.019	109.077
Opções de Compra Outras	31.248.540	444.648	673.616	101.568.876	558.794	563.157
Mercado Interfinanceiro	28.499.055	444.446	673.202	101.421.659	557.167	556.039
Outras (2)	2.749.485	203	414	147.217	1.627	7.118
Opções de Venda Outras	519.588.723	369.140	305.553	864.916.748	1.184.094	3.737.150
Mercado Interfinanceiro	519.588.723	369.140	305.553	864.852.555	1.183.630	3.733.690
Outras (2)	-	-	-	64.193	464	3.460
Compromissos de Venda	565.342.341	(1.836.224)	(2.202.234)	993.571.981	(2.151.914)	(4.511.175)
Opções de Compra Moeda Estrangeira	4.111.016	(170.553)	(152.348)	1.537.669	(70.201)	699.243
Opções de Venda Moeda Estrangeira	4.017.161	(348.715)	(287.825)	2.315.918	(137.061)	(192.334)
Opções de Compra Outras	33.383.234	(719.460)	(872.335)	120.254.124	(588.023)	(464.404)
Mercado Interfinanceiro	31.730.928	(713.773)	(858.586)	120.156.285	(566.813)	(464.404)
Outras (2)	1.652.305	(5.687)	(13.749)	97.839	(21.210)	-
Opções de Venda Outras	523.830.930	(597.497)	(889.726)	869.464.270	(1.356.629)	(4.553.680)
Mercado Interfinanceiro	523.830.930	(597.497)	(889.726)	869.328.317	(1.350.314)	(4.597.426)
Outras (2)	-	-	-	135.953	(6.315)	43.746
Contratos de Futuros	287.984.278	-	-	268.807.003	-	-
Posição Comprada	148.237.279	-	-	109.940.706	-	-
Cupom Cambial (DDI)	85.931.389	-	-	12.438.698	-	-

Relatório da
AdministraçãoRelatório dos Auditores
IndependentesDemonstrações
Financeiras

Notas Explicativas

Declarações dos
Diretores

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Taxa de Juros (DI1 e DIA)	28.491.764	-	-	97.502.008	-	-
Moeda Estrangeira	33.797.350	-	-	-	-	-
Índice (3)	16.776	-	-	-	-	-
Treasury Bonds/Notes	-	-	-	-	-	-
Posição Vendida	139.746.999	-	-	158.866.296	-	-
Cupom Cambial (DDI)	60.606.204	-	-	73.114.013	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	53.267.620	-	-	67.323.206	-	-
Moeda Estrangeira	25.678.296	-	-	18.172.817	-	-
Índice (3)	194.879	-	-	256.260	-	-
Treasury Bonds/Notes	-	-	-	-	-	-
Contratos a Termo e Outros	174.435.332	2.836.843	(866.701)	102.561.361	894.559	395.274
Compromissos de Compra	96.509.221	5.345.415	12.892.381	64.787.891	1.303.693	13.085.550
Moedas	83.752.185	2.738.485	10.306.159	57.121.562	1.303.693	13.077.413
Outros	12.757.036	2.606.930	2.586.222	7.666.329	-	8.137
Compromissos de Venda	77.926.111	(2.508.572)	(13.759.082)	37.773.470	(409.134)	(12.690.276)
Moedas	71.611.500	(1.141.826)	(12.586.625)	37.294.944	(408.912)	(12.692.636)
Outros	6.314.611	(1.366.746)	(1.172.457)	478.526	(222)	2.360

	31/12/2021			Consolidado 31/12/2020		
	Valor Referencial (1)	Valor da Curva	Valor Justo	Valor Referencial (1)	Valor da Curva	Valor Justo
Negociação						
Swap	841.676.369	(1.804.602)	(897.350)	408.037.877	(2.838.239)	(3.922.555)
Ativo	422.001.798	13.189.437	7.641.355	283.308.405	6.511.030	14.729.641
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	66.837.268	318.541	(778.177)	45.872.335	326.585	2.686.294
Taxa de Juros Pré - Reais	235.605.371	9.269.271	6.412.471	54.159.847	4.013.562	9.607.343
Indexados em Índices de Preços e Juros	2.089.110	799.550	(234.488)	5.124.411	959.322	1.093.119
Moeda Estrangeira	91.837.446	2.775.313	2.003.728	178.076.136	950.048	1.039.528
Outros	25.632.603	26.763	237.822	75.676	261.513	303.357
Passivo	419.674.570	(14.994.039)	(8.538.705)	124.729.472	(9.349.269)	(18.652.196)
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	321.402.883	(4.171.481)	(12.327.484)	33.239.800	(6.911.747)	(14.018.319)
Taxa de Juros Pré - Reais	48.874.762	(6.760.576)	2.467.425	49.644.709	(2.183.507)	(2.772.479)
Indexados em Índices de Preços e Juros	22.827.336	(28.407)	(728.677)	33.026.691	(25)	(450.958)
Moeda Estrangeira	937.129	(4.006.955)	2.287.852	6.636.884	(231.185)	153.695
Outros	25.632.461	(26.621)	(237.822)	2.181.388	(22.805)	(1.564.135)
Opções	1.130.172.099	(610.691)	(885.703)	2.043.286.079	(282.108)	52.017
Compromissos de Compra	564.829.758	1.225.532	1.370.541	1.006.266.895	1.869.805	4.979.011
Opções de Compra Moeda Estrangeira	9.898.179	271.464	382.237	1.188.387	47.898	39.201
Opções de Venda Moeda Estrangeira	4.094.316	140.280	187.123	1.948.673	79.019	109.077
Opções de Compra Outras	31.248.540	444.648	495.628	134.761.946	558.794	1.093.583
Mercado Interfinanceiro	28.499.055	444.446	495.214	101.421.659	557.167	556.039
Outras (2)	2.749.485	203	414	33.340.287	1.627	537.544
Opções de Venda Outras	519.588.723	369.140	305.553	868.367.889	1.184.094	3.737.150

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Mercado Interfinanceiro	519.588.723	369.140	305.553	864.852.555	1.183.630	3.733.690
Outras (2)	-	-	-	3.515.334	464	3.460
Compromissos de Venda	565.342.341	(1.836.224)	(2.256.244)	1.037.019.184	(2.151.913)	(4.926.994)
Opções de Compra Moeda Estrangeira	4.111.016	(170.553)	(152.348)	1.537.669	(70.201)	699.241
Opções de Venda Moeda Estrangeira	4.017.161	(348.715)	(287.825)	2.315.918	(137.061)	(192.334)
Opções de Compra Outras	33.383.234	(719.460)	(872.335)	130.919.392	(588.022)	(453.918)
Mercado Interfinanceiro	31.730.928	(713.773)	(858.586)	120.156.284	(566.812)	(464.404)
Outras (2)	1.652.305	(5.687)	(13.749)	10.763.108	(21.210)	10.486
Opções de Venda Outras	523.830.930	(597.497)	(943.736)	902.246.205	(1.356.629)	(4.979.983)
Mercado Interfinanceiro	523.830.930	(597.497)	(943.736)	869.328.317	(1.350.314)	(4.597.426)
Outras (2)	-	-	-	32.917.888	(6.315)	(382.557)
Contratos de Futuros	287.984.278	-	-	270.258.562	-	-
Posição Comprada	148.237.279	-	-	110.275.865	-	-
Cupom Cambial (DDI)	85.931.389	-	-	12.438.695	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	28.491.764	-	-	97.837.170	-	-
Moeda Estrangeira	33.797.350	-	-	-	-	-
Índice (3)	16.776	-	-	-	-	-
<i>Treasury Bonds/Notes</i>	-	-	-	-	-	-
Posição Vendida	139.746.999	-	-	159.982.697	-	-
Cupom Cambial (DDI)	60.606.204	-	-	73.114.013	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	53.267.620	-	-	67.958.767	-	-
Moeda Estrangeira	25.678.296	-	-	18.653.657	-	-
Índice (3)	194.879	-	-	256.260	-	-
<i>Treasury Bonds/Notes</i>	-	-	-	-	-	-
Contratos a Termo e Outros	174.435.332	2.836.843	(1.774.454)	107.761.737	2.693.758	441.148
Compromissos de Compra	96.509.221	5.345.415	12.077.828	67.378.024	1.370.653	13.131.423
Moedas	83.752.185	2.738.485	9.491.606	59.711.695	1.370.653	13.077.412
Outros	12.757.036	2.606.930	2.586.222	7.666.329	-	54.011
Compromissos de Venda	77.926.111	(2.508.572)	(13.852.282)	40.383.713	1.323.105	(12.690.275)
Moedas	71.611.500	(1.141.826)	(12.679.825)	39.905.187	1.323.327	(12.692.635)
Outros	6.314.611	(1.366.746)	(1.172.457)	478.526	(222)	2.360

(1) Valor nominal dos contratos atualizados.

(2) Inclui opções de índices, sendo principalmente, opções que envolvem US Treasury, ações e índices de ações.

(3) Inclui índices Bovespa e S&P.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

III) Instrumentos Financeiros Derivativos por Contraparte, Abertura por Vencimento e Mercado de Negociação

Banco											
Valor Referencial											
Contraparte						Abertura por Vencimento			Mercado de Negociação		
31/12/2021						31/12/2021			31/12/2021		
Partes		Instituições									
Clientes Relacionadas		Financeiras (1)		Total		Até 3 Meses		De 3 a 12 Meses		Acima de 12 Meses	
										Bolsas (2)	
										Balcão (3)	
Swap	152.650.125	233.667.783	31.819.540	418.137.448	317.619.156	30.501.795	99.817.727	287.817.926	111.418.682	306.718.767	
Opções	1.127.446.708	1.641.361	1.084.030	1.130.172.099	1.963.194.665	749.406.698	128.500.299	252.265.102	1.094.484.434	35.687.665	
Contratos de Futuros	287.984.278	-	-	287.984.278	268.807.002	167.320.563	45.239.639	75.424.076	287.984.278	-	
Contratos a Termo e Outros	77.281.418	96.857.222	296.693	174.435.332	102.561.361	72.761.669	67.060.436	34.613.227	7.108.898	167.326.434	

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

- Designa swaps de Moeda Estrangeira + Cupom versus % CDI e Taxa de Juros Pré – Reais ou contrata futuros de Dólar (DOL, DDI/DI) como instrumento derivativo em estruturas de Hedge Accounting, tendo como item objeto operações de empréstimos em moeda estrangeira.
- O Banco possui uma carteira de ativos indexados ao Euro e negociados na agência de Offshore. Na operação, o valor do ativo em Euro será convertido para Dólar pela taxa do contrato de câmbio de ingresso da operação. A partir da conversão, o valor principal da operação, já expresso em dólar, será corrigido por uma taxa flutuante ou pré-fixado. Os ativos serão cobertos com Swap Cross Currency, a fim de transpassar o risco em Euro para LIBOR + Cupom.
- O Banco possui risco de taxa de juros pré-fixada gerada por títulos públicos (NTN-F e LTN) na carteira de Ativos Financeiros disponíveis para venda. Para gerenciar este risco, a entidade contrata futuros de DI na Bolsa e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de hedge accounting.
- O Banco possui risco ao índice de IPCA gerado por debênture na carteira de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda. Para gerenciar este risco, o Banco contrata futuros de IPCA (DAP) na Bolsa e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de Hedge Accounting.
- A Santander Leasing possui risco de taxa de juros pré-fixada gerada por títulos públicos (NTN-F) na carteira de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda. Para gerenciar este risco, a entidade contrata swaps de juros e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de Hedge Accounting.
- O Banco possui risco de taxa de juros pré-fixada no passivo através de emissões de letras de crédito imobiliário (LCI). Para gerenciar este risco, a entidade contrata futuros de DI na Bolsa e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de hedge accounting.
- O Banco possui risco ao índice de IPCA gerado por emissão de Letra Imobiliária Garantida. Para gerenciar este risco, o Banco contrata futuros de IPCA (DAP) na Bolsa e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de Hedge Accounting.

Em hedge de risco de mercado, os resultados, tanto sobre instrumentos de hedge quanto sobre os objetos (atribuíveis ao tipo de risco que estiver sendo protegido) são reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

IV.II) Hedge de Fluxo de Caixa

As estratégias de hedge de fluxo de caixa do Banco consistem em hedge de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros e exposição à taxa de câmbio, que são atribuíveis as alterações nas taxas de juros relativas a ativos e passivos reconhecidos e alterações de taxas de câmbio de ativos e passivos não reconhecidos.

O Banco aplica o hedge de fluxo de caixa como segue:

- Contrata swaps ativos indexados a Dólar com juros pré-fixados e passivos em moeda estrangeira e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de Hedge de Fluxo de Caixa, tendo como objeto operações de empréstimos em moeda estrangeira negociados com terceiros por meio das agências offshore e títulos da dívida externa brasileira mantidos até o vencimento.
- Contrata futuros de Dólar ou Futuros de DDI + DI (Futuro de Dólar Sintético) e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de Hedge de Fluxo de Caixa, tendo como item objeto a carteira de crédito do Banco em Dólares e Notas Promissórias na carteira de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.
- O Banco RCI Brasil S.A. possui operações de hedge cujo objeto são captações com operações de letras financeiras (LF), letras de câmbio (LC) e Certificados de depósitos interfinanceiros (CDI) indexados a CDI e utiliza swaps de taxa de juros para tornar as captações pré-fixadas e ter previsibilidade sobre os fluxos de caixa futuros.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Em hedge de fluxo de caixa, a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de hedge é reconhecida temporariamente no patrimônio líquido sob a rubrica de ajustes de avaliação patrimonial até que as transações previstas ocorram, quando então essa parcela é reconhecida na demonstração do resultado. A parcela não efetiva da variação no valor de derivativos de proteção cambial é reconhecida diretamente nas demonstrações do resultado. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, não foram registrados resultados referentes a parcela inefetiva.

Estratégias	31/12/2021				Banco 31/12/2020			
	Valor Contábil		Notional		Valor Contábil		Notional	
	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)
Hedge de Risco de Mercado								
Contratos de Swap	84.937	82.563	559.396	551.710	-	-	-	-
Hedge de Operações de Crédito	84.937	82.563	559.396	551.710	-	-	-	-
Contratos de Futuros	46.351.128	41.430.054	45.202.938	41.437.967	45.331.727	46.649.331	46.178.734	30.985.609
Hedge de Operações de Crédito	2.738.830	2.836.150	2.521.938	2.850.589	-	-	-	-
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	43.612.299	38.593.904	42.680.999	38.587.378	45.331.727	46.649.331	46.178.734	30.985.609

Hedge de Fluxo de Caixa

Contratos de Swap					6.786.840	6.622.857	5.316.632	4.502.378
Hedge de Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-	-	-
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	1.302.666	1.428.053	1.302.666	1.428.053
Hedge de Captações	-	-	-	-	5.484.174	5.194.804	4.013.966	3.074.325
Contratos de Futuros	119.760.298	110.316.582	128.673.067	110.932.644	28.932.108	24.695.038	27.461.900	22.407.555
Hedge de Operações de Crédito	30.167.942	27.965.018	28.659.545	28.542.862	23.447.934	19.500.234	23.447.934	19.333.230
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	79.293.570	71.320.756	89.837.000	71.320.781	5.484.174	5.194.804	4.013.966	3.074.325
Hedge de Captações	10.298.786	11.030.809	10.176.522	11.069.000	-	-	-	-

Estratégias	31/12/2021				Consolidado 31/12/2020			
	Valor Contábil		Notional		Valor Contábil		Notional	
	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)
Hedge de Risco de Mercado								
Contratos de Swap	84.937	82.563	559.396	551.710	-	-	-	-
Hedge de Operações de Crédito	84.937	82.563	559.396	551.710	-	-	-	-
Contratos de Futuros	46.351.128	41.430.054	45.202.938	41.437.967	45.331.727	46.649.331	46.178.734	30.985.609
Hedge de Operações de Crédito	2.738.830	2.836.150	2.521.938	2.850.589	-	-	-	-
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	43.612.299	38.593.904	42.680.999	38.587.378	45.331.727	46.649.331	46.178.734	30.985.609

Hedge de Fluxo de Caixa

Contratos de Swap	4.799.882	3.922.255	5.904.442	3.864.350	6.786.840	6.622.857	5.316.632	4.502.378
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	1.302.666	1.428.053	1.302.666	1.428.053
Hedge de Captações	4.799.882	3.922.255	5.904.442	3.864.350	5.484.174	5.194.804	4.013.966	3.074.325
Contratos de Futuros	119.760.298	110.316.582	128.673.067	110.932.644	28.932.108	24.695.038	27.461.900	22.407.555
Hedge de Operações de Crédito	30.167.942	27.965.018	28.659.545	28.542.862	23.447.934	19.500.234	23.447.934	19.333.230
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	79.293.570	71.320.756	89.837.000	71.320.781	5.484.174	5.194.804	4.013.966	3.074.325
Hedge de Captações	10.298.786	11.030.809	10.176.522	11.069.000	-	-	-	-

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

(*) O Banco possui estratégias de hedge de fluxo de caixa, cujos objetos são ativos de sua carteira, razão pela qual demonstramos a ponta passiva dos respectivos instrumentos. Para as estruturas cujos instrumentos são futuros, demonstramos o saldo do notional, registrado em conta de compensação.

(1) Valores credores se referem à operações ativas e operações devedoras à operações passivas.

	Banco					Consolidado				
	31/12/2021		31/12/2020			31/12/2021		31/12/2020		
Estratégias	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Hedge de Risco de Mercado										
Contratos de Swap	19.965	-	64.802	84.767	-	19.965	-	64.802	84.767	-
Hedge de Operações de Crédito	19.965	-	64.802	84.767	-	19.965	-	64.802	84.767	-
Contratos de Futuros	14.391.886	43.246.054	(16.199.973)	41.437.967	30.985.609	14.391.886	43.246.054	(16.199.973)	41.437.967	30.985.609
Hedge de Operações de Crédito	2.850.589	-	-	2.850.589	30.985.609	2.850.589	-	-	2.850.589	30.985.609
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	11.541.297	43.246.054	(16.199.973)	38.587.378	-	11.541.297	43.246.054	(16.199.973)	38.587.378	-
Hedge de Fluxo de Caixa										
Contratos de Swap	-	(135.888)	3.864.350	3.728.462	1.428.053	-	-	-	-	4.502.378
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	1.428.053	-	-	-	-	1.428.053
Hedge de Captações	-	(135.888)	3.864.350	3.728.462	-	-	-	-	-	3.074.325
Contratos de Futuros	36.608.123	21.539.648	52.784.873	110.932.644	19.333.230	36.608.123	21.539.648	52.784.873	110.932.644	19.333.230
Hedge de Operações de Crédito	28.542.862	-	-	28.542.862	19.333.230	28.542.862	-	-	28.542.862	19.333.230
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	8.065.260	21.539.648	41.715.873	71.320.781	-	8.065.260	21.539.648	41.715.873	71.320.781	-
Hedge de Captações	-	-	11.069.000	11.069.000	-	-	-	11.069.000	11.069.000	-

No Banco e no Consolidado, o efeito da marcação a mercado dos contratos de swap e futuros ativos corresponde a um crédito no valor de R\$193.793 (31/12/2020 - R\$11.528) e está contabilizado no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários, dos quais R\$569 serão realizados contra receita nos próximos doze meses.

V) Informações sobre Derivativos de Crédito

O Banco Santander utiliza derivativos de crédito com os objetivos de realizar gestão de risco de contraparte e atender demandas de seus clientes, realizando operações de compra e venda de proteção através de credit default swaps e total return swaps, prioritariamente relacionados a títulos com risco soberano brasileiro.

Total Return Swaps – TRS

São derivativos de crédito onde ocorre a troca do retorno da obrigação de referência por um fluxo de caixa e nos quais, na ocorrência de um evento de crédito, usualmente o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor atualizado e o valor justo (valor de mercado) da obrigação de referência na data de liquidação do contrato.

Credit Default Swaps – CDS

São derivativos de crédito onde, na ocorrência de um evento de crédito, o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor de face do contrato de CDS e o valor justo (valor de mercado) da obrigação de referência na data de liquidação do contrato. Em contrapartida, o vendedor recebe uma remuneração pela venda da proteção.

Abaixo, composição da carteira de Derivativos de Crédito demonstrada pelo seu valor referencial e efeito no cálculo do Patrimônio Líquido Exigido (PLE).

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	31/12/2021		Banco/Consolidado Valor Nominal 31/12/2020	
	Risco Retido - Swap de Taxa de Retorno Total	Risco Transferido - Swap de Crédito	Risco Retido - Swap de Taxa de Retorno Total	Risco Transferido - Swap de Crédito
Swap de Créditos	3.984.392	-	3.984.392	519.670
Total	3.984.392	-	3.984.392	519.670

Durante o semestre não tivemos operações de Swap de crédito ou ocorrência de evento de crédito relativo a fatos geradores previsto nos contratos

	31/12/2021		31/12/2020	
Futuros - Brutos	Acima de 12 Meses	Total	Acima de 12 Meses	Total
Por Instrumento: CDS	3.984.392	3.984.392	4.003.298	4.003.298
Por Classificação de Risco: Abaixo do Grau de Investimento	3.984.392	3.984.392	4.003.298	4.003.298
Por Entidade de Referência: Governo Brasileiro	3.984.392	3.984.392	4.003.298	4.003.298

VI) Instrumentos Financeiros Derivativos - Margens Dadas em Garantia

A margem dada em garantia de operações negociadas na B3 com instrumentos financeiros derivativos próprios e de terceiros é composta por títulos públicos federais.

	31/12/2021	Banco 31/12/2020	31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	28.481.618	3.702.213	31.305.549	4.363.665
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.015.470	6.155.275	3.751.223	6.155.275
Notas do Tesouro Nacional - NTN	4.551.507	2.814.273	7.725.538	2.814.273
Total	34.048.594	12.671.761	42.782.310	13.333.213

7. Relações Interfinanceiras

O saldo da rubrica relações interfinanceiras é composto por créditos vinculados representados, principalmente, por depósitos efetuados no Bacen para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e depósitos a prazo e por pagamentos e recebimentos a liquidar, representados por cheques e outros papéis remetidos ao serviço de compensação e transações de pagamento (posição ativa e passiva).

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

8. Carteira de Créditos e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

a) Carteira de Créditos

	Banco		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Operações de Crédito	317.359.419	279.580.267	383.479.674	338.110.717
Empréstimos e Títulos Descontados	209.544.801	179.058.116	211.026.403	179.172.031
Financiamentos	39.635.785	41.034.126	104.274.438	99.450.661
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	13.409.499	13.659.898	13.409.499	13.659.898
Financiamentos Imobiliários	54.769.334	45.828.127	54.769.334	45.828.127
Operações de Arrendamento Mercantil	-	-	2.695.952	2.471.384
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (1)	6.380.642	6.310.254	6.380.642	6.310.254
Outros Créditos (2)	66.841.237	61.569.706	70.101.593	64.758.539
Créditos por Avais e Fianças Honrados	169.942	228.754	471.385	228.754
Rendas a Receber de Adiantamento Concedido - Carteira de Câmbio - Nota 9	131.244	150.513	131.244	150.513
Outros Créditos Diversos	66.540.051	61.190.439	69.498.964	64.379.272
Total	390.581.298	347.460.227	462.657.861	411.650.894

(1) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão classificados como redução de outras obrigações.

(2) Devedores por compra de valores e bens e títulos e créditos a receber (Nota 12).

Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros

De acordo com a Resolução CMN nº 3.533/2008 e alterações posteriores, as operações de cessão de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios, passaram a partir de 1 de janeiro de 2012 a permanecer registradas na carteira de crédito. Para as operações de cessão de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011, independente da retenção ou transferência substancial de riscos e benefícios, os ativos financeiros eram baixados do registro da operação original e o resultado apurado na cessão apropriada ao resultado do período.

(i) Com Transferência Substancial de Riscos e Benefícios

No Banco e no Consolidado, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram realizadas operações de cessão de créditos sem coobrigação no montante de R\$13.255.965 (31/12/2020 - R\$1.417.146), sendo R\$567.010 em Carteira Ativa, gerando um resultado de R\$195.649 (31/12/2020 - R\$12.233), e R\$12.688.955 em Carteira de Prejuízo. Esses montantes foram transacionados com empresas não pertencentes ao Grupo.

(ii) Com Retenção Substancial de Riscos e Benefícios

Em dezembro de 2011, o Banco realizou cessão de créditos com coobrigação referente à financiamento imobiliário no montante de R\$ 688.821, cujos vencimentos ocorrerão até outubro de 2041. Em 31 de dezembro de 2021, o valor presente das operações cedidas é de R\$40.790 (31/12/2020- R\$55.284).

Estas operações de cessão foram realizadas com cláusula de coobrigação, sendo prevista a recompra compulsória nas seguintes situações:

- Contratos inadimplentes por um período superior a 90 dias consecutivos;
- Contratos objeto de renegociação;
- Contratos objeto de portabilidade, nos termos da Resolução CMN nº 3.401/2006; e
- Contratos objeto de interveniência.

O valor de recompra compulsória será calculado pelo saldo devedor do crédito devidamente atualizado na data da respectiva recompra.

A partir da data da cessão, os fluxos de caixa das operações cedidas serão pagos diretamente à entidade cessionária.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

b) Carteira de Créditos por Vencimento

	31/12/2021	Banco 31/12/2020	31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Vencidas	8.604.538	5.015.638	9.851.990	5.842.250
A vencer:				-
Até 3 meses	95.540.587	101.913.270	105.690.188	111.058.613
De 3 a 12 meses	94.386.260	80.400.014	118.277.838	100.998.401
Acima de 12 meses	192.049.913	160.131.305	228.837.845	193.751.630
Total	390.581.298	347.460.227	462.657.861	411.650.894

c) Carteira de Créditos por Setor de Atividades

	31/12/2021	Banco 31/12/2020	31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Setor Privado	389.584.358	346.441.422	461.660.021	410.630.891
Indústria	66.175.356	65.984.136	67.326.360	67.264.749
Comércio	46.914.290	43.967.769	52.116.991	47.902.610
Instituições Financeiras	1.409.948	2.140.177	1.139.660	2.157.962
Serviços e Outros (1)	64.288.268	58.085.560	70.874.163	60.971.259
Pessoas Físicas	206.057.453	172.102.567	265.381.454	228.089.977
Cartão de Crédito	45.804.859	37.427.267	45.804.859	37.427.267
Crédito Imobiliário	52.992.797	43.993.132	52.992.797	43.993.132
Crédito Consignado	52.303.502	47.029.722	52.303.502	47.029.722
Financiamento e Leasing de Veículos	1.703.858	2.249.094	56.514.921	55.874.243
Outros (2)	53.252.437	41.403.352	57.765.375	43.765.613
Agricultura	4.739.043	4.161.213	4.821.393	4.244.334
Setor Público	996.940	1.018.805	997.840	1.020.003
Governo Estadual	331.735	399.669	331.735	399.669
Governo Municipal	665.205	619.136	666.105	620.334
Total	390.581.298	347.460.227	462.657.861	411.650.894

(1) Inclui as atividades de crédito imobiliário às construtoras/incorporadoras (plano empresarial), serviços de transporte, de saúde, pessoais entre outros.

(2) Inclui crédito pessoal, cheque especial entre outros.

d) Carteira de Créditos e da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

31/12/2021														Banco
31/12/2020														
Carteira de Créditos														Provisão
Provisão														
Nível de Risco	%Provisão Mínima Requerida	Curso Normal	Curso Anormal (1)	Total (3)	Requerida	Adicional (2)	Total	Curso Normal	Curso Anormal (1)	Total (3)	Requerida	Adicional (2)	Total	
AA	0,0%	180.139.073	-	180.139.073	-	-	-	162.569.532	-	162.569.532	-	-	-	
A	0,5%	104.992.054	-	104.992.054	524.960	2	524.962	98.084.064	-	98.084.064	490.420	331.959	822.379	
B	1,0%	35.871.587	2.253.434	38.125.021	381.250	167	381.417	31.497.816	1.989.791	33.487.607	334.876	572.154	907.030	
C	3,0%	29.029.189	2.798.938	31.828.127	954.844	1.899	956.743	23.128.620	1.789.539	24.918.159	747.545	1.561.868	2.309.413	
D	10,0%	10.439.757	3.063.622	13.503.379	1.350.338	2.206.475	3.556.813	8.215.630	1.943.697	10.159.327	1.015.933	1.763.634	2.779.567	
E	30,0%	2.346.953	2.301.009	4.647.962	1.394.389	757.194	2.151.583	2.254.334	1.547.171	3.801.505	1.140.451	600.261	1.740.712	
F	50,0%	1.828.300	1.831.787	3.660.087	1.830.043	582.385	2.412.428	1.831.369	1.335.331	3.166.700	1.583.350	503.804	2.087.154	
G	70,0%	1.865.631	1.570.929	3.436.560	2.405.590	643.556	3.049.146	1.771.853	1.069.343	2.841.196	1.988.837	764.272	2.753.109	
H	100,0%	3.375.689	6.964.787	10.340.476	10.340.475	-	10.340.475	3.390.140	5.045.940	8.436.080	8.436.080	-	8.436.080	
Total	-	369.888.233	20.784.506	390.672.739	19.181.889	4.191.678	23.373.567	332.743.358	14.720.812	347.464.170	15.737.492	6.097.952	21.835.444	

31/12/2021														Consolidado 31/12/2020
Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Carteira de Créditos						Carteira de Créditos						Provisão
		Curso Normal	Curso Anormal (1)	Total (3)	Requerida	Adicional (2)	Total	Curso Normal	Curso Anormal (1)	Total (3)	Requerida	Adicional (2)	Total	
AA	0,0%	199.635.521	-	199.635.521	-	-	-	174.672.176	-	174.672.176	-	-	-	
A	0,5%	138.688.667	2.090	138.690.757	693.454	2	693.456	136.895.625	-	136.895.625	684.478	331.960	1.016.438	
B	1,0%	44.189.990	3.890.801	48.080.791	480.808	167	480.975	37.161.806	2.947.768	40.109.574	401.096	572.154	973.250	
C	3,0%	31.313.221	4.196.290	35.509.511	1.065.285	1.899	1.067.184	24.491.130	2.742.311	27.233.441	817.002	1.575.498	2.392.500	
D	10,0%	11.009.408	3.847.376	14.856.784	1.485.678	2.245.960	3.731.638	8.768.027	2.459.727	11.227.754	1.122.775	1.927.260	3.050.035	
E	30,0%	2.633.675	2.896.095	5.529.770	1.658.931	887.864	2.546.795	2.374.369	2.124.173	4.498.542	1.349.562	704.758	2.054.320	
F	50,0%	1.936.705	2.275.793	4.212.498	2.106.249	690.148	2.796.397	1.929.261	1.868.256	3.797.517	1.898.759	578.271	2.477.030	
G	70,0%	2.031.334	1.916.832	3.948.166	2.763.716	765.637	3.529.353	1.848.376	1.366.129	3.214.505	2.250.153	848.059	3.098.212	
H	100,0%	3.690.054	8.595.444	12.285.498	12.285.498	-	12.285.498	3.661.255	6.344.449	10.005.704	10.005.704	-	10.005.704	
Total		435.128.575	27.620.721	462.749.296	22.539.619	4.591.677	27.131.296	391.802.025	19.852.813	411.654.838	18.529.529	6.537.960	25.067.489	

(3) No Banco e no Consolidado o total da carteira de créditos inclui o valor de R\$ 91.435 (31/12/2020- R\$3.944), referente ao ajuste a valor de mercado das operações de crédito que são objeto de proteção, registrados de acordo com o artigo 5 da Carta Circular 3.624 do Bacen de 26 de dezembro de 2013 e que não estão contemplados na nota dos níveis de riscos.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Programa Emergencial de Suporte a Empregos (PESE)

Conforme a Resolução CMN nº 4.846/20, demonstramos a seguir, as operações relacionadas ao Programa Emergencial de Suporte a Empregos (PESE), classificadas por nível de risco e juntamente com o montante da provisão constituída para cada nível de risco:

Nível de Risco	%Provisão Mínima Requerida	Banco		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021
		Ativo	Provisão Requerida	Ativo	Provisão Requerida
AA	0,0%	9.132	-	9.132	-
A	0,5%	401.095	301	401.095	301
B	1,0%	276.818	415	276.818	415
C	3,0%	285.783	1.286	285.783	1.286
D	10,0%	165.099	2.476	165.099	2.476
E	30,0%	15.153	682	15.153	682
F	50,0%	19.682	1.476	19.682	1.476
G	70,0%	15.714	1.650	15.714	1.650
H	100,0%	120.077	18.011	120.077	18.011
Total		1.308.553	26.297	1.308.553	26.297

Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Banco		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020
		Ativo	Provisão Requerida	Ativo	Provisão Requerida
AA	0,0%	14.277	-	14.277	-
A	0,5%	591.732	444	591.732	444
B	1,0%	527.579	791	527.579	791
C	3,0%	531.559	2.392	531.559	2.392
D	10,0%	262.383	3.936	262.383	3.936
E	30,0%	4.319	203	4.319	203
F	50,0%	1.437	108	1.437	108
G	70,0%	-	-	-	-
H	100,0%	429	64	429	64
Total		1.933.715	7.938	1.933.715	7.938

e) Movimentação da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Saldo Inicial	21.835.445	18.661.967	25.067.489	21.408.092
Constituições Líquidas das Reversões	12.580.038	13.216.424	15.356.108	16.476.170
Baixas	(11.041.916)	(10.042.947)	(13.292.303)	(12.816.773)
Saldo Final	23.373.567	21.835.444	27.131.294	25.067.489
Créditos Recuperados	3.005.852	2.416.248	3.422.116	2.787.491

f) Créditos Renegociados

	Banco		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Créditos Renegociados	20.005.822	18.197.875	23.634.268	22.987.914
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(10.100.946)	(9.196.227)	(11.120.588)	(10.411.547)
Percentual de Cobertura sobre a Carteira de Renegociação	50,5%	50,5%	47,1%	45,3%

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

g) Concentração de Crédito

	31/12/2021		Consolidado 31/12/2020	
Carteira de Crédito com Avais e Fianças (1), Títulos e Valores Mobiliários (2) e Instrumentos Financeiros Derivativos (3)	Risco	%	Risco	%
Maior Devedor	6.767.732	1,4%	6.782.322	1,3%
10 Maiores	40.864.829	7,5%	33.571.246	6,5%
20 Maiores	60.535.018	11,2%	54.105.883	10,5%
50 Maiores	93.411.357	17,6%	89.753.598	17,4%
100 Maiores	124.364.929	23,1%	119.028.823	23,1%

(1) Inclui as parcelas de crédito a liberar para construtoras/incorporadoras.

(2) Refere-se à posição de debêntures, notas promissórias e certificados de recebíveis imobiliários - CRI.

(3) Refere-se ao risco de crédito de derivativos.

9. Carteira de Câmbio

	31/12/2021	Banco/Consolidado 31/12/2020
Ativo		
Direitos sobre Venda de Câmbio	25.885.822	52.142.905
Câmbio Comprado a Liquidar	38.311.762	39.312.834
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(138.651)	(187.033)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos e Importações Financiadas (Nota 8)	131.244	150.513
Cambiais e Documentos a Prazo em Moedas Estrangeiras	2.752	19.325
Total	64.192.929	91.438.544
Passivo		
Câmbio Vendido a Liquidar	34.822.053	57.128.318
Obrigações por Compra de Câmbio	29.117.239	34.057.723
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (Nota 8.a)	(6.380.642)	(6.310.254)
Outros	141	172
Total	57.558.791	84.875.959

Contas de Compensação

Créditos Abertos para Importação	2.433.568	1.633.619
Créditos de Exportação Confirmados	288.822	2.067.409

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

10. Outros Ativos Financeiros

No exercício de 2021, devido a melhores condições de liquidez observadas no mercado das operações de comercialização de energia elétrica para determinados vencimentos, a administração reclassificou os contratos com vencimento até 2 anos de nível 3 para nível 2 (nota 32 f) e revisitou o tratamento contábil em relação aos contratos de comercialização de energia elétrica, que deixam de incluir o valor do "principal" e, desta forma, apenas os ajustes a valor justo e juros apurados nessas operações passam a ser registrados em contas patrimoniais.

Para fins de melhor comparabilidade, os montantes de "principal" das operações de comercialização de energia registrados em contas patrimoniais, em 31 de dezembro de 2020, foram reduzidos das rubricas de "Outros Ativos Financeiros – Negociação e Intermediação de Valores – Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar" e "Outros Passivos Financeiros – Negociação e Intermediação de Valores – Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar" no montante de R\$ 2.623.106 (2019 – R\$ 1.624.834), com correspondente impacto no total de ativo e passivo de 31 de dezembro de 2020. Não houve alteração no saldo do patrimônio líquido ou resultado. As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação, já contemplam os referidos ajustes.

a) Outros Ativos Financeiros

	31/12/2021	Banco 31/12/2020
	Total	Total
Carteira de Câmbio (Nota 9)	64.192.929	91.438.544
Negociação e Intermediação de Valores	5.625.242	3.824.827
Relações Interfinanceiras	87.981.008	75.810.738
Relações Interdependências	-	728
Créditos por Avais e Fianças Honrados (Nota 8.a)	169.942	228.754
Total	157.969.121	171.303.591

	31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Carteira de Câmbio (Nota 9)	64.192.929	91.438.544
Negociação e Intermediação de Valores	6.723.764	4.236.518
Relações Interfinanceiras	88.376.555	91.368.033
Relações Interdependências	-	728
Créditos por Avais e Fianças Honrados (Nota 8.a)	471.385	51.583
Total	159.764.633	187.095.406

b) Negociação e Intermediação de Valores

	31/12/2021	Banco 31/12/2020	31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Ativo				
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	1.521.217	175.179	1.897.317	392.395
Caixas de Registro e Liquidação	1.750	2.002	3.170	2.002
Devedores - Conta Liquidações Pendentes	39.216	25.078	718.223	197.542
Bolsas - Depósitos em Garantia	3.095.211	2.915.264	3.099.913	2.919.758
Outros (1)	967.848	707.304	1.005.141	724.821
Total	5.625.242	3.824.827	6.723.764	4.236.518
Passivo				
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	2.940.343	303.266	3.247.435	486.200
Credores - Conta Liquidações Pendentes	6.717	4.976	150.476	160.488
Credores por Empréstimos de Ações	-	-	448.390	672.577
Caixas de Registro e Liquidação	-	13	332.350	41.213
Comissões e Corretagens a Pagar	2.766	2.645	3.685	5.005
Outros	-	5.040	327	5.042
Total	2.949.826	315.940	4.182.663	1.370.525

(1) Refere-se aos depósitos efetuados em garantia às operações de derivativos realizadas com clientes no mercado de balcão.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

11. Ativos e Passivos Fiscais

a) Ativos Fiscais Diferidos

a.1) Natureza e Origem dos Ativos Fiscais Diferidos

	Origens			Constituição	Realização	Banco
	31/12/2021	31/12/2020	Saldo em 31/12/2020			Saldo em 31/12/2021
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	32.151.456	38.275.701	17.224.066	5.575.576	(8.331.487)	14.468.155
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	4.323.509	4.004.582	1.802.063	1.747.904	(1.604.387)	1.945.580
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	3.689.060	3.580.550	1.574.966	93.630	(44.800)	1.623.796
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	5.587.123	5.345.668	2.405.551	872.451	(763.796)	2.514.206
Ágio	109.248	127.511	57.380	740	(8.958)	49.162
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	8.081.267	4.643.314	2.208.244	1.592.361	(2.237.727)	1.562.878
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa (1)	8.727.582	414.355	197.057	1.927.652	-	2.124.709
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria (2)	1.769.948	1.223.801	1.363.434	187.421	(754.379)	796.476
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	1.226.774	1.010.089	435.588	847.633	(754.039)	529.182
Outras Provisões Temporárias (3)	6.935.677	6.661.588	2.898.461	184.201	(59.812)	3.022.850
Total dos Ativos Fiscais Diferidos sobre Diferenças Temporárias	72.601.644	65.287.159	30.166.810	13.029.569	(14.559.385)	28.636.994
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	10.144.740	12.023.746	5.407.013	-	(870.457)	4.536.556
Contribuição Social - MP 2.158/2001	-	-	175.158	3.130	(178.288)	-
Saldo dos Ativos Fiscais Diferidos Registrados	82.746.384	77.310.905	35.748.981	13.032.699	(15.608.130)	33.173.550

	Origens			Saldo em 31/12/2020	Constituição	Realização	Consolidado
	31/12/2021	31/12/2020	Saldo em 31/12/2021				
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	38.547.733	43.906.297	19.481.029	6.747.676	(9.192.314)	17.036.391	
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	4.590.834	4.243.713	1.893.379	1.826.363	(1.673.697)	2.046.045	
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	6.028.067	5.923.273	2.482.770	122.966	(68.007)	2.537.729	
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	5.972.720	5.737.510	2.553.076	908.062	(805.267)	2.655.871	
Ágio	109.248	127.511	57.380	740	(8.958)	49.162	
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	8.196.778	4.742.033	2.215.268	1.632.119	(2.238.339)	1.609.048	
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa (1)	10.748.333	657.120	255.286	2.308.047	(92.014)	2.471.319	
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria (2)	1.793.709	1.264.592	1.377.669	187.421	(760.535)	804.555	
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	1.432.705	1.198.427	492.880	924.473	(817.585)	599.768	
Outras Provisões Temporárias (3)	7.602.125	7.594.777	3.233.166	301.247	(142.215)	3.392.198	
Total dos Ativos Fiscais Diferidos sobre Diferenças Temporárias	85.022.252	75.395.253	34.041.903	14.959.114	(15.798.931)	33.202.086	
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	10.295.706	12.425.981	5.703.773	6.741	(954.530)	4.755.984	
Contribuição Social - MP 2.158/2001	-	-	175.158	3.131	(178.289)	-	
Saldo dos Ativos Fiscais Diferidos Registrados	95.317.958	87.821.234	39.920.834	14.968.986	(16.931.750)	37.958.070	

(1) Inclui Ativos Fiscais Diferidos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.

(2) Inclui Ativos Fiscais Diferidos de IRPJ e CSLL, sobre os ajustes do plano de benefícios a funcionários.

(3) Composto, principalmente, por provisões de natureza administrativas.

(4) Inclui os efeitos da alteração da alíquota da CSLL.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Em 31 de dezembro de 2021, os créditos tributários não ativados totalizaram R\$90.574 (31/12/2020 – R\$41.418) no Consolidado.

O registro contábil dos Ativos Fiscais Diferidos nas demonstrações financeiras do Santander Brasil foi efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período previsto de sua realização e está baseado na projeção de resultados futuros e em estudo técnico preparado nos termos da Resolução CMN nº 4.842/2020 e Resolução BCB nº 15.

a.2) Expectativa de Realização dos Ativos Fiscais Diferidos

					Banco 31/12/2021
Ano	Diferenças Temporárias			Prejuízos Fiscais - Base Negativa	Total Registrados
	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS		
2022	4.808.514	3.891.280	111.682	1.847.331	10.658.807
2023	4.997.561	3.964.634	111.682	1.739.765	10.813.642
2024	4.192.163	3.379.905	111.682	949.460	8.633.210
2025	894.161	715.315	111.682	-	1.721.158
2026	331.549	265.240	-	-	596.789
2027 a 2031	403.686	346.258	-	-	749.944
Total	15.627.634	12.562.632	446.728	4.536.556	33.173.550

					Consolidado 31/12/2021
Ano	Diferenças Temporárias			Prejuízos Fiscais - Base Negativa	Total Registrados
	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS		
2022	5.665.978	4.334.260	118.859	1.917.703	12.036.800
2023	5.987.381	4.539.195	118.859	1.781.778	12.427.213
2024	4.862.965	3.786.212	118.859	987.569	9.755.605
2025	1.003.715	781.625	118.794	40.732	1.944.866
2026	571.291	409.199	-	7.063	987.553
2027 a 2031	416.722	368.172	-	21.139	806.033
Total	18.508.052	14.218.663	475.371	4.755.984	37.958.070

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos ativos fiscais diferidos não deve ser tomada como indicativo do valor dos resultados futuros.

Com base na Resolução CMN 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020, os Créditos Tributários devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço.

a.3) Valor Presente dos Ativos Fiscais Diferidos

O valor presente dos ativos fiscais diferidos registrados é de R\$31.575.967 (31/12/2020 - R\$33.863.523) no Banco e R\$36.110.693 (31/12/2020 - R\$37.749.808) no Consolidado, calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízo fiscal, bases negativas de CSLL, Contribuição Social 18% - MP 2.158/2001 e a taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

b) Passivos Fiscais Correntes e Diferidos

	Banco		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Passivos Fiscais Diferidos	2.030.169	4.433.050	2.708.477	5.042.170
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	174.588	22.562	1.339.495	214.506
Impostos e Contribuições a Pagar	765.882	933.222	1.034.873	2.051.704
Total	2.970.639	5.388.834	5.082.845	7.308.380

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

b.1) Natureza e Origem dos Passivos Fiscais Diferidos

	Origens			Constituição	Realização	Banco
	31/12/2021	31/12/2020	Saldo em 31/12/2020			Saldo em 31/12/2021
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	638.141	10.099.545	1.626.237	4.614.952	(6.085.836)	155.353
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e Hedges de Fluxo de Caixa (1)	7.259.029	16.595.256	2.672.182	50.271	(955.259)	1.767.194
Superveniência de Arrendamento Mercantil	21.438	21.619	5.405	-	(45)	5.360
Outros	227.660	287.581	129.226	1.151	(28.115)	102.262
Total	8.146.268	27.004.001	4.433.050	4.666.374	(7.069.255)	2.030.169

	Origens			Constituição	Realização	Consolidado
	31/12/2021	31/12/2020	Saldo em 31/12/2020			Saldo em 31/12/2021
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	1.630.907	10.524.275	1.826.233	4.695.680	(6.138.215)	383.698
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e Hedges de Fluxo de Caixa (1)	7.646.179	16.871.322	2.672.182	147.817	(1.031.545)	1.788.454
Superveniência de Arrendamento Mercantil	1.343.391	1.287.747	318.336	67.426	(49.978)	335.784
Outros	476.538	534.252	225.419	12.763	(37.641)	200.541
Total	11.097.015	29.217.596	5.042.170	4.923.686	(7.257.379)	2.708.477

(1) Inclui IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.

b.2) Expectativa de Exigibilidade dos Passivos Fiscais Diferidos

Ano	Diferenças Temporárias			Banco
	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS	31/12/2021
				Total Registrados
2022	248.390	197.264	46.995	492.649
2023	248.391	197.264	46.995	492.650
2024	248.391	197.264	46.995	492.650
2025	246.604	197.264	46.995	490.863
2026	5.691	4.535	-	10.226
2027 a 2031	28.457	22.674	-	51.131
Total	1.025.924	816.265	187.980	2.030.169

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Ano	Diferenças Temporárias			Consolidado 31/12/2021
	Total			Registrados
	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS	
2022	441.723	228.756	55.991	726.470
2023	441.723	228.756	55.991	726.470
2024	326.146	228.756	55.991	610.893
2025	292.945	208.645	50.464	552.054
2026	27.294	5.305	-	32.599
2027 a 2031	34.835	25.156	-	59.991
Total	1.564.666	925.374	218.437	2.708.477

c) Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 31/12/2021	Banco 01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2021	Consolidado 01/01 a 31/12/2020
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	21.216.882	7.752.049	23.671.563	8.921.237
Participações no Lucro (1)	(1.860.596)	(1.668.086)	(2.059.673)	(1.857.937)
Resultado não Realizado	-	-	(142)	77.310
Resultado antes dos Impostos	19.356.286	6.083.963	21.611.748	7.140.610
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 25%, Respectivamente (3)	(9.678.143)	(2.737.783)	(10.805.874)	(3.213.275)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (2)	1.838.324	1.353.205	34.697	23.273
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	(221.023)	(55.549)	(230.261)	(56.651)
Variação Cambial de Investimentos no Exterior	768.902	6.831.483	768.902	6.831.484
IRPJ e CSLL sobre as Diferenças Temporárias e Prejuízo Fiscal de Exercícios Anteriores	264.650	523.507	264.191	551.983
Juros sobre o Capital Próprio	1.810.797	1.472.877	1.854.422	1.502.888
Efeito da Majoração da Alíquota de CSLL (3)	545.091	-	1.223.462	296.112
Demais Ajustes CSLL 5% (4)	8.810	56.791	(26.958)	63.642
Demais Ajustes, Incluindo Lucros Disponibilizados no Exterior	301.814	527.655	414.194	540.011
Imposto de Renda e Contribuição Social	(4.360.778)	7.972.186	(6.503.225)	6.539.467
Impostos Correntes	(2.161.881)	681.355	(4.653.737)	(2.354.632)
Imposto de renda e contribuição social do semestre	(2.161.881)	681.355	(4.653.737)	(2.354.632)
Impostos Diferidos	(1.328.439)	2.257.983	(895.292)	3.972.828
Constituição/realização no semestre sobre adições e exclusões temporárias - Resultado	(1.328.439)	(2.257.983)	(895.292)	3.972.828
Utilização de saldos iniciais de:	(870.458)	(187.082)	(953.457)	(298.659)
Base negativa de Contribuição Social	(375.801)	(187.082)	(380.409)	(236.671)
Prejuízo Fiscal	(494.657)	-	(573.048)	(61.988)
Constituição no semestre sobre:		5.219.930	(739)	5.219.930
Base negativa de Contribuição Social		2.216.034	(284)	2.216.034
Prejuízo Fiscal		3.003.896	(455)	3.003.896
Total dos impostos diferidos	(2.198.897)	7.290.831	(1.849.488)	8.894.099
Imposto de Renda e Contribuição Social	(4.360.778)	7.972.186	(6.503.225)	6.539.467

(1) A base de cálculo é o lucro líquido, após o IR e CSLL.

(2) No resultado de participações em coligadas e controladas não estão incluídos os juros sobre o capital próprio recebidos e a receber.

(3) Efeito do diferencial de alíquota para as empresas, que utilizem a alíquota de contribuição social é de 9% e 20%.

(4) Majoração da alíquota da CSLL, a partir de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021.

Hedge Cambial da Agência Grand Cayman, da Agência de Luxemburgo

O Banco Santander opera agências nas Ilhas Cayman e em Luxemburgo, que são usadas principalmente para a captação de recursos nos mercados de capital e financeiro internacionais, para o fornecimento ao Banco de linhas de crédito que são estendidas aos seus clientes para financiamentos ao comércio exterior e capital de giro (Nota 13).

Para cobrir a exposição a variações cambiais, o Banco utiliza derivativos e captações. De acordo com as regras fiscais brasileiras, os ganhos ou perdas decorrentes do impacto da valorização ou desvalorização do Real sobre os investimentos estrangeiros não eram tributáveis, mas a partir de janeiro de 2021 passaram a ser tributáveis ou dedutíveis para fins de IR/CSLL, enquanto que os ganhos ou perdas dos derivativos utilizados como cobertura são tributáveis ou dedutíveis. O objetivo desses derivativos é o de proteger o resultado líquido após impostos.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

A Lei 14.031, de 28 de julho de 2020, determinou que a partir de janeiro de 2021, 50% da variação cambial dos investimentos no exterior deverá ser computada na determinação do lucro real e na base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) da pessoa jurídica investidora domiciliada no País. A partir de 2022, a variação cambial será integralmente computada nas bases tributáveis do IRPJ e CSLL.

O tratamento fiscal distinto de tais diferenças cambiais resulta em volatilidade no "Resultado Operacional antes da Tributação" e na rubrica de "Impostos sobre renda". A seguir constam os efeitos das operações efetuadas, bem como o efeito total do Hedge cambial para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Em R\$ Milhões	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Resultado da Intermediação Financeira		
Resultado gerado em decorrência das variações cambiais sobre investimento do Banco na Agência de Cayman, Luxemburgo e EFC	3.862	16.792
Resultado gerado em decorrência dos contratos de derivativos utilizados como hedge cambial	(6.374)	(30.375)
Despesas Tributárias		
Efeito fiscal dos contratos de derivativos utilizados como hedge cambial - PIS/COFINS	275	312
Imposto de Renda e Contribuição Social		
Efeito fiscal dos contratos de derivativos utilizados como hedge cambial - IR/CS	2.237	13.271

(1) O Banco Santander dissolveu e liquidou o investimento na subsidiária Santander Brasil, Establecimiento Financiero de Credito, S.A., em 15 de dezembro de 2020.

d) Despesas Tributárias

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Despesa com Cofins	2.101.852	1.705.772	2.867.884	2.476.433
Despesa com ISS	639.152	586.809	825.008	764.993
Despesa com PIS	341.551	277.187	488.354	421.427
Outras	289.077	271.578	349.781	317.621
Total	3.371.632	2.841.346	4.531.027	3.980.474

12. Outros Ativos

	Banco		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Títulos e Créditos a Receber (Nota 8.a)				
Cartões de Crédito	38.697.565	31.861.356	38.697.565	31.861.356
Direitos Creditórios (1)	27.228.813	28.706.517	31.770.716	32.476.841
Devedores por Depósitos em Garantia				
Para Interposição de Recursos Fiscais	5.481.136	5.756.068	7.258.166	7.507.557
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	1.648.343	1.978.893	1.752.187	2.144.435
Outros - Cíveis	1.096.701	1.108.009	1.286.274	1.330.431
Garantias Contratuais de Ex-Controladores (Nota 20.f)	496	496	496	496
Pagamentos a Ressarcir	178.077	164.809	192.562	223.676
Adiantamentos Salariais/Outros	199.212	120.339	856.579	263.997
Plano de Benefícios a Funcionários (Nota 29.a)	231.100	291.012	287.809	361.149
Devedores por Compra de Valores e Bens (Nota 8.a)	551.756	622.564	602.780	687.565
Valores a Receber de Sociedades Ligadas (Nota 22.e)	38.827	19.049	242.217	18.195
Rendas a Receber	3.077.494	2.546.048	3.110.771	2.356.322
Outros Valores e Bens	1.361.411	1.809.180	1.552.099	2.131.653
Outros	2.081.481	1.291.091	2.755.980	3.590.911
Total	81.872.412	76.275.431	90.366.201	84.954.584

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

(1) Consiste em operações com características de cessão de crédito, substancialmente, compostas por operações de "Confirming" com pessoas jurídicas sujeitas ao risco de crédito e análise de perdas esperadas associadas ao risco de crédito por segmento, de acordo com as políticas de risco do Banco.

13. Informações das Dependências e da Subsidiária no Exterior

Dependências:

Agência Grand Cayman (Agência de Cayman)

A Agência Grand Cayman é licenciada pela Lei de Bancos e Companhias Fiduciárias e está devidamente registrada como uma Companhia Estrangeira junto ao Oficial de Registro de Sociedades em Grand Cayman, nas Ilhas Cayman. A agência, portanto, está devidamente autorizada a executar negócios bancários nas Ilhas Cayman, estando atualmente envolvida nos negócios de captação de recursos no mercado bancário e de capitais internacional para prover linhas de crédito para o Banco Santander, que são então estendidas aos clientes do Banco Santander para financiamentos de capital de giro e comércio exterior. Ela também recebe depósitos em moeda estrangeira de clientes corporativos e pessoas físicas e concede crédito a clientes brasileiros e estrangeiros, fundamentalmente para apoiar operações comerciais com o Brasil.

Agência de Luxemburgo

Em 9 de junho de 2017, o Banco Santander obteve autorização do Bacen para instalação de uma agência em Luxemburgo, com capital destacado de US\$1 bilhão, com o objetivo de complementar a estratégia de comércio exterior para clientes pessoa jurídica (grandes empresas brasileiras e suas operações no exterior) e oferecer produtos e serviços financeiros por meio de uma entidade offshore que não esteja estabelecida em uma jurisdição com tributação favorecida e que possibilite a ampliação da capacidade de captação. A abertura da agência foi autorizada pelo Ministro das Finanças de Luxemburgo, em 5 de março de 2018. Em 3 de abril de 2018, após a redução do capital da Agência de Cayman no valor equivalente, foi alocado o valor de US\$1 bilhão ao capital social destacado da agência de Luxemburgo.

Subsidiária:

O Banco Santander detinha uma subsidiária na Espanha, Santander Brasil, Establecimiento Financiero de Credito, S.A. (Santander Brasil EFC), para complementar a estratégia de comércio exterior para clientes pessoa jurídica (grandes empresas brasileiras e suas operações no exterior) e oferecer produtos e serviços financeiros por meio de uma entidade offshore que não esteja estabelecida em uma jurisdição com tributação favorecida.

Em 12 de novembro de 2020, por decisão do seu único sócio, foi aprovada a dissolução e liquidação do Santander Brasil, Establecimiento Financiero de Credito, S.A. (que teve sua denominação social alterada para Santander Brasil, S.A.U.). O capital aplicado no exterior foi repatriado em novembro de 2020. A escritura de dissolução e liquidação da sociedade foi registrada no Registro Mercantil de Madri com efeitos em 15 de dezembro de 2020. Estas atividades passaram a ser executadas pela agência do Banco em Luxemburgo.

As posições financeiras resumidas das dependências e subsidiária no exterior, convertidas à taxa de câmbio vigente na data do balanço incluídas nas demonstrações financeiras compreendem as seguintes posições (sem eliminação das transações com ligadas):

	Agência Grand Cayman(3)		Agência de Luxemburgo(3)		Santander Brasil EFC (3)	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo	158.796.211	160.340.976	81.914.595	37.555.040	-	1.303
Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo	158.796.179	160.340.976	81.914.414	37.554.771	-	1.303
Disponibilidades	9.127.129	10.992.918	1.630.327	1.116.505	-	1.253
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	26.583.540	38.123.942	13.138.145	8.542.030	-	-
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos						
Financeiros Derivativos	89.178.436	77.537.745	14.433.434	1.872.724	-	-
Operações de Crédito (1)	18.271.074	21.216.364	46.639.821	24.813.536	-	-
Carteira de Câmbio	11.128.060	6.800.895	5.473.283	884.473	-	-
Outros	4.507.940	5.669.112	599.404	325.503	-	50
Ativo Permanente	32	-	181	269	-	-
Passivo	158.796.211	160.340.976	81.914.595	37.555.040	-	1.303
Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo	120.638.194	108.823.123	74.024.804	30.939.233	-	18
Depósitos e Captações no Mercado Aberto	30.505.351	31.461.468	7.973.185	4.161.763	-	-
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	20.395.593	19.454.058	36.365.115	10.784.221	-	-
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	14.088.607	13.119.659	-	-	-	-
Obrigações por Empréstimos (2)	31.320.740	26.090.092	23.239.576	14.070.809	-	-
Carteira de Câmbio	11.050.587	6.869.559	5.480.439	908.932	-	-
Outros	13.277.316	11.828.287	966.489	1.013.508	-	18

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Resultados de Exercícios Futuros	30.309	171	11.693	13.339	-	-
Patrimônio Líquido	38.127.708	51.517.682	7.878.098	6.602.468	-	1.285
	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Resultado do Período	2.206.018	2.933.240	715.212	804.660	-	(14.762)

(1) Refere-se, principalmente, a operações de empréstimos e de financiamento à exportação.

(2) Obrigações por empréstimos no exterior referentes às linhas de financiamento à exportação e importação e outras linhas de crédito.

(3) A moeda funcional é o Real.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

14. Participações de Controladas e Coligadas

a) Perímetro de Consolidação

Investimentos	Ramo de Atividade	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas (Mil)		31/12/2021	
		Ações Ordinárias e Cotas	Ações Preferenciais	Participação Direta	Participação Consolidado
Controladas do Banco Santander					
Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A.	Recuperação de Créditos Inadimplidos	2.142.011	-	100,00%	100,00%
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré CFI)	Financeira	2.877	-	100,00%	100,00%
Banco RCI Brasil S.A.	Banco	81	81	39,89%	39,89%
BEN Benefícios e Serviços S.A. (BEN Benefícios)	Outras	90.000	-	100,00%	100,00%
Esfera Fidelidade S.A.	Outras	10.001	-	100,00%	100,00%
GIRA - Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A	Tecnologia	381	-	80,00%	80,00%
Rojo Entretenimento S.A.	Outras	7.417	-	94,60%	94,60%
Sanb Promotora de Vendas e Cobrança Ltda.	Outras	30.988	-	100,00%	100,00%
Sancap Investimentos e Participações S.A. (Sancap)	Holding	23.538.159	-	100,00%	100,00%
Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. (Santander Brasil Consórcio)	Consórcio	436.441	-	100,00%	100,00%
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	Corretora	14.067.640	14.067.640	99,99%	100,00%
Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. (Santander Corretora de Seguros)	Outras	7.184	-	100,00%	100,00%
Santander Holding Imobiliária S.A.	Holding	558.601	-	100,00%	100,00%
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing)	Leasing	164	-	100,00%	100,00%
FIRST Tecnologia e Inovação Ltda.	Outras	196.979	-	100,00%	100,00%
Paytec Tecnologia em Pagamentos Ltda.	Outras	348	-	100,00%	100,00%
SX Negócios Ltda.	Outras	75.050	-	100,00%	100,00%
Controladas da Aymoré CFI					
Banco PSA	Banco	105	-	0,00%	50,00%
Banco Hyundai Capital Brasil S.A.	Banco	150.000	-	0,00%	50,00%
Solution 4Fleet Consultoria Empresarial S.A.	Outras	328	-	0,00%	80,00%
Controlada da Santander Leasing					
Banco Bandepe S.A.	Banco	3.589	-	0,00%	100,00%
PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Distribuidora	348	-	0,00%	100,00%
Controladas da Sancap					
Santander Capitalização S.A.	Capitalização	64.615	-	0,00%	100,00%
Evidence Previdência S.A.	Previdência	42.819.564	-	0,00%	100,00%
Controlada da Santander Holding Imobiliária S.A.					
Summer Empreendimentos Ltda.	Outras	17.084	-	0,00%	100,00%
Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários S.A.	Outras	3.808	-	0,00%	90,00%
Controlada da Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A.					
Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A.	Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	200	-	0,00%	100,00%
Liderança Serviços Especializados em Cobranças Ltda.	Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	250	-	0,00%	100,00%
Controlada da Paytec Tecnologia em Pagamentos Ltda.					
Paytec Logística e Armazém Ltda.	Outras	100	-	0,00%	100,00%
Controlada da PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.					
Toro Corretora de Títulos de Valores Mobiliários Ltda.	Corretora	19.140	-	0,00%	60,00%
Controlada da Toro Corretora de Títulos de Valores Mobiliários Ltda					
Toro Investimentos S.A.	Corretora	98.400	-	0,00%	100,00%
Controlada em Conjunto da Sancap					
Santander Auto S.A.	Outras	22.452	-	0,00%	50,00%

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

		Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas (Mil)		31/12/2021	
	Ramo de Atividade	Ações Ordinárias e Cotas	Ações Preferenciais	Participação Direta	Participação Consolidado
Investimentos					
Controladas em Conjunto do Banco Santander					
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. (EBP)	Outras	5.076	1.736	11,11%	11,11%
Gestora de Inteligência de Crédito S.A. (Gestora de Crédito)	Birô de Crédito	5.090	4.809	19,45%	19,45%
Campo Grande Empreendimentos Ltda.	Outras	255	-	25,32%	25,32%
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros					
Webmotors S.A.	Outras	425.126.827	-	0,00%	70,00%
Tecnologia Bancária S.A. (TecBan)	Outras	743.944	68.771	0,00%	18,98%
PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda. (PSA Corretora de Seguros)	Corretora de Seguros	450	-	0,00%	50,00%
Hyundai Corretora de Seguros Ltda.	Corretora de Seguros	1.000	-	0,00%	50,00%
Controlada da Webmotors S.A.					
Loop Gestão de Pátios S.A. (Loop)	Outras	23.243	-	0,00%	51,00%
Car10 Tecnologia e Informação S.A.	Outras	6.591	-	0,00%	66,67%
Controlada da TecBan					
Tbnet Comércio, Locação e Administração Ltda. (Tbnet)	Outras	542.004	-	0,00%	100,00%
Controlada da Tbnet					
Tbforte Segurança e Transporte de Valores Ltda. (Tbforte)	Outras	517.505	-	0,00%	100,00%

Fundos de Investimentos Consolidados

- Santander Fundo de Investimento Amazonas Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Amazonas);
- Santander Fundo de Investimento Diamantina Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Diamantina);
- Santander Fundo de Investimento Guarujá Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Guarujá);
- Santander Fundo de Investimento Unix Multimercado Crédito Privado (Santander FI Unix);
- Santander Fundo de Investimento SBAC Referenciado DI Crédito Privado (Santander FI SBAC);
- Santander Paraty QIF PLC (Santander Paraty) (4);
- Venda de Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (Venda de Veículos FIDC) (1);
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios RN Brasil - Financiamento de Veículos (FI RN Brasil - Financiamento de Veículos) (2);
- Prime 16 – Fundo de Investimento Imobiliário (atual denominação do BRL V - Fundo de Investimento Imobiliário - FII) (3);
- Santander FI Hedge Strategies Fund (Santander FI Hedge Strategies) (4);
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisegmentos NPL Ipanema VI - Não Padronizado (Fundo Investimento Ipanema NPL VI) (5);
- Santander Hermes Multimercado Crédito Privado Infraestrutura Fundo de Investimentos (6);
- Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Atacado – Não Padronizado (7);
- Atual - Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior (8); e
- Verbena FCVS - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (9).

- (1) A Renault montadora (entidade não pertencente ao Conglomerado Santander) vende suas duplicatas ao Fundo. Este Fundo compra exclusivamente duplicatas da Renault montadora. Por sua vez, o Banco RCI Brasil S.A. detém 100% das suas cotas subordinadas.
- (2) O Banco RCI Brasil S.A. vende recebíveis (Carteira CDC) ao FI RN Brasil - Financiamento de Veículos. As cotas sêniores têm somente um investidor. O Banco RCI Brasil S.A. detém 100% das cotas subordinadas.
- (3) O Banco Santander figurava como credor de determinadas operações de crédito em atraso que possuíam como garantia imóveis. A operação para recuperação destes créditos consiste no aporte dos imóveis em garantia ao capital do Fundo de Investimento Imobiliário a consequente transferência das cotas do Fundo ao Banco Santander, mediante dação em pagamento das operações de crédito supracitadas.
- (4) O Banco Santander, através de suas subsidiárias, é detentor dos riscos e benefícios do Santander Paraty e do Subfundo Santander FI Hedge Strategies, com residência na Irlanda, e ambos são consolidados integralmente em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas. O Santander Paraty não possui posição patrimonial própria, sendo todos os registros oriundos da posição financeira do Santander FI Hedge Strategies.
- (5) Refere-se a uma estrutura onde o Banco Santander alienou determinadas operações de crédito, que já haviam sido transferidas para prejuízo (operações vencidas há mais de 360 dias) para este fundo. A Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A. (atual denominação social da Atual Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros), empresa controlada pelo Banco Santander, detém 100% das cotas deste fundo.
- (6) Este fundo passou a ser consolidado em dezembro de 2018 e é controlado através da Aymoré Crédito Financiamento e Investimento Ltda.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

- (7) Este fundo passou a ser consolidado em junho de 2019 e é controlado através da Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A.
- (8) Este fundo passou a ser consolidado em agosto de 2020 e é controlado através da Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A.
- (9) Este fundo passou a ser consolidado em fevereiro de 2021, controlado pelo Banco Santander, que detém 100% das cotas deste fundo.

b) Composição dos Investimentos

	Banco					
	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro (Prejuízo) Líquido	Valor dos Investimentos		Resultado da Equivalência Patrimonial	
	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2021	31/12/2020	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Controladas do Banco Santander						
Santander Leasing	11.172.028	372.551	11.172.028	4.583.567	323.537	61.901
Banco Bandepe S.A.	-	-	-	5.369.488	36.530	90.883
Santander Brasil EFC (1)	-	-	-	41.636	(35.574)	(31.895)
Santander Corretora de Seguros	4.604.407	1.048.878	4.609.417	3.575.295	1.048.878	570.340
Getnet S.A.	-	-	-	2.071.772	56.220	289.960
Ágio na Aquisição de Participação Residual da Getnet S.A.	-	-	-	949.173	-	-
Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A.	2.690.379	97.713	2.690.379	1.740.057	116.249	88.849
Aymoré CFI	2.305.203	1.012.268	2.305.203	1.542.259	1.012.268	743.312
Sancap	992.882	248.077	992.882	1.041.810	248.077	232.214
Banco Olé Consignado	-	-	-	-	-	154.380
Bosan S.A.	-	-	-	-	-	95.350
Santander Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Santander CCVM)	807.096	85.023	807.096	731.344	85.023	90.867
Banco RCI Brasil S.A.	1.524.550	157.462	608.156	560.648	62.812	72.057
Santander Brasil Consórcio	1.013.980	336.785	1.013.980	677.195	336.785	252.239
Outros	1.802.271	331.384	1.759.775	1.252.546	385.842	296.667
Total			25.958.916	24.136.790	3.676.647	3.007.124

(1) Resultado remanescente oriundos de gastos com encerramento da entidade vide nota 13.

	Consolidado					
	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro (Prejuízo) Líquido	Valor dos Investimentos		Resultado da Equivalência Patrimonial	
	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2021	31/12/2020	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Controladas em Conjunto Direta e Indiretamente pelo Banco Santander						
TecBan	893.973	241.053	169.676	123.924	45.752	22.219
Gestora de Crédito	67.611	(72.097)	13.522	28.680	(14.419)	(19.062)
Webmotors S.A.	270.453	65.452	189.317	146.822	45.816	38.823
Norchem Holdings	-	-	-	-	-	(33)
Norchem Participações	-	-	-	-	-	333
EBP	11.321	(136)	1.258	1.273	(15)	9
Solutions 4Fleet	14.503	(2.677)	11.603	-	(2.142)	-
Santander Auto	42.523	12.230	21.262	15.775	6.115	(2.422)
Hyundai Corretora de Seguros Ltda.	2.520	431	1.260	1.044	216	110
PSA Corretora	1.081	96	540	767	48	226
Outras	-	-	255	(6.433)	(11.975)	11.515
Total			408.693	311.852	69.396	51.718

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

15. Imobilizado de Uso

	Custo	Depreciação	31/12/2021 Residual	Banco 31/12/2020 Residual
Imóveis de Uso	2.463.155	(916.273)	1.546.882	1.595.073
Terrenos	640.772	-	640.772	640.650
Edificações	1.822.383	(916.273)	906.110	954.423
Outras Imobilizações de Uso	13.292.159	(8.772.355)	4.519.804	4.507.464
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	5.264.470	(3.281.577)	1.982.893	1.999.855
Sistemas de Processamento de Dados	2.491.766	(1.564.399)	927.367	926.251
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	4.415.089	(3.143.659)	1.271.430	1.359.694
Sistemas de Segurança e Comunicações	818.337	(535.372)	282.965	171.178
Outras	302.497	(247.348)	55.149	50.486
Total	15.755.314	(9.688.628)	6.066.686	6.102.537

	Custo	Depreciação	31/12/2021 Residual	Consolidado 31/12/2020 Residual
Imóveis de Uso	2.752.082	(977.780)	1.774.302	1.841.529
Terrenos	712.200	-	712.200	715.969
Edificações	2.039.882	(977.780)	1.062.102	1.125.560
Outras Imobilizações de Uso	13.528.400	(8.918.354)	4.610.046	5.205.156
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	5.299.099	(3.315.314)	1.983.785	2.088.388
Sistemas de Processamento de Dados	2.553.281	(1.602.278)	951.003	1.054.923
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	4.528.530	(3.212.298)	1.316.232	1.398.841
Sistemas de Segurança e Comunicações	822.656	(538.972)	283.684	586.394
Outras	324.834	(249.492)	75.342	76.610
Total	16.280.482	(9.896.134)	6.384.348	7.046.685

16. Intangível

	Custo	Amortização	31/12/2021 Líquido	Banco 31/12/2020 Líquido
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas	27.220.515	(26.518.018)	702.497	1.876.197
Outros Ativos Intangíveis	10.793.517	(6.224.576)	4.568.941	4.220.581
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	6.639.641	(3.927.863)	2.711.778	2.100.607
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento	3.980.496	(2.187.562)	1.792.934	1.964.771
Outros	173.380	(109.151)	64.229	155.203
Total	38.014.032	(32.742.594)	5.271.438	6.096.778

	Custo	Amortização	31/12/2021 Líquido	Consolidado 31/12/2020 Líquido
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas	28.155.084	(26.720.363)	1.434.721	2.018.698
Outros Ativos Intangíveis	11.145.052	(6.457.073)	4.687.979	4.452.919
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	6.976.444	(4.131.308)	2.845.136	2.313.156
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento	3.980.497	(2.187.562)	1.792.935	1.964.771
Outros	188.111	(138.203)	49.908	174.992
Total	39.300.136	(33.177.436)	6.122.700	6.471.617

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve impairment.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

17. Captações

a) Abertura de contas Patrimoniais

					Banco 31/12/2021	31/12/2020
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Depósitos	106.065.134	104.464.738	91.776.359	104.576.178	406.882.409	392.471.480
Depósitos à Vista	40.776.429	-	-	-	40.776.429	42.236.911
Depósitos de Poupança	65.220.066	-	-	-	65.220.066	63.306.504
Depósitos Interfinanceiros	-	2.453.850	2.893.514	273.873	5.621.237	5.003.476
Depósitos a Prazo (1)	68.639	102.010.888	88.882.845	104.302.305	295.264.677	281.924.587
Outros Depósitos	-	-	-	-	-	2
Captações no Mercado Aberto	-	80.761.481	4.393.054	15.715.553	100.870.087	159.971.460
Carteira Própria	-	73.901.771	1.209.214	3.074	75.114.059	101.687.723
Títulos Públicos	-	60.546.331	1.089.597	-	61.635.928	90.892.803
Títulos de Emissão Própria	-	-	-	-	-	824
Outros	-	13.355.440	119.617	3.074	13.478.131	10.794.096
Carteira de Terceiros	-	6.859.710	-	-	6.859.710	6.283.007
Carteira de Livre Movimentação	-	-	3.183.840	15.712.479	18.896.318	52.000.730
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	7.043.270	21.832.673	86.967.036	115.842.979	87.059.806
Recursos de Aceites Cambiais	-	-	-	-	-	101.493
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	-	6.658.846	14.857.200	52.001.851	73.517.897	54.340.629
Letras de Crédito Imobiliário - LCI (2)	-	2.642.155	6.038.317	20.243.698	28.924.170	25.710.531
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	-	1.693.295	5.822.800	9.473.339	16.989.434	14.746.831
Letras Financeiras - LF (3)	-	2.161.516	2.480.290	20.432.457	25.074.264	12.749.911
Letras Imobiliárias Garantidas - LIG (4)	-	161.879	515.793	1.852.358	2.530.030	1.133.356
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	-	-	5.886.661	32.540.510	38.427.171	30.233.240
Certificados de Operações Estruturadas	-	384.423	1.088.813	2.424.675	3.897.911	2.384.444
Obrigações por Empréstimos e Repasse	-	30.532.143	49.876.504	11.173.187	91.581.834	67.720.151
Obrigações por Empréstimos no Exterior	-	28.527.840	47.493.793	3.707.117	79.728.750	54.971.763
Linhas de Financiamento à Exportação e Importação	-	25.882.186	24.578.234	308.749	50.769.169	54.971.763
Outras Linhas de Crédito	-	2.645.654	22.915.559	3.398.368	28.959.581	-
Obrigações por Repasses do País	-	2.004.303	2.382.711	7.466.070	11.853.084	12.748.388
Total	106.065.134	222.801.631	167.878.590	218.431.954	715.177.309	707.222.897

					Consolidado 31/12/2021	31/12/2020
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Depósitos	105.742.955	104.775.766	87.788.088	105.332.878	403.639.687	390.051.798
Depósitos à Vista	40.454.250	-	-	-	40.454.250	41.821.289
Depósitos de Poupança	65.220.066	-	-	-	65.220.066	63.306.504
Depósitos Interfinanceiros	-	2.421.773	1.392.120	909.184	4.723.077	5.145.425
Depósitos a Prazo (1)	68.639	102.353.993	86.395.968	104.423.694	293.242.294	279.778.578
Outros Depósitos	-	-	-	-	-	2
Captações no Mercado Aberto	-	76.387.769	3.545.278	15.715.553	95.648.600	154.997.017
Carteira Própria	-	70.828.055	361.439	3.074	71.192.568	96.713.280
Títulos Públicos	-	57.472.615	241.822	-	57.714.437	85.918.360
Títulos de Emissão Própria	-	-	-	-	-	824
Outros	-	13.355.440	119.617	3.074	13.478.131	10.794.096
Carteira de Terceiros	-	5.559.714	-	-	5.559.714	6.283.007
Carteira de Livre Movimentação	-	-	3.183.840	15.712.479	18.896.318	52.000.730
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	7.313.586	20.267.894	67.799.380	95.380.860	70.627.767
Recursos de Aceites Cambiais	-	58.889	276.261	1.026.293	1.361.443	1.175.794
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	-	6.870.273	15.947.164	54.352.000	77.169.438	57.668.252
Letras de Crédito Imobiliário - LCI (2)	-	2.642.155	6.038.317	20.243.698	28.924.170	25.710.531

Relatório da Administração	Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Declarações dos Diretores
----------------------------	---------------------------------------	---------------------------	--------------------	---------------------------

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	-	1.693.295	5.822.800	9.473.339	16.989.434	14.746.831
Letras Financeiras - LF (3)	-	2.372.943	3.570.254	22.782.606	28.725.804	16.077.534
Letras Imobiliárias Garantidas - LIG (4)(5)	-	161.879	515.793	1.852.358	2.530.030	1.133.356
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	-	-	2.955.656	9.996.412	12.952.068	9.399.277
Certificados de Operações Estruturadas	-	384.423	1.088.813	2.424.675	3.897.911	2.384.444
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	30.537.059	49.876.504	11.173.187	91.586.750	67.759.950
Obrigações por Empréstimos no País	-	4.916	-	-	4.916	39.799
Obrigações por Empréstimos no Exterior	-	28.527.840	47.493.793	3.707.117	79.728.750	54.971.763
Linhas de Financiamento à Exportação e Importação	-	25.882.186	24.578.234	308.749	50.769.169	54.971.763
Outras Linhas de Crédito	-	2.645.654	22.915.559	3.398.368	28.959.581	-
Obrigações por Repasses do País	-	2.004.303	2.382.711	7.466.070	11.853.084	12.748.388
Total		105.742.955	219.014.179	161.477.765	686.255.896	683.436.532

- (1) Consideram os vencimentos estabelecidos nas respectivas aplicações, existindo a possibilidade de saque imediato, de forma antecipada ao seu vencimento.
- (2) Letras de crédito imobiliário são títulos de renda fixa lastreados por créditos imobiliários e garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de bem imóvel. Em 31 de dezembro de 2021 possuem prazo de vencimento entre 2022 e 2028.
- (3) As principais características das letras financeiras são prazo mínimo de dois anos, valor nominal mínimo de R\$ 50 e permissão de resgate antecipado de apenas 5% do montante emitido. Em 31 de dezembro de 2021 possuem prazo de vencimento entre 2022 e 2031.
- (4) Letras Imobiliárias Garantidas são títulos de renda fixa lastreados por créditos imobiliários garantidos pelo emissor e por um pool de créditos imobiliários apartados dos demais ativos do emissor. Em 31 de dezembro de 2021, possuem prazo de vencimento entre 2022 e 2035.
- (5) Captação feita no âmbito da linha Compulsória Especial de Liquidez nos termos da Resolução 4.795/20.

No Banco e no Consolidado, as linhas de financiamento à exportação e importação são recursos captados junto a instituições financeiras no exterior, destinados à aplicação em operações comerciais de câmbio, relativas a desconto de letras de exportação e pré-financiamento à exportação e importação, cujos vencimentos vão até o ano de 2031 (31/12/2020 - até o ano de 2024) e estão sujeitas a encargos financeiros, correspondentes à variação cambial acrescida de juros que variam de 0,33% a 4,75% a.a. (31/12/2020 - de 0,35% a.a. a 4,3% a.a.).

As obrigações por repasses do país - instituições oficiais têm incidência de encargos financeiros correspondentes a TJLP, variação cambial da cesta de moedas do BNDES ou a variação cambial do Dólar americano, acrescidos de juros, de acordo com as políticas operacionais do Sistema BNDES.

Eurobonds	Emissão	Vencimento	Moeda	Taxa de Juros (a.a.)	Banco		Consolidado	
					12/31/2021	12/31/2020	12/31/2021	12/31/2020
Eurobonds	2018	2025	USD	4,4%	117.150	14.469	117.150	14.469
Eurobonds	2018	2025	USD	0% a 4,4%	771.300	-	771.300	-
Eurobonds	2019	2022	USD	4,4%	28.088	857.678	-	853.929
Eurobonds	2019	2022	USD	0% a 4,4%	106.805	1.625.192	-	1.625.192
Eurobonds	2019	2023	USD	0% a 4,4%	796.097	1.841.240	-	1.720.186
Eurobonds	2019	2023	USD	CDI + 2,65%	4.465	-	-	-
Eurobonds	2019	2024	USD	4,4%	133.796	-	-	-
Eurobonds	2019	2024	USD	0% a 4,4%	2.193.989	-	-	-
Eurobonds	2019	2024	USD	CDI + 2,65%	26.424	-	-	-
Eurobonds	2019	2025	USD	0% a 4,4%	369.554	-	225.533	-
Eurobonds	2019	2026	USD	4,4%	75.716	-	75.716	-
Eurobonds	2019	2026	USD	0% a 4,4%	293.644	-	-	-
Eurobonds	2019	2027	USD	0% a 4,4%	643.846	-	632.831	-
Eurobonds	2020	2022	USD	4,4%	308.279	-	306.253	-
Eurobonds	2020	2022	USD	0% a 4,4%	1.703.339	-	-	-
Eurobonds	2020	2022	USD	CDI+6,4%	75.485	-	-	-
Eurobonds	2020	2023	USD	4,4%	4.627	-	-	-
Eurobonds	2020	2023	USD	0% a 4,4%	3.220.706	-	455.666	-
Eurobonds	2020	2023	USD	CDI+6,4%	60.388	6.513.222	-	1.279.507

Relatório da Administração		Relatório dos Auditores Independentes			Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas		Declarações dos Diretores		
*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.										
Eurobonds	2020	2024	USD	4,4%		8.053	10.061.315	-	3.252.485	
Eurobonds	2020	2024	USD	0% a 4,4%		2.464.322	170.257	-	170.257	
Eurobonds	2020	2024	USD	CDI+6,4%		143.744	4.800.393	-	16.923	
Eurobonds	2020	2025	USD	4,4%		12.724	121.925	-	121.925	
Eurobonds	2020	2025	USD	0% a 4,4%		4.381.601	1.527.334	46.655	22.887	
Eurobonds	2020	2026	USD	4,4%		16.760	-	-	-	
Eurobonds	2020	2026	USD	0% a 4,4%		7.047	223.435	-	223.435	
Eurobonds	2020	2027	USD	0% a 4,4%		19.330	-	-	-	
Eurobonds	2021	2022	USD	4,4%		42.728	2.476.780	-	98.082	
Eurobonds	2021	2022	USD	0% a 4,4%		2.854.297	-	2.005.534	-	
Eurobonds	2021	2022	USD	Até 9%		63.104	-	41.749	-	
Eurobonds	2021	2022	USD	CDI+1,9%		221.194	-	205.624	-	
Eurobonds	2021	2022	USD	CDI+6,4%		30.459	-	-	-	
Eurobonds	2021	2022	USD	CDI + 2,65%		699.890	-	181.116	-	
Eurobonds	2021	2023	USD	0% a 4,4%		1.385.937	-	408.824	-	
Eurobonds	2021	2023	USD	CDI+1,9%		157.370	-	157.370	-	
Eurobonds	2021	2023	USD	CDI + 2,65%		157.933	-	5.316	-	
Eurobonds	2021	2024	USD	4,4%		61.754	-	-	-	
Eurobonds	2021	2024	USD	0% a 4,4%		2.316.303	-	246.192	-	
Eurobonds	2021	2024	USD	Até 9%		8.157	-	-	-	
Eurobonds	2021	2024	USD	CDI+1,9%		1.233	-	-	-	
Eurobonds	2021	2024	USD	CDI + 2,65%		1.043.471	-	-	-	
Eurobonds	2021	2025	USD	0% a 4,4%		1.601.271	-	593.036	-	
Eurobonds	2021	2025	USD	CDI+1,9%		53.765	-	-	-	
Eurobonds	2021	2025	USD	CDI + 2,65%		71.890	-	-	-	
Eurobonds	2021	2026	USD	0% a 4,4%		5.963.357	-	3.890.578	-	
Eurobonds	2021	2026	USD	CDI+1,9%		140.870	-	-	-	
Eurobonds	2021	2026	USD	CDI + 2,65%		692.299	-	210.639	-	
Eurobonds	2021	2027	USD	4,4%		71.252	-	-	-	
Eurobonds	2021	2027	USD	0% a 4,4%		235.265	-	101.029	-	
Eurobonds	2021	2028	USD	0% a 4,4%		173.048	-	-	-	
Eurobonds	2021	2028	USD	Até 9%		30.126	-	30.126	-	
Eurobonds	2021	2028	USD	CDI+1,9%		9.051	-	-	-	
Eurobonds	2021	2028	USD	CDI+6,4%		26.018	-	26.018	-	
Eurobonds	2021	2028	USD	CDI + 2,65%		110.038	-	-	-	
Eurobonds	2021	2031	USD	0% a 4,4%		2.217.811	-	2.217.811	-	
Total						38.427.171	30.233.240	12.952.068	9.399.277	

b) Abertura de contas de resultado

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	01/01 a 31/12/2021	Banco 01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2021	Consolidado 01/01 a 31/12/2020
Depósitos a Prazo (1) (2)	12.363.768	10.229.409	12.221.164	11.340.893
Depósitos de Poupança	2.059.346	1.389.355	2.059.346	1.389.356
Depósitos Interfinanceiros	216.372	200.753	266.846	259.594
Captação no Mercado Aberto	5.472.444	7.027.108	5.269.305	6.850.518
Atualização e Juros de Provisões de Previdência e de Capitalização	5.626	-	190.736	144.130
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	-	-	-
Outras (3)	14.433.171	25.748.152	14.627.630	25.896.184
Total	34.550.727	44.594.777	34.635.027	45.880.675

(1) No Banco e no Consolidado, inclui o registro de juros no valor de R\$ 885.718 (2020 - R\$909.392), referente a emissão de Instrumento de Dívida Elegível a Capital Nível I e II (Nota 18.b).

(2) Inclui despesa de variação cambial no valor de R\$1.528.068 no Banco e no Consolidado (2020 - despesa de variação cambial no valor de R\$9.586 no Banco e no Consolidado).

(3) Em 31 de dezembro de 2021 inclui receita de variação cambial no valor de R\$ 9.161.115 no Banco e no Consolidado (2020 - Despesa de variação cambial no valor de R\$22.189.857).

18. Outros Passivos Financeiros

a. Composição

	31/12/2021	Banco 31/12/2020
	Total	Total
Carteira de Câmbio (Nota 9)	57.558.791	84.875.959
Negociação e Intermediação de Valores (Nota 10.b)	2.949.826	315.940
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Nota 18.b)	19.641.408	13.119.660
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	196.811	94.975
Relações Interfinanceiras	16.890	25.223
Relações Interdependências	5.425.924	4.831.517
Total	85.789.650	103.263.274

	31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
	Total	Total
Carteira de Câmbio (Nota 9)	57.558.791	84.875.959
Negociação e Intermediação de Valores (Nota 10.b) (1)	4.182.663	1.370.525
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Nota 18.b)	19.641.408	13.119.660
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	248.306	97.453
Relações Interfinanceiras	16.890	435.173
Relações Interdependências	5.425.924	4.831.517
Total	87.073.982	104.730.287

(1) No exercício de 2021, devido a melhores condições de liquidez observadas no mercado das operações de comercialização de energia elétrica para determinados vencimentos, a administração reclassificou os contratos com vencimento até 2 anos de nível 3 para nível 2 (nota 32 f) e revisitou o tratamento contábil em relação aos contratos de comercialização de energia elétrica, que deixam de incluir o valor do "principal" e, desta forma, apenas os ajustes a valor justo e juros apurados nessas operações passam a ser registrados em contas patrimoniais. Para fins de melhor comparabilidade, os montantes de "principal" das operações de comercialização de energia registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 foram remensurados. (vide nota 10)

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

b. Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital

Os detalhes do saldo do item Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital referente a emissão de instrumentos de capital para compor o Nível I e Nível II do PR devido ao Plano de Otimização do Capital, são os seguintes:

					Banco/Consolidado	
					31/12/2021	31/12/2020
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	Emissão	Vencimento	Valor de Emissão (em Milhões)	Taxa de Juros (a.a.) (1)	Total	Total
Notes - Nível I (1)	nov-18	sem prazo (perpétuo)	US\$1.250	7,250%	7.050.080	6.554.451
Notes - Nível II (1)	nov-18	nov-28	US\$1.250	6,125%	7.038.527	6.565.209
Letras Financeiras - Nível II (2)	nov-21	nov-31	R\$5.300	CDI+2%	5.351.046	-
Letras Financeiras - Nível II (2)	dez-21	dez-31	R\$200	CDI+2%	201.755	-
Total					19.641.408	13.119.660

(1) As emissões foram efetuadas através da Agência de Cayman e não há incidência de Imposto de Renda na Fonte, e possuem juros pagos semestralmente, a partir de 08 de maio de 2019.

(2) Letras Financeiras emitidas em novembro 2021 possuem opção de resgate e recompra.

As Notes possuem as seguintes características comuns:

(a) Valor unitário de, no mínimo, US\$150 mil e em múltiplos integrais de US\$1 mil no que exceder tal valor mínimo;

(b) As Notes poderão ser recompradas ou resgatadas pelo Banco Santander após o 5º (quinto) aniversário contado da data de emissão das Notes, a exclusivo critério do Banco ou em razão de alteração na legislação fiscal aplicável às Notes; ou a qualquer momento, em razão da ocorrência de determinados eventos regulatórios.

19. Outros Passivos

	Banco		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Provisão Técnica para Operações de Capitalização	-	-	3.747.397	3.178.674
Obrigações com Cartões de Crédito	40.390.304	31.177.114	40.674.867	44.825.229
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 20.b)	4.312.234	4.249.744	6.748.684	6.707.293
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 20.b)	5.033.675	5.921.882	5.325.716	6.342.280
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (Nota 19.a)	324.728	-	324.728	255.179
Plano de Benefícios a Funcionários (Nota 29)	2.699.902	3.887.144	2.728.125	3.929.265
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	22.307	28.538	22.307	28.538
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Responsabilidade de Ex-Controladores (Nota 20.f)	496	496	496	496
Provisão para Pagamentos a Efetuar				
Despesas de Pessoal	1.794.489	1.718.919	2.077.434	1.990.309
Despesas Administrativas	254.802	407.652	393.089	588.276
Outros Pagamentos	84.847	33.120	223.968	504.451
Credores por Recursos a Liberar	1.485.921	2.356.760	1.485.921	2.356.760
Obrigações por Prestação de Serviço de Pagamento	619.570	637.907	619.570	637.907
Fornecedores	777.377	571.880	1.318.328	958.713
Sociais e Estatutárias	1.149.828	1.502.039	1.468.031	1.589.096
Outras (1)	6.568.755	7.232.564	12.778.291	13.651.558
Total	65.519.235	59.725.759	79.936.952	87.544.024

(1) Inclui impactos da variação cambial referentes a Notes.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

a) Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

A classificação das operações de garantias prestadas para constituição de provisionamento é baseada na estimativa do risco envolvido. Decorre do processo de avaliação da qualidade dos clientes e operações, por modelo estatístico baseado em informações quantitativas e qualitativas ou por um analista de crédito especializado, que permite classificá-las em função de sua probabilidade de default, baseado em variáveis objetivas internas e de mercado (bureaus), previamente identificadas como preditivas da probabilidade de default. Após essa avaliação, as operações são classificadas de acordo com os ratings de provisionamento, tendo como referência a Resolução CMN nº 2.682/1999. Através desta análise, são registrados os valores de provisão para a cobertura de cada operação, considerando o tipo da garantia prestada, de acordo com o requerido na Resolução CMN nº 4.512/2016.

Tipo de Garantia Financeira	31/12/2021		Banco/Consolidado 31/12/2020	
	Saldo Garantias Prestadas	Provisão	Saldo Garantias Prestadas	Provisão
Vinculadas ao Comércio Internacional de Mercadorias	6.244.755	28.506	1.813.620	4.121
Vinculadas a Licitações, Leilões, Prestação de Serviços ou Execução de Obras	6.796.175	4.198	5.602.995	5.403
Vinculadas ao Fornecimento de Mercadorias	1.698.518	2.442	1.361.792	1.846
Aval ou Fiança em Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal	11.823.964	243.235	12.082.480	175.443
Outros Avais	2.748.497	1.897	335.281	1.689
Outras Fianças Bancárias	19.525.773	36.489	16.532.462	33.055
Outras Garantias Financeiras Prestadas	88.388	7.960	5.047.032	33.622
Total	48.926.070	324.727	42.775.662	255.179

Movimentação da Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

	01/01 a 31/12/2021		Banco/Consolidado 01/01 a 31/12/2020	
	Saldo Inicial		Saldo Inicial	
Constituição	255.179		166.105	
Reversão (1)		95.431		99.035
		(25.883)		(9.961)
Saldo	324.727		255.179	

(1) Corresponde a fianças honradas, mudança de rating ou provisão constituída na linha de Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito.

20. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

a) Ativos Contingentes

No Banco e no Consolidado, em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	Banco		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 19)	4.312.234	4.249.744	6.748.684	6.707.292
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 19)	5.033.675	5.921.882	5.325.716	6.342.280
Ações Trabalhistas	1.941.169	2.656.098	2.084.247	2.900.835
Ações Cíveis	3.092.507	3.265.784	3.241.469	3.441.445
Total	9.345.909	10.171.626	12.074.400	13.049.572

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	01/01 a 31/12/2021			Banco 01/01 a 31/12/2020		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	4.249.744	2.656.098	3.265.784	4.346.769	3.216.008	2.963.877
Constituição Líquida de Reversão (1)	85.877	800.704	462.721	(130.820)	893.227	632.425
Atualização Monetária	102.210	99.391	409.410	91.797	28.871	195.763
Baixas por Pagamento	(125.597)	(1.615.024)	(1.045.408)	(58.002)	(1.482.008)	(526.281)
Saldo Final	4.312.234	1.941.169	3.092.507	4.249.744	2.656.098	3.265.784
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	1.330.438	690.146	695.474	1.584.778	779.992	671.035
Depósitos em Garantia - Títulos e Valores Mobiliários	3.177	3.810	1.330	4.855	3.191	826
Total dos Depósitos em Garantia (2)	1.333.615	693.956	696.804	1.589.633	783.183	671.861

	01/01 a 31/12/2021			Consolidado 01/01 a 31/12/2020		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	6.707.293	2.900.835	3.441.445	6.630.722	3.517.431	3.222.557
Constituição Líquida de Reversão (1)	124.822	833.487	628.477	66.144	985.903	807.086
Atualização Monetária	156.021	99.416	414.472	132.163	35.108	199.306
Baixas por Pagamento	(239.452)	(1.749.491)	(1.242.925)	(121.737)	(1.637.607)	(787.504)
Saldo Final	6.748.684	2.084.247	3.241.469	6.707.292	2.900.835	3.441.445
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	2.571.110	733.616	705.768	2.860.113	849.400	677.847
Depósitos em Garantia - Títulos e Valores Mobiliários	4.177	3.810	1.330	5.737	3.190	826
Total dos Depósitos em Garantia (2)	2.575.287	737.426	707.098	2.865.850	852.590	678.673

(1) Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em outras receitas operacionais e outras despesas operacionais e IR e CSLL.

(2) Referem-se aos valores de depósitos em garantias, limitados ao valor da provisão e não contemplam os depósitos em garantia relativos as contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais.

d) Provisões Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis

O Banco Santander e suas controladas são parte integrantes em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de perda das ações das empresas com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Banco Santander tem por política provisionar integralmente o valor em risco das ações cuja avaliação é de perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender obrigações legais e eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos conforme segue:

d.1) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscais e Previdenciárias

Principais processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações legais, fiscais e previdenciárias

PIS e COFINS - R\$1.973.373 no Banco e R\$4.090.025 no Consolidado (31/12/2020 - R\$1.934.120 no Banco e R\$4.008.137 no Consolidado): o Banco Santander e as empresas controladas ajuizaram medidas judiciais visando afastar a aplicação da Lei nº 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e da COFINS para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas e não apenas sobre aquelas decorrentes de prestação de serviços e venda de mercadorias. Em relação ao processo do Banco Santander, em 23 de abril de 2015, foi publicada decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) admitindo o Recurso Extraordinário interposto pela União referente ao PIS e negando o seguimento ao Recurso Extraordinário do Ministério Público Federal referente à COFINS. Ambos recorreram desta decisão, sem qualquer sucesso, de modo que o pleito referente à COFINS está definido, prevalecendo a sentença do Tribunal Regional Federal da 4ª Região de agosto de 2007, favorável ao Banco Santander. Seguem pendentes de julgamento definitivo pelo STF a exigibilidade do PIS do Banco Santander, bem como a exigibilidade do PIS e da COFINS das demais empresas controladas.

Majoração de Alíquota da CSLL - R\$117.018 no Consolidado (31/12/2020 - R\$114.449 no Consolidado): o Banco Santander e as empresas controladas ajuizaram ações judiciais visando a afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela MP 413/2008, convertida na Lei nº 11.727/2008. As instituições financeiras estavam anteriormente sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto,

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

a nova legislação estabeleceu a alíquota de 15%, a partir de abril de 2008. Em 2018, ante a classificação de êxito e o cenário desfavorável nos Tribunais, optamos pelo pagamento dos valores discutidos, exceto para a empresa Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento Renault do Brasil (RCI), que permanece aguardando julgamento.

Principais processos judiciais e administrativos com risco de perda provável

O Banco Santander e suas empresas controladas são partes em processos judiciais e administrativos relacionados a discussões fiscais e previdenciárias, que são classificados com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável.

Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF) em Operações de Clientes - R\$945.715 (31/12/2020 - R\$924.457) no Banco e Consolidado: em maio de 2003, a Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração na Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Santander DTVM) e outro auto no Banco Santander (Brasil) S.A. O objeto dos autos foi a cobrança de CPMF sobre operações efetuadas pela Santander DTVM na administração de recursos de seus clientes e serviços de compensação prestados pelo Banco para a Santander DTVM, ocorridos durante os anos de 2000, 2001 e 2002. O processo administrativo se encerrou desfavorável para ambas Companhias. Em 3 de julho de 2015, Banco e Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação da Produban Serviços de Informática S.A. e Santander DTVM) impetraram ação judicial visando anular ambos os débitos fiscais. Referida ação teve sentença e acórdão improcedentes, o que ensejou as interposições de Recurso Especial ao STJ e Recurso Extraordinário ao STF, que aguardam julgamento. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, foi constituída provisão para fazer face à perda considerada provável na ação judicial.

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - R\$53.936 no Banco e R\$53.936 no Consolidado (31/12/2020 - R\$51.402 no Banco e R\$51.409 no Consolidado): o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a cobrança da contribuição previdenciária e do salário-educação sobre diversas verbas que, segundo avaliação dos assessores jurídicos, não possuem natureza salarial.

Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras - R\$256.770 no Banco e R\$283.528 no Consolidado (31/12/2020 - R\$239.370 no Banco e R\$263.183 no Consolidado): o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. Além disso, outras ações envolvendo ISS, classificados como risco de perda possível, estão descritos na nota 20.h.

d.2) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Trabalhista

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas, incluindo processos relacionados à benefícios de aposentadoria.

Para ações consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Ex-Empregados do Banespa. Ação distribuída em 1998 pela Associação de Aposentados do Banespa (AFABESP) requerendo o pagamento de gratificação semestral prevista no regulamento do Banco Banespa para aproximadamente 8.400 ex-empregados (aposentados), segundo o qual o pagamento se dará na hipótese de o Banco obter lucro e a distribuição deste lucro for aprovada pelo conselho de administração. A gratificação não foi paga em 1994 e 1995 porque o banco Banespa não obteve lucro durante estes anos. Pagamentos parciais foram feitos entre 1996 a 2000 conforme aprovação do conselho de administração. A mencionada cláusula foi excluída do regulamento em 2001. O Tribunal Regional do Trabalho e o Tribunal Superior do Trabalho condenaram o Santander Brasil, como sucessor do Banespa, a pagar a gratificação semestral referentes aos períodos relativo ao segundo semestre de 1996 e semestres de 1997. Em 20 de março de 2019, uma decisão do Supremo Tribunal Federal (Supremo Tribunal Federal, ou "STF") rejeitou o recurso extraordinário interposto pelo Banco Santander, o que não resolveu o mérito do processo. Ingressamos com ação rescisória para anular a sentença em função de ausência de legitimidade da AFABESP (segundo precedente nº 573.232 do STF) ou reconhecer a nulidade do acórdão do TRT que não intimou o Banco Santander sobre os efeitos modificativos da decisão de Embargos de Declaração, bem como para suspender a execução no processo principal. A ação rescisória foi julgada improcedente, sendo que dessa decisão foram opostos Embargos de Declaração, em função da ausência de manifestação explícita acerca dos argumentos trazidos pelo Banco. Acerca dos Embargos de Declaração os pontos de omissão não foram respondidos como determina a legislação, motivo pelo qual foi interposto Recurso Extraordinário que teve ser seguimento negado pelo TST. Desta decisão o Banco interpôs agravo, o qual está pendente de admissibilidade, tendo em vista que as decisões proferidas pelo Tribunal Superior do Trabalho contrariam posição já pacífica no STF (precedente nº 573.232), segundo o qual a Associação necessita de procuração específica para demandar em juízo, e, também a decisão afronta preceitos constitucionais acerca do acesso à justiça (inciso XXXV do art. 5º da CF) pela determinação de recolhimento excessivo de custas. Em relação a ação principal, em agosto de 2021, foi proferida

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

decisão que determinou que a execução fosse feita individualmente no foro corresponde de cada representado e a AFABESP interpôs recurso, que foi julgado improcedente (negado provimento).

Nossos consultores jurídicos classificaram o risco de perda como provável. As atuais decisões do tribunal, e tampouco da vara no processo principal, não definem um valor específico a ser pago pelos substituídos, devendo os valores serem apurados em regular liquidação de sentença.

Em 31 de dezembro de 2021, o caso está classificado com probabilidade de perda provável e a provisão foi constituída com base na estimativa de perda.

d.3) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

Estas provisões são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, incluindo supostos efeitos da implementação de vários planos econômicos do governo, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução; e (4) ações de indenização por perdas e danos. Para ações cíveis consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Os principais processos classificados como risco de perda provável estão descritos a seguir:

Ações de Caráter Indenizatório - Referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, cobrança e empréstimos e outros assuntos. Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais para o negócio, no curso normal das atividades do Banco, a provisão é constituída com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Planos Econômicos - Referem-se a discussões judiciais, que pleiteiam supostos expurgos inflacionários decorrentes de Planos Econômicos (Bresser, Verão, Collor I e II), por entenderem que tais planos violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários supostamente devidos a Cadernetas de Poupança, Depósitos Judiciais e Depósitos a Prazo (CDBs). As ações são provisionadas com base na avaliação individualizada de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

O Banco Santander também é parte em ações civis públicas, sobre a mesma matéria, ajuizadas por entidades de defesa do consumidor, pelo Ministério Público ou por Defensorias Públicas. A constituição de provisão é feita somente para casos com risco provável, tendo como base os pedidos de execuções individuais. A questão está ainda sob análise no STF. Existe jurisprudência no STF favorável aos Bancos com relação a fenômeno econômico semelhante ao da poupança, como no caso da correção de depósitos a prazo (CDBs) e das correções aplicadas aos contratos (tablita).

Contudo, a jurisprudência do STF ainda não se consolidou sobre a constitucionalidade das normas que modificaram o padrão monetário do Brasil. Em 14 de abril de 2010, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que o prazo para a propositura de ações civis públicas que discutem os expurgos é de 5 anos a partir da data dos planos, mas essa decisão ainda não transitou em julgado. Desta forma, com essa decisão, grande parte das ações, como foram propostas após o prazo de 5 anos, provavelmente, serão julgadas improcedentes, diminuindo os valores envolvidos. O STJ também decidiu que o prazo para os poupadores individuais se habilitarem nas Ações Civis Públicas, também é de 5 anos, contados do trânsito em julgado da respectiva sentença. O Banco Santander acredita no sucesso das teses defendidas perante esses tribunais por seu conteúdo e fundamento.

Ao final de 2017, a Advocacia Geral da União (AGU), o Bacen, o Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), a Frente Brasileira dos Poupadores (Febrapo) e a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) firmaram acordo que busca encerrar as disputas judiciais sobre os Planos Econômicos.

As discussões se concentraram em definir a quantia que seria paga a cada autor, conforme o saldo na caderneta na data do plano. O valor total dos pagamentos, dependerá da quantidade de adesões, e também do número de poupadores que tenham comprovado em juízo a existência da conta e o saldo na data de aniversário de alteração dos índices. O termo de acordo negociado entre as partes foi homologado pelo STF.

Em decisão proferida pelo STF, ocorreu suspensão nacional de todos os processos que versem sobre a questão pelo período de vigência do acordo, com exceção aos casos em cumprimento definitivo de sentença.

Em 11 de março de 2020, houve a prorrogação do acordo por meio de aditivo, com a inclusão das ações que envolvem somente a discussão do Plano Collor I. Tal prorrogação tem prazo de 5 anos e a homologação dos termos do aditivo ocorreu no dia 03 de junho de 2020.

A Administração considera que as provisões constituídas são suficientes para cobrir os riscos envolvidos com os planos econômicos, considerando o acordo homologado.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

e) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não sendo, portanto, provisionados.

As ações de natureza fiscal com classificação de perda possível, totalizaram R\$29.726 milhões no Consolidado, sendo os principais processos os seguintes:

INSS sobre Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) - o Banco e as empresas controladas possuem processos judiciais e administrativos decorrentes de questionamentos das autoridades fiscais, a respeito da cobrança de contribuição previdenciária sobre os pagamentos efetuados a título de participação nos lucros e resultados. Em 31 de dezembro de 2021, o valor era de aproximadamente R\$7.341 milhões.

Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras - o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. Em 31 de dezembro de 2021, o valor era de aproximadamente R\$4.146 milhões.

Compensação Não Homologada - o Banco e suas coligadas discutem administrativa e judicialmente com a Receita Federal a não homologação de compensações de tributos com créditos decorrentes de pagamento a maior ou indevido. Em 31 de dezembro de 2021, o valor era de aproximadamente R\$5.355 milhões.

Amortização do Ágio do Banco Real - a Receita Federal do Brasil emitiu auto de infração contra o Banco para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes ao período-base de 2009. As Autoridades Fiscais consideraram que o ágio referente à aquisição do Banco Real, amortizado contabilmente antes da sua incorporação, não poderia ser deduzido pelo Banco Santander para fins fiscais. O auto de infração foi devidamente impugnado e atualmente, aguardamos julgamento perante o CARF. Em 31 de dezembro de 2021, o valor era de aproximadamente R\$1.466 milhões.

Perdas em Operações de Crédito - o Banco e as empresas controladas contestaram os lançamentos fiscais emitidos pela Receita Federal do Brasil alegando a dedução indevida de perdas em operações de crédito das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL por supostamente não atenderem às exigências das leis aplicáveis. Em 31 de dezembro de 2021, o valor era de aproximadamente R\$1.176 milhões.

Utilização de Prejuízo Fiscal e de Base Negativa da CSLL - Autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil no exercício de 2009 por supostas compensações indevidas de prejuízo fiscal e de base negativa da CSLL, como consequência de autuações fiscais lavradas em períodos anteriores. Aguarda-se julgamento na esfera administrativa. Em 31 de dezembro de 2021, o valor era de aproximadamente R\$1.093 milhões.

Amortização do Ágio do Banco Sudameris - as autoridades fiscais lavraram autos de infração para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes à dedução fiscal da amortização do ágio pago na aquisição do Banco Sudameris, referentes ao período base de 2007 a 2012. O Banco Santander apresentou as respectivas defesas administrativas, as quais foram julgadas desfavoravelmente. Atualmente, os processos aguardam julgamento no CARF. Em 31 de dezembro de 2021, o valor era de aproximadamente R\$659 milhões.

IRPJ e CSLL - Ganho de Capital - a Secretaria da Receita Federal do Brasil emitiu um auto de infração contra a Santander Seguros (sucessora legal da ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. (AAB Dois Par) cobrando imposto de renda e contribuição social relacionados ao exercício fiscal de 2005. A Receita Federal do Brasil alega que o ganho de capital na venda das ações da Real Seguros S.A. e da Real Vida e Previdência S.A pela AAB Dois Par deve ser tributado a uma alíquota de 34,0% ao invés de 15,0%. O lançamento foi contestado administrativamente com base no entendimento que o tratamento fiscal adotado na transação estava em conformidade com a legislação tributária vigente e o ganho de capital foi devidamente tributado. O processo administrativo encerrou desfavoravelmente à Companhia. Em julho de 2020, a Companhia ajuizou ação visando anular o débito. A ação judicial aguarda julgamento. O Banco Santander é responsável por qualquer resultado adverso nesse processo como ex-controlador da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. Em 31 de dezembro de 2021, o valor era de aproximadamente R\$496 milhões.

As ações de natureza trabalhista com classificação de perda possível totalizaram R\$267 milhões no Consolidado, excluindo o processo abaixo:

Reajuste das Complementações de Aposentadoria do Banesprev pelo IGPD - ação ajuizada em 2002 na Justiça Federal pela Associação de Funcionários Aposentados do Banco do Estado de São Paulo requerendo o reajuste da complementação de aposentadoria pelo IGPD para aposentados do Banespa que tenham sido admitidos até 22 de maio de 1975. A sentença deferiu a correção, mas apenas nos períodos em que não houve a aplicação de nenhuma outra forma de reajuste. O Banco e o Banesprev recorreram dessa decisão e os Recursos ainda estão pendentes de julgamento. Em Execução Provisória foram apresentados cálculos

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

pelo Banco e Banesprev em razão da exclusão de participantes que, entre outros motivos, constam como autores em outras ações ou já tiveram algum tipo de reajuste. O valor envolvido não é divulgado em razão da atual fase processual do caso e de potencialmente poder afetar o andamento da ação.

Os passivos relacionados a ações cíveis com risco de perda possível totalizaram R\$2.380 milhões no Consolidado, tendo como principais processos:

Ação Indenizatória Oriunda do Banco Bandepe - relacionada ao contrato de mútuo em fase de recurso pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Ação Indenizatória Referente à de Serviços de Custódia - prestados pelo Banco Santander em fase inicial e ainda sem sentença proferida.

Ação Oriunda de Disputa Contratual - na aquisição do Banco Geral do Comércio S.A. em fase de recurso pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP).

f) Outras Ações Judiciais de Responsabilidade de Ex-Controladores

Referem-se a ações de natureza cível no montante de R\$496 (31/12/2020 – R\$496) no Banco e no Consolidado, registrados em outros passivos (Nota 19) de responsabilidade dos ex-controladores de Bancos e empresas adquiridas. Com base nos contratos firmados, estas ações possuem garantias de ressarcimento integral por parte dos ex-controladores, cujos respectivos direitos foram contabilizados em outros ativos (Nota 12).

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

21. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

De acordo com o Estatuto Social, o capital social do Banco Santander poderá ser aumentado até o limite do capital autorizado, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração e por meio da emissão de até 9.090.909.090 (nove bilhões, noventa milhões, novecentos e nove mil e noventa) ações, observados os limites legais estabelecidos quanto ao número de ações preferenciais. Qualquer aumento de capital que exceda esse limite requererá a aprovação dos acionistas.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de março de 2021 foi aprovado no contexto da Cisão parcial do Santander Brasil, que resultou na segregação das ações de sua propriedade emitidas pela Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamentos S.A. ("Getnet"), com versão da parcela cindida para a Getnet, a redução do capital social do Santander Brasil no montante total de 2.000.000 (dois bilhões de reais), sem o cancelamento de ações, passando o capital social do Santander Brasil de 57.000.000 (cinquenta e sete bilhões de reais) para 55.000.000 (cinquenta e cinco bilhões de reais).

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

Em Milhares de Ações						
31/12/2021			31/12/2020			
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	109.718	135.345	245.063	109.885	135.438	245.323
De Domiciliados no Exterior	3.708.977	3.544.491	7.253.468	3.708.810	3.544.398	7.253.208
Total	3.818.695	3.679.836	7.498.531	3.818.695	3.679.836	7.498.531
(-) Ações em Tesouraria	(15.755)	(15.755)	(31.510)	(18.829)	(18.829)	(37.658)
Total em Circulação	3.802.940	3.664.081	7.467.021	3.799.866	3.661.007	7.460.873

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto e não podem ser convertidas em ações ordinárias, mas têm os mesmos direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além de prioridade na distribuição de dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias, e no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de dissolução do Banco.

Os dividendos foram calculados e pagos de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

Antes da Assembleia Anual dos Acionistas, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre a declaração e pagamento de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em: (i) balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes no último balanço patrimonial ou (ii) balanços patrimoniais emitidos em períodos inferiores a seis meses, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o valor das reservas de capital. Esses dividendos são imputados integralmente ao dividendo obrigatório.

A Resolução CMN N° 4.885, de 23 de dezembro de 2020, vedou que as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil remunerar o capital próprio acima do maior entre: i) 30% do lucro líquido ajustado nos termos do inciso I do artigo 20 da Lei n° 6.404/76; ou ii) dividendos mínimos obrigatórios estabelecidos pelo artigo 202 da Lei n° 6.404/76, inclusive sob forma de Juros sobre o Capital Próprio, até 31 de dezembro de 2020. A norma também vedou a redução do capital social, salvo em situações específicas, e o aumento da remuneração de seus diretores, administradores e membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

A seguir, apresentamos a distribuição de dividendos e Juros sobre Capital Próprio efetuadas em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

		31/12/2021					
	Em milhares de Reais	Reais por Milhares de Ações/Units					
		Bruto			Líquido		
		Ordinárias	Preferenciais	Unit	Ordinárias	Preferenciais	Unit
Dividendos (1)(5)	3.000.000	382,9809	421,2789	804,2597	382,9809	421,2789	804,2597
Juros sobre o Capital Próprio (2)(5)	3.400.000	434,0449	477,4494	911,4944	368,9382	405,8320	774,7702
Dividendos (3)(5)	3.000.000	382,9809	421,2789	804,2597	382,9809	421,2789	804,2597
Juros sobre o Capital Próprio (4)(5)	249.000	31,7868	34,9655	66,7524	27,0188	29,7207	56,7395
Total	9.649.000						

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

- (1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 27 de abril de 2021, pagos no dia 02 de junho de 2021, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
- (2) Deliberados pelo Conselho de Administração em 27 de julho de 2021, pagos no dia 03 de setembro de 2021, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
- (3) Deliberados pelo Conselho de Administração em 26 de outubro de 2021, pagos no dia 03 de dezembro de 2021, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
- (4) Deliberados pelo Conselho de Administração em 28 de dezembro de 2021, que serão pagos a partir do dia 03 de fevereiro de 2022, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
- (5) Foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios a serem distribuídos pelo Banco referentes ao exercício de 2021.

							31/12/2020
	Em milhares de Reais	Reais por Milhares de Ações/Units					
		Bruto			Líquido		
		Ordinárias	Preferenciais	Unit	Ordinárias	Preferenciais	Unit
Juros sobre o Capital Próprio							
(1)(6)	890.000	113,7129	125,0842	238,7972	96,6560	106,3216	202,9776
Juros sobre o Capital Próprio							
(2)(6)	770.000	98,3793	108,2172	206,5965	83,6224	91,9846	175,6070
Juros sobre o Capital Próprio							
(3)(6)	1.000.000	127,7636	140,5400	268,3036	108,5991	119,4590	228,0580
Juros sobre o Capital Próprio							
(4)(6)	665.000	84,9626	93,4589	178,4214	72,2182	79,4400	151,6582
Dividendos (5)(6)	512.085	65,4257	71,9683	137,3940	65,4257	71,9683	137,3940
Total	3.837.085						

- (1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 27 de abril de 2020, pagos no dia 24 de junho de 2020, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
- (2) Deliberados pelo Conselho de Administração em 28 de julho de 2020, pagos no dia 25 de setembro de 2020, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
- (3) Deliberados pelo Conselho de Administração em 26 de outubro de 2020, pagos no dia 23 de dezembro de 2020, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
- (4) Deliberados pelo Conselho de Administração em 28 de dezembro de 2020, pagos em fevereiro de 2021, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
- (5) Deliberados pelo Conselho de Administração em 02 de fevereiro de 2021, pagos no dia 03 de março de 2021, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
- (6) Foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios a serem distribuídos pelo Banco referentes ao exercício de 2020.

c) Reservas

O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reservas de Capital

As reservas de capital do Banco são compostas de: reserva de ágios por subscrição de ações e outras reservas de capital, e somente pode ser usada para absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros; resgate, reembolso ou aquisição de ações de nossa própria emissão; incorporação ao capital social; ou pagamento de dividendos a ações preferenciais em determinadas circunstâncias.

Reserva para Equalização de Dividendos

Após a destinação dos dividendos, o saldo se houver, poderá, mediante proposta da Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho de Administração, ser destinado a formação de reserva para equalização de dividendos, que será limitada a 50% do valor do capital social. Esta reserva tem como finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

d) Ações em Tesouraria

Em reunião realizada em 02 de fevereiro de 2021, o Conselho de Administração aprovou, em continuidade ao programa de recompra que expirou em 04 de novembro de 2020, novo programa de recompra de Units e de ADRs de emissão do Banco Santander, diretamente ou por sua agência em Cayman, para manutenção em tesouraria ou posterior alienação.

O Programa de Recompra abrange a aquisição de até 36.956.402 Units, representativas de 36.956.402 ações ordinárias e 36.956.402 ações preferenciais, que correspondiam, em 31 de dezembro de 2020, a aproximadamente 1% do capital social do Banco. Em 31 de dezembro de 2020, o Banco Santander possuía 355.661.814 ações ordinárias e 383.466.228 ações preferenciais em circulação.

A recompra tem por objetivo (1) maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital; e (2) viabilizar o pagamento de administradores, empregados de nível gerencial e outros funcionários do Banco e de sociedades sob seu controle, nos termos dos Planos de Incentivo de Longo Prazo. O prazo do Programa de Recompra é de até 18 meses contados a partir de 03 de fevereiro de 2021, encerrando-se em 02 de agosto de 2022.

	Banco/Consolidado Em Milhares de Ações	
	31/12/2021	31/12/2020
	Quantidade	Quantidade
	Units	Units
Ações em Tesouraria no Início do Exercício	18.829	16.702
Aquisições de Ações	91	5.052
Alienações - Remuneração Baseado em Ações	(3.165)	(2.925)
Ações em Tesouraria no Final do Período	15.755	18.829
Sub-Total de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$ 711.268	R\$ 789.587
Custos de Emissão em Milhares de Reais	R\$ 1.771	R\$ 1.771
Saldo de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$ 713.039	R\$ 791.358
Custo/Cotação da Ação	Units	Units
Custo Mínimo (*)	7,55	7,55
Custo Médio Ponderado (*)	33,86	33,24
Custo Máximo (*)	49,55	49,55
Cotação da Ação	29,98	44,83

(*) Considerando desde o início das operações em bolsa.

e) Participação dos Acionistas Minoritários

	Patrimônio Líquido		Resultado	
	31/12/2021	31/12/2020	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Banco RCI Brasil S.A.	916.393	844.805	94.649	108.578
Banco Hyundai Capital Brasil S.A.	177.880	162.010	15.905	13.537
Banco PSA	129.975	136.806	13.375	12.308
Rojo Entretenimento S.A.	6.939	7.087	(147)	(159)
Santander Leasing	-	-	-	(877)
GIRA	3.109	-	1.569	-
TORO Corretora	22.948	-	(4.402)	-
Total	1.257.244	1.150.708	120.949	133.387

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

22. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

A Reunião do Conselho de Administração do Banco realizada em 26 de março de 2021 aprovou, conforme recomendação favorável do Comitê de Remuneração, a proposta de remuneração máxima global para os Administradores (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) para o exercício de 2021, no montante de até R\$433.940 (quatrocentos e trinta e três milhões, novecentos e quarenta mil reais), abrangendo a remuneração fixa, variável e baseada em ações e demais benefícios. A proposta foi objeto de deliberação na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 30 de abril de 2021.

a.1) Benefícios de Longo Prazo

O Banco, assim como o Banco Santander Espanha, igualmente como outras controladas no mundo do Grupo Santander, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas.

a.2) Benefícios de Curto Prazo

A tabela a seguir demonstra os salários e honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva e refere-se ao montante reconhecido como despesa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, pelo Banco Santander e suas controladas aos seus Administradores pelos cargos que ocupam no Banco Santander e demais empresas do Conglomerado Santander.

Os montantes relativos à Remuneração Variável e Baseada em Ações serão pagos nos períodos subsequentes.

	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Remuneração Fixa	97.780	92.283
Remuneração variável - Em espécie	115.723	83.352
Remuneração variável - Em ações	94.607	81.306
Outras	68.599	48.783
Total Benefícios de Curto Prazo	376.708	305.724
Remuneração variável - Em espécie	101.837	98.407
Remuneração variável - Em ações	109.918	97.729
Total Benefícios de Longo Prazo	211.716	196.136
Total	588.466	501.860

Adicionalmente, em 2021 foram recolhidos encargos sobre a remuneração da Administração no montante de R\$ 32.719 (2020 - R\$ 29.162).

b) Rescisão do Contrato

A extinção da relação de trabalho com os Administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira e seus benefícios adquiridos serão descontinuados.

c) Operações de Crédito

O Banco e suas controladas poderão efetuar transações com partes relacionadas, alinhadas com a legislação vigente no que tange aos artigos 6º e 7º da Resolução CMN nº 4.693/18, o artigo 34 da "Lei das Sociedades Anônimas" e a Política para Transações com Partes Relacionadas do Santander, publicada no site de Relações com Investidores, sendo consideradas partes relacionadas:

- (1) seus controladores, pessoas naturais ou jurídicas, nos termos do art. 116 da Lei das Sociedades Anônimas;
- (2) seus diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais;
- (3) em relação às pessoas mencionadas nos incisos (i) e (ii), seu cônjuge, companheiro e parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau;
- (4) pessoas naturais com participação societária qualificada em seu capital;
- (5) pessoas jurídicas com participação societária qualificada em seu capital;
- (6) pessoas jurídicas em cujo capital, direta ou indiretamente, uma Instituição Financeira Santander possua participação societária qualificada;

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

- (7) pessoas jurídicas nas quais uma Instituição Financeira Santander possua controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária; e
- (8) pessoas jurídicas que possuam diretor ou membro do Conselho de Administração em comum com uma Instituição Financeira Santander.

d) Participação Acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais):

Em Milhares de Ações 31/12/2021						
Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total Ações	Total Ações (%)
Sterrebeeck B.V. (1)	1.809.583	47,4%	1.733.644	47,1%	3.543.227	47,3%
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) (1)	1.627.891	42,6%	1.539.863	41,9%	3.167.754	42,2%
Banco Santander, S.A. (1)	2.696	0,1%	-	0,0%	2.696	0,0%
Administradores (*)	4.939	0,1%	5.029	0,1%	9.968	0,1%
Outros	357.831	9,4%	385.545	10,5%	743.376	9,9%
Total em Circulação	3.802.940	99,6%	3.664.081	99,6%	7.467.021	99,6%
Ações em Tesouraria	15.755	0,4%	15.755	0,4%	31.510	0,4%
Total	3.818.695	100,0%	3.679.836	100,0%	7.498.531	100,0%
"Free Float" (2)	357.830	9,4%	385.544	10,5%	743.374	9,9%

Em Milhares de Ações 31/12/2020						
Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total Ações	Total Ações (%)
Sterrebeeck B.V. (1)	1.809.583	47,4%	1.733.644	47,1%	3.543.227	47,3%
GES (1)	1.627.891	42,6%	1.539.863	41,8%	3.167.755	42,2%
Banco Santander, S.A. (1)	2.696	0,07%	-	0,0%	2.696	0,0%
Funcionários	2.046	0,05%	2.046	0,06%	4.092	0,1%
Administradores (*)	4.034	0,11%	4.034	0,11%	8.067	0,1%
Outros	353.616	9,3%	381.420	10,4%	735.036	9,8%
Total em Circulação	3.799.866	99,5%	3.661.007	99,5%	7.460.873	99,5%
Ações em Tesouraria	18.829	0,5%	18.829	0,5%	37.658	0,5%
Total	3.818.695	100,0%	3.679.836	100,0%	7.498.531	100,0%
"Free Float" (2)	355.662	9,3%	383.466	10,4%	739.128	9,9%

(1) Empresas do Grupo Santander Espanha.

(2) Composto por Funcionários e Outros.

(*) Nenhum dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva mantém 1,0% ou mais de qualquer classe de ações.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

e) Transações com Partes Relacionadas

O Santander possui Política para Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo assegurar que todas as transações tipificadas na política sejam efetuadas tendo em vista os interesses do Banco Santander e de seus acionistas. A política define poderes para aprovação de determinadas transações pelo Conselho de Administração. As regras previstas são também aplicadas a todos os colaboradores e administradores do Banco Santander e de suas controladas.

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

	Banco				Consolidado		
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)
		01/01 a 31/12/2021	31/12/2020	01/01 a 31/12/2020		01/01 a 31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidades	10.211.868	-	12.913.526	-	10.211.868	-	12.896.899
Banco Santander Espanha (1)	1.479.611	-	2.475.959	-	1.479.611	-	2.459.332
Santander Bank, National Association	8.538.165	-	10.315.450	-	8.538.165	-	10.315.450
Diversos	194.092	-	122.117	-	194.092	-	122.117
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	85.460.227	4.337.014	74.635.984	3.277.632	-	6.237	-
Aymoré CFI (2)	54.209.834	2.895.268	45.970.236	2.455.426	-	-	-
Banco Santander Espanha (1)	-	6.237	-	8.442	-	6.237	-
Banco PSA	1.070.932	42.796	1.012.276	1.983	-	-	-
Banco RCI Brasil S.A. (2)	2.761.443	172.753	3.565.452	185.646	-	-	-
Santander Leasing (2)	298.548	6.132	-	-	-	-	-
Bandepe (2)	23.372.820	1.022.882	21.429.296	517.065	-	-	-
Diversos	3.746.650	190.946	2.658.724	109.070	-	-	-
Títulos e Valores Mobiliários	1.277.596	129.313	312.469	9.656	955.737	76.004	-
Santander Leasing (2)	320.303	7.834	312.469	9.656	-	-	-
Apolo Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	955.737	76.004	-	-	955.737	76.004	-
Verbena FCVS - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	1.556	45.475	-	-	-	-	-
Instrumentos Financeiros Derivativos - Líquido	(3.435.295)	(3.084.822)	(2.584.973)	(1.722.000)	(2.777.638)	(1.708.431)	(1.103.558)
Fundo de Investimento Santillana (3)	107.223	(3.666)	(130.038)	(345.874)	107.223	(3.666)	(130.038)
Banco Santander Espanha (1)	(511.355)	(1.704.913)	(978.700)	(146.870)	(2.884.861)	(1.704.913)	(973.520)
Santander FI Amazonas (2)	258.895	94.817	162.513	182.550	-	-	-
Santander FI Hedge Strategies (2)	863.582	(315.330)	(1.052.385)	1.087.711	-	-	-
Santander Hermes Multi Créd Priv Infra Fundo de Investimentos	55.266	(13.360)	92.370	(8.414)	-	-	-
Santander FI Diamantina (2)	(4.184.728)	(1.141.807)	(678.733)	(2.482.570)	-	-	-
Santander Fundo de Investimento Unix Multimercado Crédito Privado (3)	(24.178)	(665)	-	-	-	-	-
Pessoal Chave da Administração	-	102	-	377	-	148	-
Diversos	-	-	-	(8.910)	-	-	-
Relações Interfinanceiras	18.859.193	4.010	17.447.264	9.869	18.857.386	2.770	-
Getnet S.A. (5)	18.857.386	2.770	17.444.497	6.585	18.857.386	2.770	-

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	Banco		Consolidado	
	Ativos	Receitas	Ativos	Receitas
	(Passivos)	(Despesas)	(Passivos)	(Despesas)
	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020
Santander Leasing (2)	1.807	1.240	2.767	3.284
Operações de Crédito	3.250.610	562	1.149.718	1.082
Getnet S.A.	3.450.923	-	1.051.358	-
Gestora de Inteligência de Crédito	67.511	-	66.667	-
Loop Gestão de Pátios S.A.	9.861	-	11.966	-
PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	-	(863)	-	-
Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A.	(276.749)	-	-	-
Paytec Tecnologia em Pagamentos Ltda.	1.527	-	-	-
Liderança Serviços Especializados em Cobranças LTDA.	(2.501)	-	-	-
CAR10 TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO S.A.	38	-	-	38
Pessoal Chave da Administração	-	1.425	19.727	1.082
Outros Ativos - Dividendos e Bonificações a Receber	293.413	-	260.899	-
Aymoré CFI (2)	249.285	-	176.537	-
Santander CCVM (2)	4.846	-	5.179	-
Bandepe (2)	-	-	855	-
Banco RCI Brasil S.A. (2)	-	-	20.536	-
Santander Brasil Tecnologia S.A. (2)	3.772	-	13.438	-
Santander Leasing (2)	21.235	-	3.507	-
Santander Corretora de Seguros (2)	9.964	-	5.459	-
Webmotors S.A.	-	-	-	21.763
Getnet S.A.	-	-	29.488	-
Diversos	4.311	-	5.900	-
Outros Ativos - Negociação e Intermediação de Valores	531.612	1.297	342.974	5.465
Banco Santander Espanha (1)	531.612	1.297	342.974	5.465
Outros Ativos - Carteira de Câmbio Líquida	(159.043)	50.078	(353.445)	665.980
Banco Santander Espanha (1)	(159.043)	49.765	(353.445)	665.800
Pessoal Chave da Administração	-	313	-	180
Outros Ativos - Rendas a Receber	-	1.904.465	892.761	2.055.724
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (6)	-	1.904.420	835.680	1.826.204
CAR10 TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO S.A.	-	45	-	-
Zurich Santander Brasil Seguros S.A. (6)	-	-	57.081	229.520
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	27.068	878.829	20.353	594.691
Santander Capitalização S.A. (2)	-	4.606	-	-
Aymoré CFI (2)	-	404.671	-	393.603
Santander FI Diamantina (2)	-	41.298	1.604	34.502
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. (3)	169	4.185	169	6.558
Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.	-	885	-	191
Santander Brasil Tecnologia S.A. (2)	-	978	-	978

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	Banco		Consolidado	
	Ativos	Receitas	Ativos	Receitas
	(Passivos)	(Despesas)	(Passivos)	(Despesas)
	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020
Santander CCVM (2)	-	75.218	-	67.742
Gesban Servicios Administrativos Globales, S.L	-	-	-	-
Santander Brasil Consórcio	872	32.481	419	22.380
Santander Corretora de Seguros (2)	-	46.780	-	33.599
Esfera Fidelidade S.A.	2.109	3.880	4.757	3.080
Banco Santander Espanha (1)	4.516	-	4.516	-
Santander Digital Assets, SL	-	-	-	-
Santander FI Hedge Strategies (2)	15.474	8.154	6.795	3.912
Getnet S.A. (5)	320	103.946	632	6.352
Santander Caceis Brasil DTVM S.A.(3)	-	3.898	-	-
Santander fundo de Investimento Diamantina Multimercado	-	-	-	-
Crédito Privado Investimento no exterior (2)	-	41.298	-	-
Diversos	3.608	106.551	1.461	21.985
Resultado não operacional	-	-	-	168.588
Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.	-	-	-	168.588
Outros Ativos - Diversos	2.973.160	116.936	1.452.382	226.434
Gesban Servicios Administrativos Globales, S.L.	-	-	-	-
Banco Santander Espanha (1)	1.923.587	-	1.444.376	-
Santander Capitalização S.A. (2)	5.264	71.317	4.416	175.657
Banco Santander International (3)	-	43.375	-	45.261
Santander Caceis Brasil DTVM S.A.(3)	-	1.567	-	1.499
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. (3)	-	-	-	-
Pessoal Chave da Administração	1	258	-	165
Diversos	1.044.308	419	3.590	3.852
Depósitos	(28.958.024)	125.034	(23.503.316)	1.183.447
Bandepe	561	-	-	-
Santander Leasing (2)	(58.271)	(2.592)	(81.354)	(4.142)
Banco Santander Espanha (1)	(10.995)	-	(13.156)	-
Aymoré CFI (2)	(1.376.716)	(38.792)	(190.480)	(26.628)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (6)	(63.864)	-	(64.836)	-
Zurich Santander Brasil Seguros S.A. (6)	(9.379)	-	(6.443)	-
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. (3)	(44.141)	(1.159)	(335)	(5.664)
Fundo de Investimento Santillana (3)	(15)	-	(44)	-
Santander Brasil Tecnologia S.A. (2)	(86)	-	(780)	(53)
Banco RCI Brasil S.A. (2)	(31.934)	(6.281)	(226.046)	(6.226)
Santander Caceis Brasil DTVM S.A.(3)	(722.783)	25.372	(581.543)	(14.645)
Getnet S.A.	(372.151)	-	(242.391)	-
Santander FI Diamantina (2)	(25.670.214)	158.424	(21.416.222)	1.250.951

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	Banco		Consolidado	
	Ativos	Receitas	Ativos	Receitas
	(Passivos)	(Despesas)	(Passivos)	(Despesas)
	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020
Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.	(21.725)	-	(36.390)	(1)
Liderança Serviços Especializados em Cobranças LTDA.	(6.940)	(47)	-	-
Pessoal Chave da Administração	(28.409)	(1.426)	(36.705)	(823)
Diversos	(540.962)	(8.465)	(606.591)	(9.322)
Operações Compromissadas	(7.262.118)	(249.964)	(7.160.549)	(227.283)
Santander FI Amazonas (3)	(313.848)	(19.011)	(501.984)	(7.020)
Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.	241.716	(6.916)	-	(1.806)
Santander Leasing (2)	-	(1.663)	(151.438)	(35.980)
Santander CVM (2)	(277.092)	(9.747)	(202.222)	(3.732)
Santander FI SBAC (2)	(2.128.150)	(95.691)	(2.797.429)	(85.927)
Santander FI Guarujá (2)	(456.680)	(17.797)	(472.220)	(11.124)
Santander FI Diamantina (2)	(765.265)	(11.818)	(460.034)	(9.123)
Santander FI Unix (2)	(26.745)	(1.123)	(25.457)	(2.582)
Fundo de Investimento Santillana (3)	(2.277.832)	(30.024)	(2.186.104)	(50.815)
Pessoal Chave da Administração	-	(5)	-	(9)
Diversos	(1.258.222)	(56.169)	(363.661)	(19.165)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	128.214	(6.150)	(117.368)	(3.825)
Pessoal Chave da Administração	128.214	(6.150)	(117.368)	(3.825)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	4.870.966	(123.804)	(10.401.564)	(94.890)
Banco Santander Espanha (1)	(11.167.495)	(123.804)	(10.401.564)	(8.194)
Banco Santander México (4)	-	-	-	(86.696)
Santander FI Hedge Strategies (2)	(2.356.687)	-	-	-
Santander fundo de Investimento Diamantina Multimercado				
Crédito Privado Investimento no exterior	25.475.103	-	-	-
Getnet S.A.	(7.079.955)	-	-	(7.079.955)
Dividendos e Bonificações a Pagar	(564.528)	-	(508.491)	(10.185)
Banco Santander Espanha (1)	(73)	-	(195)	(73)
Sterrebeeck B.V. (2)	(100.418)	-	(268.406)	-
GES (1) (3)	(464.295)	-	(239.890)	-
Pessoal Chave da Administração	258	-	-	(10.185)
Valores a Pagar de Sociedades Ligadas	(370.541)	(2.040.001)	(361.599)	(1.663.389)
Santander Brasil Tecnologia S.A. (2)	-	(244.023)	(4.353)	(236.972)
Banco Santander Espanha (1)	(241.640)	(242.721)	(202.787)	(717.403)
Santander Corretora de Seguros, Investimento e Serviços S.A. (2)	(17.976)	(196.090)	(14.751)	(164.092)
Getnet S.A.	(4.627)	(509.819)	(17.573)	(26.576)
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. (3)	(12.286)	(56.482)	(9.373)	(52.379)
Santander Leasing (2)	(79.374)	-	(79.374)	-
FIRST Tecnologia e Inovação Ltda	-	(202.266)	-	-

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	Banco		Consolidado	
	Ativos	Receitas	Ativos	Receitas
	(Passivos)	(Despesas)	(Passivos)	(Despesas)
	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020
Santander Brasil Asset Management DTVM S.A. (3)	-	-	-	-
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (6)	-	-	-	-
Santander Global Technology, S.L., SOCI	(13.136)	(436.911)	(31.774)	(344.593)
Diversos	(1.502)	(151.689)	(1.614)	(121.374)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(14.088.607)	(2.272.870)	(13.119.660)	(4.263.360)
Banco Santander Espanha (1) (4)	(14.088.607)	(2.272.870)	(13.119.660)	(4.263.360)
Despesas com Doações	-	-	-	(17.000)
Instituto Escola Brasil	-	-	-	-
Santander Cultural	-	-	-	-
Fundação Sudameris	-	-	-	(17.000)
Fundação Santander	-	-	-	(1.400)
Outros Passivos - Diversas	(759.920)	(1.279.172)	(6.210.051)	(1.725.286)
Banco Santander Espanha (1)	-	-	-	(1.837)
TecBan	-	-	-	(364.349)
Santander Brasil Tecnologia S.A. (2)	-	(212.593)	-	(224.557)
Aquanima Brasil Ltda. (3)	-	(29.160)	-	(32.070)
Santander Caceis Brasil DTVM S.A.(3)	-	(22.024)	-	(2.994)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (6)	-	-	(17.713)	(17.713)
Getnet S.A.	(118.680)	(475.074)	(5.576.635)	(623.500)
Pessoal Chave da Administração	(639.507)	(528.181)	(615.469)	(440.912)
Diversos	(1.733)	(12.140)	(234)	(17.354)
Garantias e Limites	16.448	45	11.038	61
Pessoal Chave da Administração (7)	16.448	45	11.038	61

(1) Controlador - O Banco Santander é controlado indiretamente pelo Banco Santander Espanha (Nota 1 e 30.d), através das subsidiárias GES e Sterrebeeck B.V.

(2) Controlada Direta ou Indireta pelo Banco Santander.

(3) Controlada Direta ou Indireta pelo Banco Santander Espanha.

(4) Refere-se a parcela adquirida pelo Controlador junto ao Plano de Otimização do PR realizada no primeiro semestre de 2018.

(5) Corresponde a valores a receber relacionados a Adquirência.

(6) Influência Significativa do Banco Santander Espanha.

(7) Refere-se ao registro em contas de compensação das Garantias e Limites de operações de crédito com Pessoal Chave da Administração.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

23. Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias

	01/01 a 31/12/2021	Banco 01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2021	Consolidado 01/01 a 31/12/2020
Administração de Recursos	741.483	572.932	1.337.705	1.016.919
Serviços de Conta Corrente	3.805.750	3.960.855	3.812.189	3.965.551
Operações de Crédito e Rendas de Garantias Prestadas	1.155.341	1.060.892	1.510.200	1.437.600
Operações de Crédito	485.729	429.133	840.588	805.841
Rendas de Garantias Prestadas	669.612	631.759	669.612	631.759
Comissões de Seguros	2.043.139	2.181.595	3.555.495	3.116.921
Cartões (Crédito e Débito) e Serviços Adquirente	4.891.903	3.806.212	5.430.163	5.590.215
Cobrança e Arrecadações	1.491.865	1.477.704	1.511.741	1.471.121
Colocação de Títulos, Custódia e Corretagem	1.019.204	785.737	1.322.780	1.061.962
Outras	354.970	280.408	882.903	803.681
Total	15.503.655	14.126.335	19.363.176	18.463.970

24. Despesas de Pessoal

	01/01 a 31/12/2021	Banco 01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2021	Consolidado 01/01 a 31/12/2020
Remuneração	3.397.120	3.623.045	3.886.537	4.102.940
Encargos	1.377.279	1.305.790	1.611.376	1.535.348
Benefícios	1.203.198	1.243.870	1.500.931	1.428.339
Treinamento	48.705	43.723	55.557	50.800
Outras	1.165	3.706	76.753	59.790
Total	6.027.467	6.220.134	7.131.154	7.177.217

25. Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 31/12/2021	Banco 01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2021	Consolidado 01/01 a 31/12/2020
Depreciações e Amortizações	3.637.533	2.641.934	3.822.494	3.094.511
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	2.282.474	2.067.985	2.472.714	2.623.065
Comunicações	393.789	378.571	412.695	397.071
Processamento de Dados	3.115.410	2.873.538	2.769.084	2.758.541
Propaganda, Promoções e Publicidade	452.289	487.437	609.403	637.787
Aluguéis	857.909	794.433	864.685	811.875
Transportes e Viagens	89.575	83.442	118.093	104.400
Serviços do Sistema Financeiro	311.069	257.523	383.846	329.637
Serviços de Vigilância e Transporte de Valores	537.952	565.601	540.069	566.957
Manutenção e Conservação de Bens	301.533	281.407	311.971	314.261
Água, Energia e Gás	184.526	186.748	189.585	190.461
Material	107.374	67.117	122.151	79.439
Outras	922.630	651.794	913.675	892.390
Total	13.194.063	11.337.530	13.530.465	12.800.395

26. Outras Receitas Operacionais

	01/01 a 31/12/2021	Banco 01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2021	Consolidado 01/01 a 31/12/2020
Receita Líquida de Rendas de Previdência e de Capitalização	-	-	588.140	551.544
Atualização de Depósitos Judiciais	331.513	186.159	437.885	235.800
Atualização de Impostos a Compensar	197.801	119.320	219.257	166.091
Recuperação de Encargos e Despesas	1.138.495	1.590.188	857.665	1.414.846
Variação Monetária Ativa	-	-	-	3
Outras(1)	1.310.836	2.704.358	2.818.478	3.897.584
Total	2.978.645	4.600.025	4.921.425	6.265.868

(1) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, inclui, principalmente, reversões de provisões e ganhos na comercialização de energia

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

27. Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 31/12/2021	Banco 01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2021	Consolidado 01/01 a 31/12/2020
Provisões Operacionais				
Fiscais (Nota 20.c)	85.877	(130.820)	124.822	66.144
Trabalhistas (Nota 20.c)	800.704	893.227	833.487	985.904
Cíveis (Nota 20.c)	462.721	632.425	628.477	807.086
Despesas com Cartão de Crédito	3.613.795	3.472.536	3.219.333	3.017.970
Perdas Atuariais - Planos de Aposentadoria	202.494	262.551	200.585	264.581
Despesas Judiciais e Custas	208.758	104.150	210.290	108.807
Despesas com Serasa e Serviço de Proteção ao Crédito (SPC)	124.859	90.693	128.613	92.562
Corretagens e Emolumentos	85.998	82.644	86.212	82.140
Comissões	1.400.810	851.892	2.700.506	2.160.592
Avaliação do Valor Recuperável	14.899	3.489	14.899	3.489
Outras (1)	3.985.346	3.550.833	6.666.439	5.789.246
Total	10.986.261	9.813.620	14.813.663	13.378.521

(1) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, inclui, principalmente, atualização monetária sobre provisões para processos judiciais e administrativos e obrigações legais, provisões para o fundo garantidor de benefícios e outras provisões.

28. Resultado Não Operacional

	01/01 a 31/12/2021	Banco 01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2021	Consolidado 01/01 a 31/12/2020
Resultado na alienação de Investimentos	-	168.586	(59)	168.587
Resultado na Alienação de Valores e Bens	81.439	72.817	68.882	64.109
Reversão (Constituição) de Provisão para Perdas em Outros Valores e Bens	(19.309)	11.534	(25.952)	24.629
Despesas com Bens não de Uso	(51.937)	(50.677)	(53.489)	(52.579)
Ganhos (Perdas) de Capital	(49.495)	2.146	(55.574)	(110)
Outras Receitas (Despesas)	98.137	35.884	75.192	34.331
Total	58.835	240.290	9.000	238.967

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

29. Plano de Benefícios a Funcionários

a) Plano de Aposentadoria Complementar

O Banco Santander e suas controladas patrocinam entidades fechadas de previdência complementar e caixas assistenciais, com a finalidade de conceder aposentadorias e pensões complementares às concedidas pela Previdência Social, conforme definido no regulamento básico de cada plano.

I) Banesprev

Plano I: plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco Santander, abrange os funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, denominados Participantes Destinatários e aqueles admitidos até 22 de maio de 1975, denominados Participantes Agregados, aos quais foi concedido o direito ao benefício de pecúlio por morte. Plano fechado para novas adesões desde 28 de março de 2005.

Plano II: plano de benefício definido, constituído a partir de 27 de julho de 1994, com vigência do novo texto do Estatuto e Regulamentação Básica do Plano II, os participantes do Plano I que optaram pelo novo plano passaram a contribuir com 44,9% da taxa de custeio estipulada pelo atuário para cada exercício, implantado em abril de 2012 custeio extraordinário para a patrocinadora e participantes, nos termos acordados com a Superintendência de Previdência Complementar (PREVIC), em razão de déficit no plano. Plano fechado para novas adesões desde 3 de junho de 2005.

Plano V: plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco Santander, abrange os funcionários admitidos até 22 de maio de 1975, fechado com benefícios calculados até o final do plano.

Plano de Complementação de Aposentadorias e Pensão - Pré 75: plano de benefício definido, constituído em função do processo de privatização do Banespa, gerido pelo Banesprev e oferecido somente para os empregados admitidos até 22 de maio de 1975, tendo como data efetiva de início em 1 de janeiro de 2000. Plano fechado para novas adesões desde 28 de abril de 2000.

Plano III: plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, anteriormente atendidos pelos Planos I e II. Nesse plano, as contribuições são efetuadas pelo patrocinador e pelos participantes. Os benefícios são na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, se pago na forma de renda mensal vitalícia. Plano fechado para novas adesões desde 1 de setembro de 2005.

Plano IV: plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos a partir de 27 de novembro de 2000, em que a patrocinadora contribui apenas para os benefícios de risco e custeio administrativo. Nesse plano, o benefício programado é na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Os benefícios de risco do plano são na forma de benefício definido. Plano fechado para novas adesões desde 23 de julho de 2010.

Três Planos (DCA, DAB e CACIBAN): complementação de aposentadoria e pensões de ex-funcionários associados, advindos do processo de aquisição do ex-Banco Meridional, constituídos sob a modalidade de benefício definido. Planos fechados para novas adesões antes da aquisição do Grupo Bozano Simonsen pelo Banco Santander em novembro de 1999.

Plano Sanprev I: plano de benefício definido, instituído em 27 de setembro de 1979, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano e se encontra em processo de extinção desde 30 de junho de 1996.

Plano Sanprev II: plano que oferece coberturas de riscos, suplementação de pensão temporária, aposentadoria por invalidez e pecúlio por morte e suplementação do auxílio-doença e auxílio-natalidade, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano, sendo custeado, exclusivamente, pelos patrocinadores, por meio de contribuições mensais, quando indicadas pelo atuário. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Plano Sanprev III: plano de contribuição variável, abrangendo os empregados dos patrocinadores que fizeram a opção de contribuir, mediante contribuições livremente escolhidas pelos participantes a partir de 2% do salário de contribuição. Nesse plano o benefício é de contribuição definida durante a fase de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento do benefício, sendo na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

II) Bandeprev - Bandepe Previdência Social (Bandeprev)

Plano de benefício definido patrocinado pelo Banco Bandepe S.A. e Banco Santander, administrado pela Bandeprev. Os planos estão divididos em plano básico e plano especial de aposentadoria suplementar, com diferenciações de elegibilidade, contribuições e benefícios por subgrupos de participantes. Os planos estão fechados a novas adesões desde 1999 para os funcionários do Banco Bandepe S.A. e para os demais desde o ano de 2011.

III) Outros Planos

SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Privada (SantanderPrevi): é uma entidade fechada de previdência complementar, que tem como objetivo a instituição e execução de planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral de previdência social, na forma da legislação vigente.

O Plano de Aposentadoria da SantanderPrevi é estruturado na modalidade de Contribuição Definida e fechado para novas adesões desde julho de 2018 conforme aprovação pela PREVIC, sendo as contribuições partilhadas entre as empresas patrocinadoras e os participantes do plano. Os valores apropriados pelas patrocinadoras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram de R\$53.692 (2020 - R\$62.435) no Banco e R\$60.725 (2020 - R\$69.142) no Consolidado.

Possui 10 casos de benefícios concedidos com renda vitalícia oriundos de plano anterior.

SBPREV - Santander Brasil Previdência Aberta: a partir de 2 de janeiro de 2018, o Santander passou a oferecer este novo programa de previdência complementar opcional para os novos funcionários contratados e para os funcionários que não estivessem inscritos em qualquer outro plano previdenciário administrado pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar do Grupo. Este novo programa contempla as modalidades PGBL- Plano Gerador de Benefícios Livres e VGBL-Vida Gerador de Benefícios Livres administrados pela Icatu Seguros, Entidade Aberta de Previdência Complementar, abertos para novas adesões, sendo suas contribuições partilhadas entre as empresas instituidoras/estipulantes-avébadoras e os participantes dos planos.

Os valores apropriados pelas patrocinadoras nos exercícios findo em 31 de dezembro de 2021 foram de R\$15.124 (2020 - R\$11.525) no Banco e R\$17.880 (2020 - R\$14.054) no Consolidado.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Apuração do Ativo (Passivo) Atuarial Líquido

	31/12/2021			Banco 31/12/2020		
	Banesprev	Santander- Previ	Bandeprev	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev
Conciliação dos Ativos e Passivos						
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(24.476.356)	(4.455)	(1.532.427)	(26.473.946)	(4.793)	(1.660.637)
Valor Justo dos Ativos do Plano	25.460.958	3.703	2.182.891	25.437.174	3.811	2.348.686
	984.602	(752)	650.464	(1.036.772)	(981)	688.049
Sendo:						
Superávit	3.070.651	-	650.464	2.090.021	-	688.049
Déficit	(2.086.049)	(752)	-	(3.126.793)	(981)	-
Valor não Reconhecido como Ativo	2.847.412	-	642.604	1.806.472	-	680.586
Ativo Atuarial Líquido (Nota 12)	223.240	-	7.860	283.549	-	7.463
Passivo Atuarial Líquido (Nota 19)	(2.086.049)	(752)	-	(3.126.793)	(981)	-
Contribuições Efetuadas	581.513	-	(3)	40.987	-	(5)
Receitas (Despesas) Reconhecidas (Nota 32)	(173.600)	(79)	193	(220.104)	(65)	(1.690)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(3.356.005)	(92)	8.761	(3.926.432)	(399)	8.555
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	1.457.501	460	(26.644)	4.581.173	140	146.784

	31/12/2021			Consolidado 31/12/2020		
	Banesprev	Santander- Previ	Bandeprev	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev
Conciliação dos Ativos e Passivos						
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(24.967.077)	(4.455)	(1.532.427)	(27.015.987)	(4.793)	(1.660.637)
Valor Justo dos Ativos do Plano	26.135.232	3.703	2.182.891	26.282.394	3.811	2.348.686
	1.168.155	(752)	650.464	(733.593)	(981)	688.049
Sendo:						
Superávit	3.282.428	-	650.464	2.435.321	-	688.049
Déficit	(2.114.272)	(752)	-	(3.168.914)	(981)	-
Valor não Reconhecido como Ativo	3.002.479	-	642.604	2.081.634	-	680.586
Ativo Atuarial Líquido (Nota 12)	279.949	-	7.860	353.686	-	7.463
Passivo Atuarial Líquido (Nota 19)	(2.114.272)	(752)	-	(3.168.914)	(981)	-
Contribuições Efetuadas	581.834	-	(3)	41.369	-	(5)
Receitas (Despesas) Reconhecidas	(171.357)	(79)	193	(221.172)	(65)	(1.690)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(3.389.048)	(92)	8.761	(3.961.569)	(399)	8.555
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	1.343.548	460	(26.644)	4.679.921	140	146.784

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas:

	31/12/2021			Banco 31/12/2020		
	Banesprev	Santander- Previ	Bandeprev	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev
Experiência do Plano	(2.437.959)	(467)	(158.262)	(786.329)	(115)	(18.897)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	4.279.128	554	256.647	79.057	11	4.762
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	1.841.169	87	98.385	(707.273)	(105)	(14.135)
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	(416.650)	220	(182.577)	2.965.190	(136)	(13.655)
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	(416.650)	220	(182.577)	2.965.190	(136)	(13.655)
Mudança no Superávit Irrecuperável	(851.997)	-	84.398	(1.322.356)	-	34.305

	31/12/2021			Consolidado 31/12/2020		
	Banesprev	Santander- Previ	Bandeprev	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev
Experiência do Plano	(2.481.391)	(467)	(158.262)	(788.883)	(115)	(18.897)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	4.375.431	554	256.647	80.862	11	4.762
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	1.894.040	87	98.385	(708.021)	(105)	(14.135)
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	(608.960)	220	(182.577)	3.008.388	(136)	(13.655)
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	(608.960)	220	(182.577)	3.008.388	(136)	(13.655)
Mudança no Superávit Irrecuperável	(714.652)	-	84.398	(1.352.687)	-	34.305

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais dos planos patrocinados pelo Banco Santander em 31 de dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020:

Planos	31/12/2021	Duração (em Anos) 31/12/2020
Banesprev		
Plano I	12,57	11,92
Plano II	12,92	12,38
Plano III	11,54	10,79
Plano IV	14,82	14,80
Plano V	9,51	9,24
Pré-75	10,45	10,10
Meridional DCA, DAB e CACIBAN	6,47/5,93/7,27	6,46/5,88/7,06
Sanprev		
Plano I	6,79	6,93
Plano II	12,76	11,57
Plano III	11,06	10,46
Bandeprev		
Plano Básico	10,53	10,08
Plano Especial I	7,23	6,8
Plano Especial II	6,46	6,53
SantanderPrevi		
SantanderPrevi	8,11	7,69

b) Plano de Assistência Médica e Odontológica

Cabesp - Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo: entidade voltada a cobertura de despesas médicas e odontológicas de funcionários admitidos até a privatização do Banespa em 2000, conforme definido em Estatuto da entidade.

Aposentados pela HolandaPrevi (denominação anterior da SantanderPrevi): o plano de assistência médica Aposentadoria, tem natureza vitalícia e trata-se de uma massa fechada. No desligamento, o funcionário deveria ter completos 10 anos de vínculo empregatício junto ao Banco Real e 55 anos de idade. Neste caso, era oferecida a continuidade do plano de assistência médica, onde o funcionário arca com 70% da mensalidade e o Banco subsidia 30%. Essa regra vigorou até dezembro de 2002 e após este período, o funcionário que era desligado, com status de Aposentado HolandaPrevi, arca com 100% da mensalidade do plano de saúde.

Ex-Empregados do Banco Real (Aposentados pelas Circulares): trata-se de concessão do benefício assistência médica para ex-funcionário do Banco Real. Com natureza vitalícia, era concedido na mesma condição do funcionário ativo, ou seja, com as mesmas coberturas e desenho de plano.

São elegíveis somente aos planos básico e o primeiro padrão de apartamento, caso opte pelo plano apartamento, o beneficiário assume a diferença entre os planos mais a coparticipação no plano básico. Não é permitida novas inclusões de dependentes. Possui subsídio de 90% do plano.

Aposentados pela Bandeprev: plano de assistência médica concedido aos aposentados oriundos do Banco do Estado de Pernambuco; trata-se de um benefício vitalício. O Banco Santander subsidia 50% do valor do plano, para os que se aposentaram até 27 de novembro de 1998. Para os que se aposentaram posterior a esta data, o subsídio é de 30%.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Diretores com Benefício Vitalício (Diretores Vitalícios): fazem parte desse benefício somente um pequeno grupo fechado de ex-Diretores oriundos do Banco Sudameris, sendo 100% subsidiado pelo Banco.

Clínica Grátis: plano de assistência médica clínica grátis é oferecido de forma vitalícia aos aposentados que tenham contribuído à Fundação Sudameris por no mínimo 25 anos e conta com diferença de padrão, caso o usuário, opte por apartamento. O plano é oferecido somente em padrão enfermagem, situação em que o custo é 100% da Fundação Sudameris.

Lei 9.656 (Diretores): Diretores, Diretores Executivos, Diretores Vice-Presidentes e Diretor Presidente, poderão, por liberalidade, optar pela permanência vitalícia ao plano de assistência médica, em caso de término do vínculo com o Banco Santander ou empresas do seu conglomerado sem justa causa; desde que cumpram os seguintes requisitos: ter contribuído por, no mínimo, 3 (três) anos ao plano de saúde; ter exercido a função de diretor no Banco Santander ou empresas do seu conglomerado por, no mínimo, 3 (três) anos; ter 55 anos de idade completos. O plano será mantido nos mesmos moldes de que o DIRETOR gozava no momento do seu desligamento, inclusive quanto ao pagamento da sua cota parte, que deverá ser realizado por meio de boleto. Os dependentes ativos no momento do desligamento serão mantidos no mesmo plano do DIRETOR, não sendo permitida a inclusão de novos dependentes em nenhuma hipótese.

Seguro de Vida para Aposentados (Seguros de Vida): concedido aos Aposentados pelas Circulares: indenização nos casos de Morte Natural, Invalidez por Doença, Morte Acidental. O subsídio é 45% do valor do prêmio. Trata-se de massa fechada.

Seguro de Vida Caixas Assistenciais (Seguros de Vida): incluída na massa do seguro de vida em dezembro de 2018 o seguro dos aposentados dos planos DCA, DAB e CACIBAN. Esse seguro foi concedido aos aposentados do antigo Banco Meridional, a cobertura foi de acordo com a escolha do aposentado no momento da adesão do benefício. O subsídio do Banco é de 50% do valor do prêmio para o titular e alguns aposentados possuem a cláusula cônjuge arcando com 100% do custo. Trata-se de massa fechada.

Adicionalmente, é assegurado aos funcionários aposentados, desde que estes cumpram determinadas exigências legais e assumam o pagamento integral das respectivas contribuições, o direito de manutenção como beneficiário do plano de saúde do Banco Santander, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozavam quando da vigência de seus contratos de trabalho. As obrigações do Banco Santander em relação aos aposentados são avaliadas utilizando cálculos atuariais com base no valor presente dos custos correntes.

Apuração do Ativo (Passivo) Atuarial Líquido

	31/12/2021		Banco 31/12/2020		31/12/2021		Consolidado 31/12/2020	
	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos
Conciliação dos Ativos e Passivos								
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(4.342.690)	(613.101)	(4.960.995)	(759.370)	(4.510.768)	(613.101)	(5.158.657)	(759.370)
Valor Justo dos Ativos do Plano	4.906.369	-	5.191.809	-	5.096.262	-	5.398.667	-
	563.679	(613.101)	230.814	(759.370)	585.495	(613.101)	240.010	(759.370)
Sendo:								
Superávit	563.678	-	230.814	-	585.495	-	240.010	-
Déficit	-	(613.101)	-	(759.370)	-	(613.101)	-	(759.370)
Valor não Reconhecido como Ativo	(563.678)	-	(230.814)	-	585.495	-	(240.010)	-
Ativo Atuarial Líquido (Nota 12)	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivo Atuarial Líquido (Nota 19)	-	(613.101)	-	(759.370)	-	(613.101)	-	(759.370)
Contribuições Efetuadas	149.181	37.255	129.526	38.449	152.096	37.255	132.253	38.449
Receitas (Despesas) Reconhecidas	4.001	(56.798)	(14.878)	(61.247)	3.626	(56.798)	(15.851)	(61.247)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(1.208.790)	(5.525)	(1.053.068)	(171.337)	(1.190.988)	(5.525)	(1.037.807)	(171.337)
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	(111.147)	-	332.520	-	(118.549)	-	343.053	-

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas:

	31/12/2021		Banco 31/12/2020		31/12/2021		Consolidado 31/12/2020	
	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos
Experiência do Plano	(336.602)	49.985	192.944	81.964	(340.863)	49.985	207.273	81.964
Mudanças em Hipóteses Financeiras	984.402	116.272	158.480	18.015	1.020.225	116.272	164.105	18.015
Mudanças em Hipóteses Demográficas	-	(446)	-	(20.621)	-	(446)	-	(20.621)
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	647.800	165.811	351.424	79.357	679.362	165.811	371.378	79.357
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	(498.406)	-	(30.265)	-	(521.100)	-	(34.409)	-
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	(498.406)	-	(30.265)	-	(521.100)	-	(34.409)	-
Mudança no Superávit Irrecuperável	(302.576)	-	(230.814)	-	(313.984)	-	(240.010)	-

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais dos planos patrocinados pelo Banco Santander em 31 de dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020:

Planos	Duração (em Anos)	
	31/12/2021	31/12/2020
Cabesp	16,03	15,03
Bandepe	18,03	14,98
Clínica Grátis	12,28	11,47
Diretores Vitalícios	9,36	9,27
Diretores Saúde	30,28	25,65
Circulares (1)	11,62 e 12,97	13,47 e 11,92
Seguro de Vida	8,04	7,99

(1) A duração 12,15 se refere ao plano dos Ex-Empregados do Banco ABN Amro (31/12/2018 – 11,72) e 11,93 ao plano dos Ex-Empregados do Banco Real (31/12/2018 – 10,68).

c) Gestão dos Ativos dos Planos

As principais categorias de ativos em percentual de ativos totais do plano em 31 de dezembro de 2020, válidos para 31 de dezembro de 2021, são as seguintes:

	Banco/Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Instrumentos de Patrimônio	0,0%	0,0%
Instrumentos de Dívida	96,7%	97,4%
Bens Imóveis	0,2%	0,2%
Outros	3,2%	2,5%

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

d) Premissas Atuariais Adotadas nos Cálculos

Abaixo estão as premissas atuariais adotadas:

	31/12/2021		Banco/Consolidado 31/12/2020	
	Aposentadoria	Saúde	Aposentadoria	Saúde
Taxa de Desconto Nominal para a Obrigação Atuarial e Cálculo dos Juros sobre os Ativos, para Exercício Seguinte	8,4%	8,4%	6,8%	7,1%
Taxa Estimada de Inflação no Longo Prazo	3,0%	3,0%	3,3%	3,3%
Taxa Estimada de Aumento Nominal dos Salários	3,5%	3,5%	3,8%	3,8%
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral	AT2000	AT2000	AT2000	AT2000

(1) Banesprev II, V e Pré 75;

(2) Cabesp.

e) Análise de Sensibilidade

Os pressupostos relacionados às premissas atuariais significativas possuem efeito sobre os valores reconhecidos no resultado e no valor presente das obrigações. Mudanças na taxa de juros, tábua de mortalidade e custo de assistência médica, em 31 de dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, teriam os seguintes efeitos:

	31/12/2021		Banco/Consolidado 31/12/2020	
	Efeito sobre Custo do Serviço Corrente e Juros	Efeito sobre o Valor Presente das Obrigações	Efeito sobre Custo do Serviço Corrente e Juros	Efeito sobre o Valor Presente das Obrigações
Taxa de Juros				
(+)0,5%	(25.444)	(305.114)	(28.711)	(402.547)
(-)0,5%	28.133	337.349	32.099	450.049
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral				
Aplicada (+) 2 anos	(44.619)	(535.039)	(47.637)	(667.904)
Aplicada (-) 2 anos	47.934	574.793	54.226	760.289
Custo Assistência Médica				
(+)0,5%	31.280	375.089	34.718	486.769
(-)0,5%	(28.762)	(344.891)	(31.637)	(443.569)

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

f) Remuneração com Base em Ações

O Banco Santander possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações. São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração, cuja escolha levará em conta a senioridade no grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos quando exercerem cargos na Diretoria Executiva.

Programa	Tipo de Liquidação	Período de Vesting	Período de Exercício/Liquidação	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Locais	Ações do Santander (Brasil)	01/2019 a 12/2021	2022 e 2023	R\$ 4.216.667 (*)	R\$ 4.916.667
		01/2020 a 12/2022	2023	R\$ 3.668.000 (*)	-
		01/2020 a 12/2022	2023 e 2024	R\$ 2.986.667 (*)	R\$ 9.440.000
		01/2021 a 06/2024	2024	R\$ 13.520.000 (*)	-
		01/2021 a 12/2023	2023	R\$ 1.834.000 (*)	-
		07/2019 a 06/2022	2022	111.962 SANB11	109.677 SANB11
		09/2020 a 09/2022	2022	301.583 SANB11	450.738 SANB11
		01/2020 a 09/2023	2023	249.666 SANB11	281.031 SANB11
		01/2021 a 12/2022	2023	177.252 SANB11	-
		01/2021 a 12/2023	2024	327.065 SANB11	-
		01/2021 a 01/2024	2024	30.545 SANB11	-
Globais	Ações e Opções sobre Ações do Santander Espanha	2023		309.576 SAN (**)	318.478 SAN (**)
		2023, com limite para exercício das opções até 2030		1.618.445 Opções s/ SAN (**)	1.664.983 Opções s/ SAN (**)
		02/2024		135.632 SAN (**)	-
		02/2024, com limite para exercício das opções até 02/2029		404.630 Opções s/ SAN (**)	-
				R\$ 26.225.334 (*)	R\$ 14.356.667
Saldo dos Planos em 31 de dezembro de 2021				1.198.073 SANB11	841.446 SANB11
				445.208 SAN	318.478 SAN
				2.023.075,00 Opções s/ SAN	1.664.983 Opções s/ SAN

(*) Target do plano em Reais, a ser convertido em ações SANB11 de acordo com o atingimento dos indicadores de performance do plano ao final do período de vesting, pela cotação dos últimos 15 pregões do mês imediatamente anterior ao da outorga.

(**) Target do plano em ações e opções SAN, a serem pagos em dinheiro ao final do período de vesting, conforme atingimento dos indicadores de performance do plano.

Nossos programas de longo prazo estão divididos em planos Locais e Globais, com indicadores de performance específicos e condição de manutenção do vínculo empregatício do participante até a data do pagamento para ter direito ao recebimento.

A apuração do pagamento dos planos é realizada com base no percentual de atingimento dos indicadores aplicado sobre o valor referência (target), sendo os planos Locais pagos em units SANB11 e os planos Globais em ações e opções do Grupo Santander (SAN).

Cada participante tem um valor referência definido em espécie, convertido em units SANB11 ou em ações e opções do Grupo Santander (SAN), normalmente pela cotação dos últimos 15 pregões do mês imediatamente anterior ao da outorga de cada plano. Ao final do período de vesting o pagamento seja das ações resultantes no caso dos planos locais, seja do valor em dinheiro correspondente às ações/opções dos planos globais são realizados com restrição de 1 ano, sendo este pagamento ainda sujeito à aplicação das cláusulas de *Malus/Clawback*, que poderão reduzir ou cancelar as ações a serem entregues em casos de descumprimento das normas internas e exposição a riscos excessivos.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

f.1) Impacto no Resultado

Os impactos no resultado estão contabilizados na rubrica Despesas de Pessoal, conforme abaixo:

Programa	Tipo de Liquidação	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Local	Ações do Santander (Brasil)	20.720	10.776
Global	Ações e Opções sobre Ações do Santander Espanha	3.534	865

f.2) Remuneração Variável Referenciada em Ações

No plano de incentivo de longo prazo (diferimento) estão determinados os requisitos para pagamento das parcelas diferidas futuras da remuneração variável, considerando as bases financeiras sustentáveis de longo prazo, incluindo a possibilidade de aplicação de reduções ou cancelamentos em função dos riscos assumidos e das oscilações do custo de capital.

O plano de remuneração variável com pagamento referenciado em ações do Banco Santander é dividido em 2 programas: (i) Coletivo Identificado e (ii) Demais Funcionários. Os impactos no resultado estão contabilizados na rubrica Despesas de Pessoal, conforme abaixo:

Programa	Participantes	Tipo de Liquidação	Banco		Consolidado	
			01/01/ a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020	01/01/ a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Coletivo Identificado	Membros do Comitê Executivo, Diretores Estatutários e outros executivos que assumam riscos significativos e responsáveis das áreas de controle	50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% em ações (Units SANB11)	66.694	101.232	63.658	103.696
Demais Funcionários	Funcionários de nível de Superintendência e demais funcionários com remuneração variável acima de um valor mínimo estabelecido	50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% em ações (Units SANB11)	111.673	94.166	111.995	98.069

30. Gerenciamento de Riscos, Capital e Análise de Sensibilidade

a) Estrutura de Gerenciamento de Riscos

O Banco Santander segue o modelo baseado na gestão prudencial de seus riscos. Possui estruturas especializadas na gestão de cada um dos riscos abaixo relacionados, bem como uma área que realiza a Gestão Integrada de Riscos do Grupo, faz a gestão da auto avaliação do Perfil de Risco e controla o Apetite de Riscos (RAS) - que é aprovado pelo Conselho de Administração, atendendo às exigências do regulador local e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

Os princípios fundamentais que regem o modelo de governança de riscos são:

- Todos os funcionários são responsáveis pela gestão do risco – Cultura Risk Pro;
- Envolvimento da Alta Administração incentivando a gestão e o controle consistente dos riscos;
- Independência entre as funções de controle e gestão de riscos;
- A abordagem dos riscos é abrangente e prospectiva;
- A gestão e o controle dos riscos baseiam-se em informações oportunas, precisas e suficientemente granulares.

A. Risco de Crédito

A gestão de Risco de Crédito se baseia em acompanhamentos de indicadores da carteira de crédito e das novas operações. Levando-se em consideração o cenário econômico, são realizadas projeções de rentabilidade e inadimplência, que devem obedecer ao controle de Apetite de Riscos. Estas projeções são consideradas para redefinição das políticas de crédito, que afetam tanto a avaliação de crédito para um determinado cliente quanto para um determinado perfil de clientes com características similares.

Outro aspecto relevante é a gestão preventiva de crédito, que tem papel fundamental na manutenção da qualidade da carteira do Banco Santander. O acompanhamento constante da base de clientes faz parte da rotina diária de toda a área comercial, sempre com o apoio das áreas centrais.

Neste cenário desafiador imposto pela pandemia do COVID-19, a carteira e os clientes foram acompanhados com muita cautela. Na tentativa de mitigar grandes impactos de liquidez das empresas e dar o suporte financeiro necessário para auxiliar todos os setores da economia, todas as novas produções e prorrogações foram analisadas com objetivo de atender às necessidades dos clientes, mantendo sempre os critérios estabelecidos de classificação de risco e governança para aprovação de novas operações.

Para medição da qualidade de crédito de um cliente ou de uma operação, o banco usa modelos próprios de score/rating internos, contando com área de Metodologia e Validação independentes.

Na reestruturação e recuperação de crédito o Banco utiliza equipes de cobrança específicas, podendo ser:

- Equipes internas especializadas, com atuação direta junto aos clientes inadimplentes com atraso superior a 60 dias e valores mais expressivos; e
- Parceiros externos especializados em cobrar, notificar e ajuizar clientes de alto risco.

A venda de carteira de créditos inadimplentes é parte da estratégia de recuperação (somente os direitos creditórios), podendo manter relacionamento e meios transacionais com os clientes cedidos.

Além disso, constitui Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito de acordo com a legislação vigente do Bacen e Conselho Monetário Nacional (Nota 8.e.)

B. Risco de Mercado

A gestão do risco de mercado consiste no desenvolvimento, mensuração e acompanhamento de limites previamente aprovados em comitês internos, pertinentes ao valor em risco das carteiras, as sensibilidades oriundas das oscilações dos dados de mercado (taxas de juros, índices, preços, câmbio, etc), os "gaps" de liquidez, dentre outros, que podem afetar as posições das carteiras do Banco Santander nos diversos mercados onde atua.

C. Risco Operacional e Controles Internos

O modelo de gestão de riscos operacionais do Santander está fundamentado nas melhores práticas e tem como premissa avaliar, monitorar, controlar, implementar melhorias para reduzir a exposição aos riscos e perdas, alinhado ao apetite de risco aprovado pelo Conselho de Administração e adotando a definição do Comitê da Basileia e Banco Central do Brasil para riscos operacionais. O modelo de governança do Banco é baseado nas três linhas de defesa e dispõe de pessoas, estruturas, políticas, metodologias e ferramentas para respaldar na adequada gestão do risco operacional.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

O Modelo de Controles Internos é baseado na metodologia desenvolvida pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO), cobrindo os componentes estratégicos, operacionais, de divulgação financeira e de Compliance, cumprindo com os requerimentos dos reguladores BACEN, CVM, B3, SUSEP e Lei Sarbanes-Oxley - SOX (Security Exchange Commission).

D. Os negócios do Banco são altamente dependentes do correto funcionamento dos sistemas de tecnologia da informação

Os negócios do Banco dependem em grande parte da habilidade dos sistemas de tecnologia da informação de processar de maneira correta um grande número de transações de forma eficiente e precisa, e da capacidade do Banco de confiar em tecnologias digitais, serviços de computador e e-mail, software e redes, bem como no processamento, armazenamento e transmissão seguros de informações confidenciais e outras informações nos sistemas de computador e de rede. O funcionamento adequado do controle financeiro, gestão de risco, contabilidade, serviço ao cliente e outros sistemas de processamento de dados do Banco é essencial para as atividades e sua habilidade de concorrer efetivamente.

E. Risco de Compliance e de Imagem

O gerenciamento de risco de compliance tem caráter preventivo e inclui o monitoramento, processos educativos, assessoria, avaliação de riscos e comunicação corporativa relacionada às normas e regulamentações aplicáveis a cada área de negócios do Banco.

F. Unidade de Prevenção à Lavagem de Dinheiro (PLD) e Combate ao Financiamento ao Terrorismo (CFT)

Área responsável por promover o desenvolvimento da prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao financiamento ao terrorismo nas diferentes unidades de negócios. Também responsável pelas diretrizes da política de aceitação de clientes do Banco. Estabelece normativos, procedimentos e aculturação relativos ao tema. Supervisiona e monitora os riscos inerentes nos produtos e transações realizadas.

G. Risco Socioambiental

A Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) do Banco Santander, que segue as diretrizes da Resolução CMN nº 4.327/2014 e do Regulamento SARB Nº. 14 da Febraban, estabelece diretrizes e consolida políticas específicas para as práticas socioambientais nos negócios e no relacionamento com as partes interessadas. Essas práticas incluem o gerenciamento de riscos, impactos e oportunidades socioambientais relacionados a temas como, por exemplo, adequação na concessão e no uso do crédito, gestão de fornecedores e análise do risco socioambiental, que é realizado através da análise das práticas socioambientais dos clientes Atacado, do segmento Empresas 3 do Varejo (um dos segmentos de Pessoa Jurídica do Banco), que possuem limites ou risco de crédito acima de R\$5 milhões e que fazem parte dos 14 setores de atenção socioambiental. Nesse caso, o risco socioambiental é analisado de forma a mitigar as questões de risco operacional, risco de capital, risco de crédito e risco reputacional. Desde 2009, o Santander é signatário dos Princípios do Equador e esse conjunto de diretrizes é empregado para mitigar os riscos socioambientais no financiamento de grandes projetos.

Os compromissos assumidos na PRSA são detalhados em outras políticas do Banco como, por exemplo na Política Anticorrupção, Políticas de Relacionamento e Homologação de Fornecedores e na Políticas de Risco Socioambiental, além da Política de Investimento Social Privado, que tem como objetivo orientar a estratégia nesse tema e apresentar diretrizes para os programas sociais que fortaleçam essa estratégia.

H. Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para uma gestão efetiva de capital, o Santander adota uma governança robusta que suporta todos os processos relacionados ao tema visando:

- Definir de forma clara e coerente as funções de cada equipe envolvida na gestão do capital;
- Garantir que os limites das métricas de capital estabelecidos na gestão, no apetite ao risco e no RPA (Risk Profile Assessment) sejam cumpridos;
- Garantir que as ações referentes à estratégia do Banco levem em consideração os impactos gerados na alocação de capital;
- Garantir que a Administração participe ativamente da gestão e seja informada com recorrência sobre o comportamento das métricas de capital.

No Banco Santander, há uma Vice-Presidência Executiva responsável pelo gerenciamento de capital nomeada pelo Conselho de Administração; além disso, existem políticas institucionais de capital, que atuam como diretrizes para a gestão, controle e reporte de capital (cumprindo assim com todos os requerimentos definidos na Resolução CMN nº 4.557/2017).

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Para maiores informações, vide publicação “Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital – Resolução nº 4.557/ BACEN” na página <https://www.santander.com.br/ri/gerenciamento-de-risco>.

b) Limites Operacionais

Conforme estabelecido nas Resoluções CMN nº 4.193/2013 e nº 4.783/2020, até setembro de 2021 a exigência de PR estava em 10,625%, incluindo 8,00% de Mínimo de Patrimônio de Referência mais 1,625% de Adicional de Conservação de Capital e 1,00% de Adicional Sistemico. O PR Nível I era de 8,625% e o Capital Principal Mínimo de 7,125%.

No mês de outubro de 2021 o Adicional de Conservação de Capital aumentou para 2,00%. Desta maneira, em dezembro a exigência de PR é de 11,00%. Considera-se 8,00% de Mínimo de Patrimônio de Referência somado a 2,00% de Adicional de Conservação de Capital e 1,00% de Adicional Sistemico, com a exigência de PR Nível I de 9,00% e de Capital Principal Mínimo de 7,50%. A partir de abril de 2022 a exigência de PR alcançará 11,50%, considerando 8,00% de Mínimo de Patrimônio de Referência somado a 2,50% de Adicional de Conservação de Capital e 1,00% de Adicional Sistemico, com exigência de PR Nível I e de Capital Principal Mínimo de 9,50% de 8,00%, respectivamente.

Em continuidade a adoção das regras estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.192/2013, a partir de janeiro de 2015, entrou em vigor o Consolidado Prudencial, definido pela Resolução CMN nº 4.280/2013. O índice é calculado de forma consolidada com base nas informações do Consolidado Prudencial, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio de Referência Nível I	76.969,9	77.571,5
Capital Principal	69.919,9	71.006,3
Capital Complementar (Nota 18.b)	7.050,1	6.565,2
Patrimônio de Referência Nível II (Nota 18.b)	12.591,3	6.554,5
Patrimônio de Referência (Nível I e II)	89.561,3	84.126,0
Risco de Crédito (1)	527.119,3	478.303,5
Risco de Mercado (2)	15.122,2	15.846,3
Risco Operacional	58.499,8	57.419,4
Total de RWA (3)	600.741,3	551.569,2
Índice de Basileia Nível I	12,81	14,06
Índice de Basileia Capital Principal	11,64	12,87
Índice de Basileia Patrimônio de Referência	14,91	15,25

(1) As exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWACPAD) são baseados nos procedimentos estabelecidos pela Circular Bacen 3.644, de 4 de março de 2013 e suas complementações posteriores através das redações da Circular Bacen 3.174 de 20 de agosto de 2014 e Circular Bacen 3.770 de 29 de outubro de 2015.

(2) Inclui as parcelas para as exposições de risco de mercado sujeitas as variações de taxas dos cupons de moeda estrangeira (RWAjur2), índices de preços (RWAjur3) e taxa de juros (RWAjur1/RWAjur4), do preço de mercadorias commodities (RWacom), do preço de ações classificadas na carteira de negociação (RWAacs) e parcelas para exposição de ouro, moeda estrangeira e operações sujeitas a variação cambial (RWacam).

(3) Risk Weighted Assets ou ativo ponderado pelo risco.

O Banco Santander, divulga o Relatório de Gerenciamento de Riscos com informações referentes à gestão de riscos, descrição sucinta do Plano de Recuperação, gestão de capital, PR e RWA. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do Patrimônio de Referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do Patrimônio de Referência ajustado na forma da regulamentação em vigor. O Banco Santander encontra-se enquadrado nos requerimentos estabelecidos.

c) Instrumentos Financeiros - Análise de Sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais.

Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e banking, conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Método Padronizado de Basileia do Bacen. A carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação. A carteira banking consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco Santander e seus eventuais hedges. Assim sendo, de acordo com a natureza das atividades do Banco Santander, a análise de sensibilidade foi dividida entre as carteiras de negociação e banking.

O Banco Santander efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com a Instrução CVM nº 475/2008, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente as posições do Banco.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Os quadros resumos apresentados abaixo sintetizam valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco Santander, referente à carteira de negociação e da carteira banking, para cada um dos cenários das carteiras do dia 31 de dezembro de 2021.

Carteira Negociação		Consolidado		
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(4.943)	(108.670)	(217.339)
Cupom de Taxa de Juros	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Taxa de Juros	(550)	(7.132)	(14.265)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(5.270)	(19.539)	(39.077)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(1.127)	(1.900)	(3.801)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(426)	(10.658)	(21.315)
<i>Eurobond/Treasury/Global</i>	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(5.218)	(6.018)	(12.035)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(5.564)	(34.407)	(68.815)
Ações e Índices	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Ações	(1.553)	(38.814)	(77.629)
Commodities	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Mercadorias (Commodities)	(1.184)	(29.609)	(59.217)
Total (1)		(25.835)	(256.747)	(513.493)

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: Choque de +10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas e ações);

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Carteira Banking		Consolidado		
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(49.224)	(1.679.612)	(3.768.750)
TR e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	Exposições sujeitas à Variação de Cupons de TR e TJLP	(6.413)	(97.524)	(145.711)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(34.286)	(455.628)	(838.652)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(13.530)	(60.291)	(117.298)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(3.891)	(7.770)	(15.642)
Taxa de Juros Mercado Internacional	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(31.456)	(78.782)	(161.417)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	560	13.995	27.989
Total (1)		(138.240)	(2.365.612)	(5.019.481)

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: choque de +10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas);

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

31. Reestruturações Societárias

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foram implementados diversos movimentos societários com o intuito de reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco Santander", "Santander Brasil" ou "Companhia"):

i) Aquisição de Participação Societária na Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários Ltda.

Em 2 de setembro de 2021, a Santander Holding Imobiliária S.A. ("SHI") – subsidiária integral da Companhia - celebrou, junto aos sócios da Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários Ltda. ("Apê11"), determinados Contrato de Compra e Venda de Ações e Acordo de Investimento, pelos quais, uma vez efetivada a operação, passará a deter 90% do capital social da Apê11 ("Operação"). A Apê11 atua como um *marketplace* colaborativo, pioneiro na digitalização da jornada de compra de casas e apartamentos. Após o

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

cumprimento das condições precedentes estabelecidas nos Acordo de Investimento Compra e Venda de Ações, o fechamento da Operação foi formalizado em 16 de dezembro de 2021.

ii) Aquisição de Participação Societária na Liderança Serviços Especializados em Cobranças Ltda. ("Liderança" e Fozcoba Agência de Cobranças Ltda. ("Fozcoba") e subsequente incorporação da Fozcoba pela Liderança

Em 4 de agosto de 2021, a Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A. ("Atual") – subsidiária integral da Companhia - celebrou, junto aos sócios da Liderança Serviços Especializados em Cobranças Ltda. ("Liderança"), determinado Contrato de Cessão de Quotas e Outras Avenças, pelo qual, uma vez efetivada a operação, passará a deter 100% do capital social da Liderança ("Operação"). A Liderança atua na área de recuperação de créditos em atraso, prestando serviços de cobranças extrajudiciais para instituições financeiras de diferentes portes, redes varejistas, operadoras de telecomunicações e montadoras, entre outros, e possui uma subsidiária, a Fozcoba Agência de Cobranças Ltda. Após o cumprimento das condições precedentes estabelecidas no Contrato de Cessão de Quotas e Outras Avenças, o fechamento da Operação foi formalizado em 1º de outubro de 2021. Ato contínuo, a Fozcoba foi incorporada pela Liderança em 4 de outubro de 2021.

iii) Aquisição de Participação Societária na Solutions 4 Fleet Consultoria Empresarial Ltda.

Em 13 de julho de 2021, a Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Aymoré"), celebrou, junto aos sócios da Solution 4 Fleet Consultoria Empresarial Ltda. ("Solutions4Fleet"), determinados Acordo de Investimento e de Compra e Venda de Ações, pelos quais, uma vez efetivada a operação, a Aymoré passará a deter 80% do capital social da Solution4Fleet ("Operação"). A Solution4Fleet é especializada na estruturação de negócios de locação e de assinatura de veículos – modalidade de aluguel de longo prazo para pessoa física. Após o cumprimento das condições precedentes estabelecidas nos Acordo de Investimento Compra e Venda de Ações, o fechamento da Operação foi formalizado em 8 de outubro de 2021.

iv) Aquisição de Participação Societária na Car10 Tecnologia e Informação S.A. e Pag10 Fomento Mercantil Eireli.

Em 13 de julho de 2021, a Webmotors S.A. ("Webmotors"), celebrou, junto aos sócios da Car10 Tecnologia e Informação S.A. ("Car10 Tecnologia") e Pag10 Fomento Mercantil Eireli. ("Pag10" e, em conjunto com a Car10 Tecnologia, "Car10"), determinados Acordos de Investimento e de Compra e Venda de Ações, pelos quais, uma vez efetivada a operação, a Webmotors passará a deter aproximadamente 66,7% do capital social da Car10 Tecnologia que, por sua vez, é única titular da Pag10 ("Operação"). A Car10 atua como um *marketplace* que reúne mais de 7 mil fornecedores de serviços como oficinas e *autocenters*; funilaria e pintura; e limpeza e higienização, além de assistência emergencial e reboque. Após o cumprimento das condições precedentes estabelecidas nos Acordo de Investimento Compra e Venda de Ações, o fechamento da Operação foi formalizado em 20 de setembro de 2021.

v) Aquisição de Participação Societária na Monetus Investimentos Ltda. e Monetus Corretora de Seguros Ltda.

Em 15 de junho de 2021, a Pi Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Pi"), Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Toro CTVM"), e Toro Investimentos S.A. ("Toro Investimentos" e, em conjunto com a Toro CTVM, "Toro") celebraram, junto aos sócios de Monetus Investimentos Ltda., e Monetus Corretora de Seguros Ltda. (em conjunto "Monetus"), acordo de investimentos e outras avenças, pelo qual, uma vez efetivada a operação, a Toro Investimentos passará a deter 100% do capital social da Monetus ("Operação"). A Monetus, originária de Belo Horizonte, exerce suas atividades por meio de aplicativo de investimento automatizado baseado em objetivos, pós considerar as necessidades e o perfil de risco do cliente, o aplicativo cria, executa e acompanha automaticamente uma estratégia diversificada e personalizada de investimentos que utilizam a plataforma para empreender e atender os clientes da melhor forma. A efetivação da Operação estará sujeita à celebração dos instrumentos definitivos e à implementação de determinadas condições usuais nesse tipo de transação, incluindo as aprovações regulatórias aplicáveis.

vi) Aquisição de Participação Societária na Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda. e Mob Soluções em Tecnologia Ltda.

Em 15 de junho de 2021, a Pi Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Pi"), Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Toro CTVM"), e Toro Investimentos S.A. ("Toro Investimentos" e, em conjunto com a Toro CTVM, "Toro") celebraram, junto aos sócios da Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda., e Mob Soluções em Tecnologia Ltda. (em conjunto "Mobills"), acordo de investimentos e outras avenças, pelo qual, uma vez efetivada a operação, a Toro Investimentos passará a deter 100% do capital social da Mobills ("Operação"). Com sede no Ceará, a Mobills possui uma variedade de aplicativos financeiros que contam com uma grande base de usuários, em especial relacionados a planejamento financeiro. A efetivação da Operação estará sujeita à celebração dos instrumentos definitivos e à implementação de determinadas condições usuais nesse tipo de transação, incluindo as aprovações regulatórias aplicáveis.

vii) Reorganização societária Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil e Banco Bandepe S.A.

Em 11 de maio de 2021, o Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco Santander") e o Banco Bandepe S.A. ("Bandepe") celebraram Contrato de Compra e Venda de Ações por meio do qual o Banco Santander adquiriu a totalidade da participação societária detida pelo Bandepe na Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil ("Santander Leasing"), que corresponde a 21,42%. Nessa operação o

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Banco Santander passou a ser o único acionista da Santander Leasing. Em 27 de maio de 2021, foi deliberada a incorporação da totalidade das ações do Bandepe pela Santander Leasing, a fim de converter o Bandepe em uma subsidiária integral da Santander Leasing ("Incorporação de Ações"). A Incorporação de Ações resultou em um aumento do capital social da Santander Leasing de R\$ 5.365.189.080,65 (cinco bilhões, trezentos e sessenta e cinco milhões, cento e oitenta e nove mil, oitenta reais e sessenta e cinco centavos), em razão da incorporação das ações de emissão do Banco Bandepe detidas pelo Banco Santander.

viii) Cisão Parcial e segregação da Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamentos S.A.

Após a aprovação dos estudos e proposta favorável do Conselho de Administração do Santander Brasil, em 31 de março de 2021, os acionistas do Santander Brasil aprovaram a cisão parcial do Santander Brasil, para a segregação das ações de sua propriedade emitidas pela Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamentos S.A. ("Getnet"), com versão da parcela cindida para a própria Getnet. Após a conclusão da cisão, os acionistas do Santander Brasil se tornaram acionistas diretos da Getnet na proporção de sua participação no capital social do Santander Brasil.

Como resultado da Cisão, o capital social do Santander Brasil foi reduzido no montante total de 2.000.000 (dois bilhões de reais), sem o cancelamento de ações, passando o capital social do Santander Brasil de 57.000.000 (cinquenta e sete bilhões de reais) para 55.000.000 (cinquenta e cinco bilhões de reais).

ix) Celebração de contrato para a Aquisição da Paytec Tecnologia em Pagamentos Ltda. e da Paytec Logística e Armazém EIRELI

Em 8 de dezembro de 2020, o Banco Santander celebrou, junto aos sócios e titulares da Paytec Tecnologia em Pagamentos Ltda. e da Paytec Logística e Armazém Eireli (em conjunto "Paytec"), contrato de compra e venda de quotas, transferência de titularidade e outras avenças, pelo qual, uma vez efetivada a operação, passará a deter 100% do capital social da Paytec. A Paytec atua como operador logístico com cobertura nacional e focado no mercado de pagamentos. Após a aprovação da operação pelo Banco Central do Brasil, a operação foi efetivada em 12 de março de 2021, passando o Banco Santander a deter 100% do capital social das empresas Paytec.

x) Dissolução e liquidação do Santander Brasil, Establecimiento Financiero de Credito, S.A.

Em 12 de novembro de 2020, por decisão do seu único sócio, foi aprovada a dissolução e liquidação do Santander Brasil, Establecimiento Financiero de Credito, S.A. (que teve sua denominação social alterada para Santander Brasil, S.A.U.), entidade offshore com sede na Espanha, integralmente detida pelo Banco Santander Brasil, que atuou para complementar a estratégia de comércio exterior para clientes pessoa jurídica (grandes empresas brasileiras e suas operações no exterior) e oferecer produtos e serviços financeiros. O capital aplicado no exterior foi repatriado em novembro de 2020. A escritura de dissolução e liquidação da sociedade foi registrada no Registro Mercantil de Madri com efeitos em 15 de dezembro de 2020. Estas atividades passaram a ser executadas pela agência do Banco em Luxemburgo.

xi) Alienação dos Investimentos na Norchem Holding e Negócios S.A. e Norchem Participações e Consultoria S.A.

Em 8 de outubro de 2020, o Banco Santander (Brasil) S.A se retirou do quadro de acionistas das empresas Norchem Participações e Consultoria S.A. (NPC) e Norchem Holding e Negócios S.A. (NHN), mediante redução de capital nos valores de R\$ 19.950 milhões e R\$ 14.770 milhões, respectivamente, e consequente cancelamento das ações detidas pelo Banco Santander (Brasil) S.A.

xii) Aquisição de Participação Societária na Toro Controle

Em 29 de setembro de 2020, a Pi Distribuidora de Títulos e Investimentos S.A. ("Pi"), a qual é indiretamente controlada pelo Banco Santander, celebrou junto aos acionistas da Toro Controle e Participações S.A. ("Toro Controle"), acordo de investimentos e outras avenças. A Toro Controle fora uma holding que, em última instância, controlara a Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Toro CTVM") e a Toro Investimentos S.A. ("Toro Investimentos" e, em conjunto "Toro"). A Toro é uma plataforma de investimentos fundada em Belo Horizonte no ano de 2010. Em 2018, recebeu as autorizações necessárias e iniciou sua operação como corretora de valores mobiliários voltada ao público de varejo. Após o cumprimento de todas as condições suspensivas aplicáveis, inclusive a aprovação pelo Banco Central do Brasil, a operação foi efetivada em 30 de abril de 2021, com a aquisição de ações representativas 60% do capital social da Toro Controle e a sua imediata incorporação pela Toro CTVM, de modo que a Pi passou a ser detentora direta do equivalente a 60% do capital social da Toro CTVM que, por sua vez, detém 100% do capital social da Toro Investimentos.

xiii) Celebração de Contrato para Aquisição de Participação Societária no Gira – Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A.

Em 11 de agosto de 2020, o Banco Santander celebrou, com os acionistas do Gira – Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A., contrato de compra e venda de ações e outras avenças. O Gira é uma empresa de tecnologia que atua na gestão de recebíveis do agronegócio e conta com uma robusta plataforma tecnológica, com capacidade de agregar maior segurança às operações de

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

crédito agrícola. Mediante o cumprimento das condições estabelecidas no contrato, em especial as aprovações regulatórias aplicáveis, as partes formalizaram os instrumentos definitivos em 8 de janeiro de 2021. Com a efetivação da operação, o Banco Santander passou a deter 80% do capital social do Gira.

xiv) Aquisição de participação societária direta na Toque Fale Serviços de Telemarketing Ltda.

Em 24 de março de 2020, foi realizada a aquisição, pelo Banco, das quotas representativas da totalidade do capital social da Toque Fale Serviços de Telemarketing Ltda. ("Toque Fale") pelo valor de R\$ 1.099 milhões, correspondente ao valor patrimonial das quotas na data de 29 de fevereiro de 2020, anteriormente detidas pelas Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A. e Auttar HUT Processamento de Dados Ltda. Como resultado, o Banco passou a ser acionista direto da Toque Fale e detentor de 100% do seu capital.

xv) Alienação da participação societária detida na Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.

Em 28 de fevereiro de 2020, foi realizada a venda da participação societária detida na Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A. para a Superdigital Holding Company, S.L. sociedade controlada indiretamente pelo Banco Santander, S.A., das ações representativas da totalidade do capital social da Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A. ("Superdigital") pelo valor de R\$ 270 milhões. Como resultado, o Banco deixou de ser acionista da Superdigital.

xvi) Aquisição da Summer Empreendimentos Ltda.

Em 14 de maio de 2019, o Banco Santander (Brasil) S.A. e sua subsidiária integral Santander Holding Imobiliária S.A. ("SHI") celebraram documento vinculante com as sócias da Summer Empreendimentos Ltda. ("Summer") estabelecendo os termos da negociação de compra e venda das quotas representativas da totalidade do capital social da Summer. A aquisição foi aprovada pelo BACEN em 16 de setembro de 2019 e concluída em 20 de setembro de 2019, de modo que a SHI passou a deter 99,999% e o Banco Santander 0,001% das ações representativas do capital social da Summer. Devido ao plano de venda da Entidade no curto prazo, a Summer foi registrada inicialmente como Ativo Não Corrente Mantida pela Venda, pelo seu valor de custo. Em junho de 2020, com a não execução do plano estabelecido, a Summer passou a compor o escopo das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander.

xvii) Opção de venda de participação no Banco Olé Consignado S.A. e incorporação do Banco Olé Consignado S.A. e da Bosan Participações S.A.

Em 14 de março de 2019, o acionista minoritário do Banco Olé Consignado S.A. ("Banco Olé") formalizou seu interesse em exercer a opção de venda prevista no Contrato de Investimento, celebrado em 30 de julho de 2014, para alienação de sua participação de 40% no capital social do Olé Consignado ao Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco Santander").

Em 20 de dezembro de 2019, as partes celebraram um acordo vinculante para aquisição, pelo Banco Santander, da totalidade das ações de emissão da Bosan Participações S.A. (holding cujo único ativo são ações representando 40% do capital social do Banco Olé), pelo valor total de R\$1,6 bilhão ("Operação"), a ser pago na data de fechamento da Operação.

Em 31 de janeiro de 2020, o Banco e os acionistas da Bosan Participações S.A. ("Bosan") concluíram o acordo definitivo e assinaram o contrato de compra e venda de 100% das ações emitidas pela Bosan, através da transferência das ações da Bosan ao Banco e o pagamento aos vendedores no valor total de R\$1.608.772. Como resultado, o Banco Santander se tornou, direta e indiretamente, detentor de 100% das ações do Banco Olé.

Em 31 de agosto de 2020, os acionistas do Banco Santander aprovaram a incorporação, pelo Banco, do Banco Olé Consignado S.A. e da Bosan Participações S.A. As incorporações não resultaram em um aumento do capital social do Santander Brasil.

32. Outras Informações

a) As coobrigações e riscos em garantias prestadas a clientes, registradas em contas de compensação, atingiram o valor de R\$49.624.633 (31/12/2020 - R\$46.471.443) no Banco e R\$49.624.633 (31/12/2020 - R\$46.471.443) no Consolidado.

b) O valor total de fundos de investimento e ativos sob gestão do Conglomerado Santander é de R\$ 2.770.684 (31/12/2020 - R\$2.716.477) e o total de fundos de investimento e ativos administrados é de R\$ 192.927.475 (31/12/2020 - R\$191.873.169) registrados em contas de compensação.

c) Os seguros vigentes em 31 de dezembro de 2021, correspondentes a cobertura de incêndios, desastres naturais e outros riscos relacionados aos imóveis, têm valor de cobertura de R\$9.214.986 (31/12/2020 - R\$9.051.568) no Banco e no Consolidado. Além disso no Banco e no Consolidado em 31 de dezembro de 2021, existem outras apólices vigentes para coberturas de riscos relativos a fraudes, responsabilidade civil e outros ativos no valor de R\$1.546.120 (31/12/2020 - R\$1.427.608).

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

d) Entre 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, não houve operações ativas vinculadas e obrigações por operações ativas vinculadas.

e) Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações - Resolução CMN 3.263/2005 - o Banco Santander possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), firmados com pessoas físicas e jurídicas integrantes ou não do SFN, resultando em maior garantia de liquidação financeira, com as partes as quais possuam essa modalidade de acordo. Esses acordos estabelecem que as obrigações de pagamento para com o Banco Santander, decorrentes de operações de crédito e derivativos, na hipótese de inadimplência da contraparte, serão compensadas com as obrigações de pagamento do Banco Santander junto à contraparte.

f) Outros Compromissos - o Banco Santander possui duas modalidades de contratos de aluguel: canceláveis e não canceláveis. As canceláveis são propriedades, principalmente utilizadas como agências, com base em contrato padrão, o qual pode ser cancelado por sua vontade e inclui o direito de opção de renovação e cláusulas de reajuste, enquadrados no conceito de arrendamento mercantil operacional. O total dos pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis é demonstrado a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Até 1 Ano	715.576	670.619
Entre 1 a 5 Anos	1.420.853	1.607.995
Mais de 5 Anos	181.417	171.420
Total	2.317.846	2.450.034

Adicionalmente, o Banco Santander possui contratos com prazo indeterminado, no montante de R\$801 (31/12/2020 - R\$880) correspondente ao aluguel mensal dos contratos com esta característica. Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional, reconhecidos como despesas em 2021, foram no valor de R\$369.482 (2020 - R\$358.656).

Os contratos de aluguel serão reajustados anualmente, conforme legislação em vigor, sendo que o maior percentual é de acordo com a variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM). Fica assegurado ao locatário o direito de denunciar unilateralmente estes contratos, a qualquer tempo, conforme cláusulas contratuais e legislação em vigor. Valor de Mercado dos Ativos e Passivos Financeiros

g) Valor de mercado dos Ativos e Passivos - O Banco Santander classifica as mensurações ao valor de mercado usando a hierarquia de valor de mercado que reflete o modelo utilizado no processo de mensuração, e está de acordo com os seguintes níveis hierárquicos:

Nível 1: Determinados com base em cotações públicas de preços (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, incluem títulos da dívida pública, ações e derivativos listados. Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados a maioria dos Títulos do Governo Brasileiro (principalmente LTN, LFT, NTN-B e NTN-F), ações em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo. Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no nível 1 da hierarquia.

Nível 2: São os derivados de dados diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços). Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente por Títulos Públicos (compromissada, LCI Cancelável e NTN) em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível 1. Para os derivativos negociados em balcão, para a avaliação de instrumentos financeiros (basicamente swaps e opções), utilizam-se normalmente dados de mercado observáveis como, taxas de câmbio, taxas de juros, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado. No apreamento dos instrumentos financeiro mencionados, utiliza-se a metodologia do modelo de Black-Scholes (opções de taxa de câmbio, opções de índice de taxa de juros, caps e floors) e do método do valor presente (desconto dos valores futuros por curvas de mercado).

Nível 3: São derivados de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis). Quando houver informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis, o Banco Santander utiliza modelos desenvolvidos internamente, visando mensurar adequadamente o valor justo destes instrumentos. No nível 3 são classificados, principalmente, Instrumentos de baixa de liquidez. Os derivativos não negociados em

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

bolsa e que não possuem informações observáveis num mercado ativo foram classificados como nível 3, e estão compostos, incluindo derivativos exóticos.

Em milhares de Reais					2021
Ativo	Valor Contábil	Valor de Mercado	1	2	3
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	33.629.318	33.629.318	1.224.817	25.912.368	6.492.133
Títulos e Valores Mobiliários	227.705.982	228.618.182	162.531.523	21.640.333	44.446.326
Instrumentos Financeiros Derivativos	21.089.724	21.089.724	-	20.833.986	255.738
Operações de Crédito	383.479.674	377.805.784	-	-	377.805.784
Total	665.904.698	661.143.008	163.756.340	68.386.687	428.999.981

Em milhares de Reais					2020
Ativo	Valor Contábil	Valor de Mercado	1	2	3
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	69.698.253	69.698.253	-	62.601.986	7.096.267
Títulos e Valores Mobiliários	233.248.338	234.844.495	135.118.884	65.394.153	34.331.458
Instrumentos Financeiros Derivativos	32.840.075	32.840.075	-	32.258.845	581.230
Operações de Crédito	338.110.717	341.503.600	-	-	341.503.600
Total	673.897.383	678.886.423	135.118.884	160.254.984	383.512.555

A seguir apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos passivos financeiros do Banco mensurados a outro valor que não o valor de mercado e seus respectivos valores de mercado em 31 de dezembro de 2021 e de 31 de dezembro de 2020:

Em milhares de Reais					2021
Passivo	Valor Contábil	Valor de Mercado	1	2	3
Depósitos	403.639.687	403.598.886	-	-	403.598.886
Captações no Mercado Aberto	95.648.600	95.604.396	-	95.604.396	-
Obrigações por Empréstimos e Repasses	91.586.750	91.586.750	-	-	91.586.750
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	95.380.860	94.198.680	-	-	94.198.680
Instrumentos Financeiros Derivativos	24.647.231	24.647.231	-	24.213.648	433.583
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	19.641.408	19.641.408	-	-	19.641.408
Total	730.544.536	729.277.351	-	119.818.044	609.459.307

Em milhares de Reais					2020
Passivo	Valor Contábil	Valor de Mercado	1	2	3
Depósitos	390.051.798	390.093.916	-	-	390.093.916
Captações no Mercado Aberto	154.997.017	154.994.486	-	154.994.486	-
Obrigações por Empréstimos e Repasses	67.759.950	67.759.950	-	-	67.759.950
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	70.627.767	71.017.560	-	-	71.017.560
Instrumentos Financeiros Derivativos	36.269.465	36.269.465	-	35.642.321	627.144
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	13.119.660	13.119.660	-	-	13.119.660
Total	732.825.657	733.255.037	-	190.636.807	542.618.230

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

A Administração revisitou os critérios atribuídos para classificação do nível de ativos mensurados ao valor de mercado, apresentados exclusivamente para fins de divulgação e verificou a necessidade de alteração entre o nível 3 e nível 1 e do nível 2 para o nível 1 face aos dados observáveis de mercado.

h) Resultados recorrentes/não recorrentes

	Banco					
	2021			2020		
	Resultado Recorrente	Resultado não Recorrente	01/01 a 31/12/2021	Resultado Recorrente	Resultado não Recorrente	01/01 a 31/12/2020
Receitas da Intermediação Financeira	89.510.090	-	89.510.090	99.165.058	-	99.165.058
Despesas da Intermediação Financeira	(56.931.567)	-	(56.931.567)	(83.174.153)	-	(83.174.153)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	32.578.523	-	32.578.523	15.990.905	-	15.990.905
Outras Receitas (Despesas) Operacionais (a/c)	(10.190.929)	(1.229.547)	(11.420.476)	(7.953.712)	(525.434)	(8.479.146)
Resultado Operacional	22.387.594	(1.229.547)	21.158.047	8.037.193	(525.434)	7.511.759
Resultado não Operacional (b)	58.835	-	58.835	73.290	167.000	240.290
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	22.446.429	(1.229.547)	21.216.882	8.110.483	(358.434)	7.752.049
Imposto de Renda e Contribuição Social (a/b/c/d)	(4.287.286)	(73.492)	(4.360.778)	7.847.547	124.639	7.972.186
Participações no Lucro	(1.860.596)	-	(1.860.596)	(1.668.087)	-	(1.668.087)
Lucro Líquido	16.298.547	(1.303.039)	14.995.508	14.289.943	(233.795)	14.056.148

	Consolidado					
	2021			2020		
	Resultado Recorrente	Resultado não Recorrente	01/01 a 31/12/2021	Resultado Recorrente	Resultado não Recorrente	01/01 a 31/12/2020
Receitas da Intermediação Financeira	99.112.242	-	99.112.242	108.988.273	-	108.988.273
Despesas da Intermediação Financeira	(59.797.367)	-	(59.797.367)	(87.750.952)	-	(87.750.952)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	39.314.875	-	39.314.875	21.237.321	-	21.237.321
Outras Receitas (Despesas) Operacionais (a/c)	(14.422.765)	(1.229.547)	(15.652.312)	(12.029.617)	(525.434)	(12.555.051)
Resultado Operacional	24.892.110	(1.229.547)	23.662.563	9.207.704	(525.434)	8.682.270
Resultado não Operacional (b)	9.000	-	9.000	71.967	167.000	238.967
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	24.901.110	(1.229.547)	23.671.563	9.279.671	(358.434)	8.921.237
Imposto de Renda e Contribuição Social (a/b/c/d)	(6.429.733)	(73.492)	(6.503.225)	6.414.815	124.652	6.539.467
Participações no Lucro	(2.059.673)	-	(2.059.673)	(1.857.937)	-	(1.857.937)
Participações dos Acionistas Minoritários	(120.949)	-	(120.949)	(133.387)	-	(133.387)
Lucro Líquido	16.290.755	(1.303.039)	14.987.716	13.703.162	(233.782)	13.469.380

- a) Amortização de ágio em investimento reconhecido como Outras Despesas Operacionais no valor antes de tributos de R\$1.229.547 (2020 - R\$425.434) no Banco e no Consolidado, com impacto líquido de tributos de R\$1.139.307 (2020 - R\$233.989).
- b) Resultado não operacional na alienação da participação societária na Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A. em 2020, (vide nota 31.xv) no valor antes de impostos de R\$167.000 (líquido de tributos: R\$ 100.200), no Banco e no Consolidado
- c) Ação de Apoio ao Combate à COVID-19 reconhecida como outras despesas operacionais em 2020, com impacto antes de tributos valor de R\$100.00 (líquido de tributos, R\$94.190), no Banco e no Consolidado.
- d) Baixa de prejuízo fiscal decorrente do patrimônio líquido cindido da Getnet (Vide nota 14.) no valor de R\$163.732, e efeito tributário sobre a amortização de ágio em investimento, no valor de R\$90.240

33. Eventos Subsequentes

Aquisição de Participação Societária na Monetus Investimentos Ltda. e Monetus Corretora de Seguros Ltda.

Em 4 de janeiro de 2022, diante do cumprimento das condições suspensivas aplicáveis, a Pi Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Pi"), Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Toro CTVM"), e Toro Investimentos S.A. ("Toro Investimentos" e, em conjunto com a Toro CTVM, "Toro") formalizaram, junto aos sócios de Monetus Investimentos Ltda., e Monetus Corretora de Seguros Ltda. (em conjunto "Monetus"), o fechamento da operação decorrente do acordo de investimentos e outras avenças, formalizado em 15 de junho de 2021 ("Fechamento"). Como consequência do Fechamento, a Toro Investimentos passou a deter 100% do capital social da Monetus. A Monetus, originária de Belo Horizonte, exerce suas atividades por meio de aplicativo de investimento automatizado baseado em objetivos, pós considerar as necessidades e o perfil de risco do cliente, o aplicativo cria, executa e acompanha automaticamente uma estratégia diversificada e personalizada de investimentos que utilizam a plataforma para empreender e atender os clientes da melhor forma.

Aquisição de Participação Societária na Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda. e Mob Soluções em Tecnologia Ltda.

Em 4 de janeiro de 2022, diante do cumprimento das condições suspensivas aplicáveis, a Pi Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Pi"), Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Toro CTVM"), e Toro Investimentos S.A. ("Toro Investimentos" e, em conjunto com a Toro CTVM, "Toro") formalizaram, junto aos sócios da Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda., e Mob Soluções em Tecnologia Ltda (em conjunto "Mobills"), o fechamento da operação decorrente do acordo de investimentos e outras avenças, formalizado em 15 de junho de 2021 ("Fechamento"). Como consequência do Fechamento, a Toro Investimentos passou a deter 100% do capital social da Mobills. Com sede no Ceará, a Mobills possui uma variedade de aplicativos financeiros que contam com uma grande base de usuários, em especial relacionados a planejamento financeiro.

Aquisição de Participação Societária CSD Central de Serviços de Registro e Depósitos aos Mercados Financeiros e de Capitais S.A.

Em 21 de janeiro de 2022, a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. ("Santander Corretora"), em conjunto com outros investidores – dentre eles o Banco BTG Pactual S.A. e CBOE III, LLC – formalizou, junto à CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A. ("CSD BR") e seus respectivos acionistas, determinado acordo de investimento e outras avenças com vistas à subscrição de participação minoritária na CSD BR ("Operação"). A CSD BR opera como uma registradora de ativos financeiros, derivativos, valores mobiliários e apólices de seguro, autorizada pelo Banco Central do Brasil, pela Comissão de Valores Mobiliários e pela Superintendência de Seguros Privados. A efetivação da Operação estará sujeita à celebração dos instrumentos definitivos e à implementação de determinadas condições usuais nesse tipo de transação, incluindo as aprovações regulatórias aplicáveis. Após a implementação destas condições e com o fechamento da Operação, a participação societária da Santander Corretora na CSD BR será de 20% (vinte por cento).

Deliberação de Dividendos Intercalares e Juros sobre Capital Próprio

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 01 de fevereiro de 2022, aprovou a proposta da Diretoria Executiva, ad referendum das Assembleias Gerais Ordinárias a serem realizadas em 2022 e 2023 respectivamente, de distribuição de Dividendos Intercalares, no montante de R\$ 1.300.000.000,00 (um bilhão e trezentos milhões de reais), com base no lucro do exercício apurado até o balanço de 31 de dezembro de 2021 e Juros sobre o Capital Próprio, no montante bruto de R\$ 1.700.000.000,00 (um bilhão e setecentos milhões de reais), com base no saldo da Reserva de Equalização de Dividendos da Companhia. Farão jus aos Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio os acionistas que se encontrarem inscritos nos registros do Banco no final do dia 10 de fevereiro de 2022 (inclusive). Dessa forma, a partir de 11 de fevereiro de 2022 (inclusive), as ações do Banco serão negociadas "Ex-Dividendos e Ex-Juros sobre o Capital Próprio". O valor dos Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio serão pagos a partir do dia 04 de março de 2022. Os Dividendos serão imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios a serem distribuídos pelo Banco, referentes ao exercício de 2021 e os Juros Sobre Capital Próprio serão imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios a serem distribuídos pelo Banco, referentes ao exercício de 2022, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária para ambos. A deliberação contou com parecer favorável do Conselho Fiscal, conforme reunião realizada na mesma data.

Composição dos Órgãos da Administração em 31 de dezembro de 2021**Conselho de Administração**

Álvaro Antônio Cardoso de Souza – Presidente (independente)
Sérgio Agapito Lires Rial - Vice-Presidente
Deborah Patricia Wright - Conselheira (independente)
Deborah Stern Vieitas - Conselheira (independente)
Jose Antonio Alvarez Alvarez – Conselheiro
José de Paiva Ferreira – Conselheiro
José Garcia Cantera – Conselheiro
Marília Artimonte Rocca - Conselheiro (independente)
Pedro Augusto de Melo - Conselheiro (independente)

Comitê de Auditoria

Deborah Stern Vieitas – Coordenadora
Maria Elena Cardoso Figueira – Membro Técnico Qualificado
René Luiz Grande – Membro
Vania Maria da Costa Borgerth – Membro

Comitê de Riscos e Compliance

Pedro Augusto de Melo – Coordenador
Álvaro Antonio Cardoso de Souza – Membro
José de Paiva Ferreira – Membro
Virginie Genès-Petronilho – Membro

Comitê de Sustentabilidade

Marília Artimonte Rocca – Coordenadora
Carlos Aguiar Neto – Membro
Carlos Rey de Vicente – Membro
Mario Roberto Opice Leão – Membro
Tasso Rezende de Azevedo – Membro

Comitê de Nomeação e Governança

Álvaro Antonio Cardoso de Souza – Coordenador
Deborah Patricia Wright – Membro
Luiz Fernando Sanzogo Giogi – Membro

Comitê de Remuneração

Deborah Patricia Wright – Coordenadora
Álvaro Antonio Cardoso de Souza – Membro
Luiz Fernando Sanzogo Giogi - Membro

Conselho Fiscal*

Louise Barsi - Membro efetivo
Manoel Marcos Madureira - Membro suplente
Luciano Faleiros Paolucci - Membro suplente
Valmir Pedro Rossi - Membro suplente
Cassia Maria Matsuno Chibante - Membro efetivo**
José Roberto Machado Filho - Membro efetivo**

*O Conselho Fiscal foi instalado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021, tendo os membros sido homologados pelo Banco Central do Brasil em 22 de julho de 2021, data esta em que tomaram posse nos respectivos cargos, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2022.

**Posse pendente homologação do BACEN

Diretoria Executiva**Diretor Presidente**

Sérgio Agapito Lires Rial

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores

Angel Santodomingo Martell

Diretores Vice-Presidente Executivos

Alberto Monteiro de Queiroz Netto

Alessandro Tomao

Antonio Pardo de Santayana Montes

Carlos Rey de Vicente

Ede Ilson Viani

Jean Pierre Dupui

Juan Sebastian Moreno Blanco

Mario Roberto Opice Leão

Patrícia Souto Audi

Vanessa de Souza Lobato Barbosa

Diretores sem Designação Específica

Adriana Marques Lourenço de Almeida

Amancio Acúrcio Gouveia

Ana Paula Vitali Janes Vescovi

André de Carvalho Novaes

Andrea Marques de Almeida

Carlos Aguiar Neto

Cassio Schmitt

Claudenice Lopes Duarte

Daniel Fantoni Assa

Elita Vechin Pastorelo Ariaz

Francisco Soares da Silva Junior

Franco Luigi Fasoli

Geraldo José Rodrigues Alckmin Neto

Germanuela de Almeida de Abreu

Gilberto Duarte de Abreu Filho

Gustavo Alejo Viviani

Igor Mario Puga

Jean Paulo Kambourakis

João Marcos Pequeno De Biase

José Teixeira de Vasconcelos Neto

Luis Guilherme Mattos de Oliem Bittencourt

Luiz Masagão Ribeiro Filho

Marcelo Augusto Dutra Labuto

Maria Teresa Mauricio da Rocha Pereira Leite

Marilize Ferrazza Santinoni

Marino Alexandre Calheiros Aguiar

Ramón Sanchez Díez

Ramon Sanchez Santiago

Reginaldo Antonio Ribeiro

Ricardo Olivare de Magalhães

Roberto Alexandre Borges Fischetti

Robson de Souza Rezende

Rogério Magno Panca

Sandro Kohler Marcondes

Sandro Mazerino Sobral

Sandro Rogério da Silva Gamba

Thomas Gregor Ilg

Vítor Ohtsuki

Contador

Diego Santos Almeida – CRC N° 1SP 316054/ O-4

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as Demonstrações Financeiras elaboradas pelo critério BRGAAP do Banco Santander, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da Administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstrações do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei nº 6.404, de 14 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais regulamentações e legislações aplicáveis. As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de relatório sem ressalva dos Auditores Independentes e de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria do Banco para o Conselho de Administração e parecer favorável do Conselho Fiscal do Banco.

Membros da Diretoria Executiva do Banco Santander em 31 de dezembro de 2021:

Diretor Presidente

Sérgio Agapito Lires Rial

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores

Angel Santodomingo Martell

Diretores Vice-Presidente Executivos

Alberto Monteiro de Queiroz Netto

Alessandro Tomao

Antonio Pardo de Santayana Montes

Carlos Rey de Vicente

Ede Ilson Viani

Jean Pierre Dupui

Juan Sebastian Moreno Blanco

Mario Roberto Opice Leão

Patrícia Souto Audi

Vanessa de Souza Lobato Barbosa

Diretores sem Designação Específica

Adriana Marques Lourenço de Almeida

Amancio Acúrcio Gouveia

Ana Paula Vitali Janes Vescovi

André de Carvalho Novaes

Andrea Marques de Almeida

Carlos Aguiar Neto

Cassio Schmitt

Claudenice Lopes Duarte

Daniel Fantoni Assa

Elita Vechin Pastorelo Ariaz

Francisco Soares da Silva Junior

Franco Luigi Fasoli

Geraldo José Rodrigues Alckmin Neto

Germanuela de Almeida de Abreu

Gilberto Duarte de Abreu Filho

Gustavo Alejo Viviani

Igor Mario Puga

Jean Paulo Kambourakis

João Marcos Pequeno De Biase

José Teixeira de Vasconcelos Neto

Luis Guilherme Mattos de Oliem Bittencourt

Luiz Masagão Ribeiro Filho

Marcelo Augusto Dutra Labuto

Maria Teresa Mauricio da Rocha Pereira Leite

Marilize Ferrazza Santinoni

Marino Alexandre Calheiros Aguiar

Ramón Sanchez Díez

Ramon Sanchez Santiago

Reginaldo Antonio Ribeiro

Ricardo Olivare de Magalhães

Roberto Alexandre Borges Fischetti

Robson de Souza Rezende

Rogério Magno Panca

Sandro Kohler Marcondes

Sandro Mazerino Sobral

Sandro Rogério da Silva Gamba

Thomas Gregor Ilg

Vitor Ohtsuki

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso V, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) declaram que discutiram, revisaram e concordam com as Demonstrações Financeiras pelo critério BRGAAP do Banco Santander, que inclui o Relatório dos Auditores Independentes, relativo às Demonstrações Financeiras pelo critério BRGAAP do Banco Santander, para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, e os documentos que as compõem, sendo: Comentário de Desempenho, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstração do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei nº 6.404, de 14 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais regulamentações e legislações aplicáveis. As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de relatório sem ressalva dos Auditores Independentes e de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria do Banco para o Conselho de Administração e parecer favorável do Conselho Fiscal do Banco.

Membros da Diretoria Executiva do Banco Santander em 31 de dezembro de 2021:

Diretor Presidente

Sérgio Agapito Lires Rial

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores

Angel Santodomingo Martell

Diretores Vice-Presidente Executivos

Alberto Monteiro de Queiroz Netto

Alessandro Tomao

Antonio Pardo de Santayana Montes

Carlos Rey de Vicente

Ede Ilson Viani

Jean Pierre Dupui

Juan Sebastian Moreno Blanco

Mario Roberto Opice Leão

Patrícia Souto Audi

Vanessa de Souza Lobato Barbosa

Diretores sem Designação Específica

Adriana Marques Lourenço de Almeida

Amancio Acúrcio Gouveia

Ana Paula Vitali Janes Vescovi

André de Carvalho Novaes

Andrea Marques de Almeida

Carlos Aguiar Neto

Cassio Schmitt

Claudenice Lopes Duarte

Daniel Fantoni Assa

Elita Vechin Pastorelo Ariaz

Francisco Soares da Silva Junior

Franco Luigi Fasoli

Geraldo José Rodrigues Alckmin Neto

Germanuela de Almeida de Abreu

Gilberto Duarte de Abreu

Gustavo Alejo Viviani

Igor Mario Puga

Jean Paulo Kambourakis

João Marcos Pequeno De Biase

José Teixeira de Vasconcelos Neto

Luis Guilherme Mattos de Oliem Bittencourt

Luiz Masagão Ribeiro Filho

Marcelo Augusto Dutra Labuto

Maria Teresa Mauricio da Rocha Pereira Leite

Marilize Ferrazza Santinoni

Marino Alexandre Calheiros Aguiar

Ramón Sanchez Diez

Ramon Sanchez Santiago

Reginaldo Antonio Ribeiro

Ricardo Olivares de Magalhães

Roberto Alexandre Borges Fischetti

Robson de Souza Rezende

Rogério Magno Panca

Sandro Kohler Marcondes

Sandro Mazerino Sobral

Sandro Rogério da Silva Gamba

Thomas Gregor Ilg

Vitor Ohtsuki

Relatório do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander"), instituição líder do Conglomerado Econômico-Financeiro do Santander ("Conglomerado"), possui atuação única para todas as instituições e sociedades que compõem o Conglomerado, incluindo as sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Em atendimento à U.S. Securities and Exchange Commission – SEC, o Comitê de Auditoria desempenha a função de Audit Committee do Santander, em conformidade com o disposto no Sarbanes-Oxley Act.

Conforme seu Regimento Interno, disponível no site de Relações com Investidores do Santander (www.ri.santander.com.br), o Comitê de Auditoria dentre suas atribuições, assessora o Conselho de Administração na avaliação da fidedignidade das demonstrações financeiras, na verificação do cumprimento das exigências legais e regulamentares, na efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e independente, bem como na efetividade dos sistemas de controles internos e gerenciamento do risco operacional. Além disso, o Comitê de Auditoria recomenda a correção e o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições, sempre que julgar necessário.

O Comitê de Auditoria é atualmente composto por quatro membros independentes, eleitos conforme deliberações tomadas nas reuniões do Conselho de Administração realizadas em 03 de maio e 1º de junho de 2021. Atua por meio de reuniões com executivos, auditores e especialistas e conduz análises a partir da leitura de documentos e informações que lhe são submetidas, além de tomar iniciativas em relação a outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê de Auditoria estão baseadas, primordialmente, nas informações recebidas da Diretoria Executiva, das auditorias interna e independente e das áreas responsáveis pelo monitoramento dos controles internos e riscos operacionais.

Os relatórios das atividades e o conteúdo das reuniões do Comitê de Auditoria são regularmente reportados ao Conselho de Administração, com o qual a coordenação do Comitê de Auditoria reuniu-se regularmente no segundo semestre de 2021.

No tocante a suas atribuições o Comitê de Auditoria desenvolveu as seguintes atividades:

I - Demonstrações Financeiras

IFRS - O Comitê de Auditoria procedeu a análise das demonstrações financeiras das instituições e sociedades que compõem o Conglomerado, confirmando sua adequação, em observância à legislação societária, práticas contábeis, com as normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e, por ser listada na NYSE, das normas emitidas pela SEC e Lei *Sarbanes-Oxley*. Nesse sentido, tomou conhecimento dos resultados contabilizados do segundo semestre e ano de 2021 do Santander e do Conglomerado, no padrão IFRS.

O Comitê de Auditoria reuniu-se com os auditores independentes e com os profissionais responsáveis pela contabilidade e pela elaboração das demonstrações financeiras, previamente à sua divulgação.

II - Controles Internos e Gerenciamento de Riscos Operacionais

O Comitê de Auditoria recebeu informações e manteve reuniões com a Vice-Presidência Executiva de Riscos - inclusive participando das reuniões do Comitê de Riscos e *Compliance*, com a Vice-Presidência Executiva de Tecnologia e Operações, com a Diretoria de *Compliance* e com as principais instâncias responsáveis pela gestão, implementação e disseminação da cultura e da infraestrutura de controles internos, gerenciamento de riscos e controles de Conduta do Conglomerado. Verificou, ainda, os casos sob acompanhamento do Canal Aberto (denominação do canal de denúncias) e das áreas de Segurança da Informação e Combate à Fraudes. Tais verificações foram conduzidas em conformidade com as Resoluções CMN nº. 2.554/1998, 4.557/2017, 4.893/2021 e 4.968/2021, Lei Sarbanes-Oxley (SOX) e a Circular SUSEP 249/04.

III - Auditoria Interna

O Comitê de Auditoria reuniu-se, formalmente, com o Diretor responsável pela área e com outros representantes da Auditoria Interna em diversas ocasiões durante o segundo semestre de 2021, além de ter verificado os reportes acerca dos trabalhos executados, dos relatórios emitidos e suas respectivas conclusões e recomendações, dando destaque (i) ao cumprimento de recomendações de melhorias nas áreas nas quais os controles foram considerados como “A melhorar”; e (ii) aos resultados das melhorias aplicadas para o acompanhamento e cumprimento das recomendações e seus planos de ação para contínuo avanço. Em diversas outras oportunidades, os profissionais da Auditoria Interna participaram das reuniões do Comitê de Auditoria.

IV - Auditoria Independente

Em relação aos trabalhos de Auditoria Independente realizados pela Pricewaterhouse Coopers Auditores Independentes (“PwC”), o Comitê de Auditoria reuniu-se com a empresa, formalmente, em diversas ocasiões no segundo semestre de 2021. Nessas reuniões tiveram destaque: as discussões envolvendo as demonstrações financeiras do ano de 2021, as práticas contábeis, os principais assuntos de auditoria (PAA’s) e as eventuais deficiências e recomendações de melhoria integrantes do relatório sobre controles internos e do relatório circunstanciado de revisão da provisão para créditos de liquidação duvidosa, em atendimento à Resolução CMN 2.682/99. O Comitê de Auditoria avaliou as propostas apresentadas pela PwC para a realização de outros serviços, no que se refere à verificação da inexistência de conflitos de interesse ou risco de perda de independência. O Comitê também se reuniu com a KPMG Auditores Independentes (“KPMG”), responsável pela auditoria do Banco RCI Brasil S.A., integrante do Conglomerado.

V - Ouvidoria

Em consonância com a Resolução CMN 4.860/20 e Resolução CNSP 279/13, foram executados trabalhos específicos no segundo semestre de 2021, os quais foram apresentados ao Comitê de Auditoria, que os discutiu e avaliou. Além do reporte dos trabalhos, o Comitê também tomou conhecimento do relatório semestral da Ouvidoria, tanto do Santander e coligadas, como das sociedades do Conglomerado que possuem Ouvidoria própria.

VI – Órgãos Reguladores

O Comitê de Auditoria acompanha e atua sobre os resultados das inspeções e apontamentos dos órgãos reguladores e autorreguladores e as respectivas providências adotadas pela administração para atendimento de tais apontamentos, acompanha as novas regulações e mantém reuniões com reguladores, sempre que solicitado. No caso do Banco Central do Brasil mantém reuniões regulares com os supervisores do Departamento de Supervisão Bancária - Desup e do Departamento de Supervisão de Conduta - Decon.

VII – Outras Atividades

Além das atividades descritas, como parte dos trabalhos inerentes às suas atribuições o Comitê de Auditoria reuniu-se com diretores executivos e com diversas áreas do Conglomerado, aprofundando suas análises, cabendo destacar os seguintes temas: (i) acompanhamento do capital regulatório; (ii) monitoramento dos Ofícios recebidos de órgãos reguladores, inspeções em andamento e os respectivos planos de ação adotados para atendimento às demandas; (iii) monitoramento do tema segurança cibernética; (iv) acompanhamento de temas relacionados a conduta, PLD/CFT, políticas e planos de ação de melhorias contínuas e estruturais; (v) acompanhamento das atividades da diretoria de relacionamento com clientes, seus planos de ação e seus resultados; (vi) acompanhamento do contencioso fiscal, trabalhista e cível; (vii) revisão e aprovação do Estudo Técnico de Realização do Crédito Tributário; e (viii) acompanhamento das provisões e dos temas relacionados à PCLD. O Comitê de Auditoria participou de reunião do Comitê de Sustentabilidade para conhecimento, dentre outros, dos indicadores socioambientais que norteiam os negócios.

No período, os membros do Comitê de Auditoria também participaram de treinamentos, palestras e programas de atualização sobre temas relacionados às atividades do Comitê e atos normativos de interesse e impacto para o Conglomerado.

VIII – Conclusão

Com base nos trabalhos e avaliações realizados e considerando o contexto e escopo em que exerce suas atividades, o Comitê de Auditoria concluiu que os trabalhos desenvolvidos são **apropriados e conferem transparência e qualidade** às referidas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. e do Conglomerado Prudencial, para o semestre encerrado em 31 de dezembro de 2021, recomendando suas aprovações pelo Conselho de Administração do Santander.

São Paulo, 27 de janeiro de 2022.

Comitê de Auditoria

Deborah Stern Vieitas – Coordenadora

Maria Elena Cardoso Figueira – Especialista Financeira

René Luiz Grande

Vania Maria da Costa Borgerth

Parecer do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras do Banco Santander (Brasil) S.A., referentes ao quarto trimestre de 2021 e exercício social de 2021, e concluíram, com base nos exames efetuados, nos esclarecimentos prestados pela Administração, considerando ainda, o parecer sem ressalva da PwC Auditores Independentes, que as citadas peças, examinadas à luz das práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Companhia.

São Paulo, 01 de fevereiro de 2022.

CONSELHO FISCAL

Manoel Marcus Madureira – Presidente
Luciano Faleiros Paolucci
Louise Barsi